



PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL

**SÃO CARLOS
Setembro/ 2011**



PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL

Elaboração do Projeto:

**Profa. Dra. Enicéia Gonçalves Mendes
Profa. Dra. Fátima Elisabeth Denari
Profa. Dra. Maria Amélia Almeida
Profa. Dra. Maria Piedade Resende da Costa**

Reformulação do Projeto:

**Profa. Dra. Cristina Broglia F. de Lacerda
Profa. Dra. Fabiana Cia
Profa. Dra. Juliane Ap. de Paula P. Campos
Profa. Dra. Kátia Regina M. Caiado
Profa. Dra. Márcia Duarte
Profa. Dra. Enicéia Gonçalves Mendes
Profa. Dra. Maria Amélia Almeida**

Reestruturação do texto com base no Parecer Técnico:

**Profa. Dra. Juliane Ap. de Paula P. Campos
Profa. Dra. Márcia Duarte**

**SÃO CARLOS
Setembro/ 2011**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Curso de Licenciatura em Educação Especial

Reitor

Prof. Dr. Targino de Araújo Filho

Vice-Reitor

Prof. Dr. Pedro Manoel Galetti Junior

Pró-Reitora de Graduação

Profa. Dra. Emília Freitas de Lima

Diretor do Centro de Educação e Ciências Humanas

Profa. Dra. Wanda Ap. M. Hoffmann

Vice-Diretor do Centro de Educação e Ciências Humanas

Prof. Dr. José Eduardo Marques Baioni

Coordenação do Curso

Profa. Dra. Juliane Ap. de Paula Perez Campos

Vice-Coordenação do Curso

Profa. Dra. Márcia Duarte

IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Denominação: Curso de Licenciatura em Educação Especial

Número de Vagas: 40

Turno de funcionamento: DIURNO

Carga horária: 3315 horas

Tempo de duração do curso: 4 anos

Legislação e diretrizes consideradas: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9394/96); Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (Resolução CNE/CEB n.02, de 11 de fevereiro de 2001), Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena (Resolução CNE/CP, n.1, de 18 de fevereiro de 2002) e Resolução que institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior (Resolução CNE/CP n. 2, de 19 de fevereiro de 2002).

ÍNDICE

I. Introdução	4
II. Histórico do Curso	5
II.a. Panorama da Educação Especial	5
II.b. A Educação Especial na UFSCar	12
II.c. Justificativa do Curso na UFSCar	13
II.d. Objetivos do Curso	14
II.e. Descrição dos aspectos que fundamentam o Curso	17
II.e.1 Educação Especial: uma área multidisciplinar e multiparadigmática	17
II.e.2 Educação Especial no Brasil: condicionantes históricos	19
II.e.3 Formação em Educação Especial: condicionantes das políticas internacionais e nacionais	20
II.e.4 Formação em Educação Especial: padrões de competências para professores iniciantes	24
II.e.5 Formação em Educação Especial: condicionantes da atuação profissional	30
III. Perfil do profissional a ser formado	33
IV. Áreas de competências e seus respectivos conhecimentos e habilidades	36
V. Eixos estruturantes do curso	42
VI. Formas de articulação entre os componentes curriculares	48
VII. Tratamento metodológico para o ensino	51
VIII. Avaliação	54
VIII.a. Processo Ensino-Aprendizagem	54
VIII.b. Avaliação do Curso	54
IX. Apresentação da MATRIZ	57
IX. a. Síntese da matriz curricular e distribuição dos créditos e horas nas diferentes atividades previstas para o curso	63
X. Ementário das disciplinas obrigatórias do curso de Licenciatura em Ed Especial	64
XI. Ementário das disciplinas optativas do curso de Licenciatura em Ed Especial	122
XII. Prática de Ensino e Estágio Supervisionado	131
XIII. Trabalho de Conclusão de Curso	139
XIV. Atividades complementares	146
XV. Plano de implementação do curso de Licenciatura em Educação Especial	151
XV.a. Corpo Docente	151
XV.b. Corpo técnico administrativo	154
XV.c. Infraestrutura	154
XV.d. Livros na Biblioteca	155
XVI. Referências Bibliográficas	163

I. INTRODUÇÃO

Neste documento é apresentado, inicialmente, um panorama da Educação Especial no Brasil e na UFSCar e são apontados os objetivos que nortearam a criação desta Licenciatura. Na sequência, são apresentados os elementos que estruturam o funcionamento do curso: o perfil do profissional a ser formado, definição do egresso, descrição e articulação dos componentes curriculares, tratamento metodológico, avaliação, matriz curricular, ementas das disciplinas, regulamentação do estágio, trabalho de conclusão de curso e atividades complementares e plano de implantação do curso.

Todos esses elementos foram pensados tendo como base referências da área, documentos legais, a missão da universidade que visa produzir e tornar acessível o conhecimento, a experiência das professoras e das discussões realizadas pelo Núcleo Docente Estruturante - NDE e Conselho de Curso.

Elaborar o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação Especial foi um grande desafio para os profissionais que participaram de sua construção. Trata-se de um curso novo na UFSCar e do segundo curso no Brasil, sendo que o primeiro é na Universidade de Santa Maria, no Rio Grande do Sul.

II. Histórico do Curso

II.a. Panorama da Educação Especial

O Brasil tem vivido uma onda de reforma no sistema educacional, que teve como marco político-institucional a Constituição Federal de 1988, e a partir de então uma série de ações oficiais vêm sendo empreendidas sob a justificativa de alcançar a "equidade", traduzida pela universalização do acesso a todos à escola, e à "qualidade do ensino".

Entre tais medidas destacamos a perspectiva de se adotar uma diretriz mais efetiva para a política de educação inclusiva, que vem sendo referendada em todos os documentos oficiais do Ministério da Educação, como por exemplo, no "Plano Decenal de Educação para Todos" (1993-2003), na "Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional" (Lei Federal 9.394 de 20/12/1996), no "Plano Nacional de Educação" (2000) e em todos os documentos referentes aos parâmetros curriculares da Educação Básica. Subjacente à proposta de educação inclusiva existe a perspectiva de tornar a escola pública brasileira mais inclusiva, de qualidade, que atenda as diferenças culturais, sociais, físicas, religiosas, raciais e as necessidades especiais de aprendizagem de cada aluno.

O movimento mundial pela inclusão escolar, que nasceu ao longo da década de 90 e que se expandiu a partir de então, representa uma busca para criar escolas que atendam às necessidades de todos os alunos, estabelecendo comunidades de aprendizagem onde estudantes com necessidades educacionais comuns ou específicas sejam educados juntos em classes comuns, em agrupamentos compatíveis em idade, nas escolas de sua própria vizinhança (FERGUSON, 1996).

No caso específico da educação de crianças e jovens com necessidades educacionais especiais a inclusão escolar é um fenômeno que vem sendo discutido com base nos benefícios concretos a esses alunos e está fundamentada:

(...) em uma opção ideológica-cultural em favor das minorias e na exigência social e econômica de outorgar igualdade de oportunidades a pessoas que estando em um sistema especializado terminam excluídas socialmente (MARCHESI, PALÁCIOS & COLL, 2001, p. 36).

As estimativas oficiais apontam que a população de brasileiros com deficiência em idade escolar está em torno de três milhões, mas, se apenas 700.624 dessas crianças e jovens estão matriculadas, mais de dois terços destas crianças e jovens estão fora das nossas escolas (BRASIL/INEP, 2006). Assim, para além da questão ideológica, a perspectiva da escolarização de crianças e jovens com necessidades educacionais especiais nas classes comuns das escolas regulares é hoje um imperativo político dado que a maioria desta parcela da população continua sendo sistematicamente excluída das escolas, se encontrando ainda alijada de seu direito à educação, contrariando o garantido em nossa carta magna.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN- Lei Darcy Ribeiro, nº 9394, de 1996, em seu capítulo V que trata da Educação Especial, no Artigo 59, estabelece que os sistemas de ensino devem assegurar aos educandos com necessidades especiais:

- I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;
- II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para superdotados;
- III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores de ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns.

Assim, é imprescindível que as políticas públicas, especialmente em educação, envolvam ações consistentes de formação inicial, recrutamento e formação continuada de profissionais qualificados, bem como planos de carreira que incentivem a permanência e a progressão funcional nas respectivas áreas de atuação e nos diferentes sistemas de ensino. Mas, é justamente na questão da formação de professores que se encontra na atualidade um dos maiores obstáculos para o futuro da proposta de inclusão escolar de crianças e jovens com necessidades educacionais especiais no sistema educacional brasileiro.

A Resolução CNE/ CEB Nº 02/2001 de 11/02/2001, que instituiu as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, estabeleceu em seu Artigo 18 a necessidade dos sistemas de ensino proverem “professores do ensino regular capacitados” e “professores especializados em Educação Especial”, sendo que estes últimos deverão comprovar:

I - formação em cursos de licenciatura em educação especial ou em uma de suas áreas, preferencialmente de modo concomitante e associado à licenciatura para educação infantil ou para os anos iniciais do ensino fundamental;
II - complementação de estudos ou pós-graduação em áreas específicas da educação especial, posterior à licenciatura nas diferentes áreas de conhecimento, para atuação nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio (BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO/ CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA, Parecer N° 17/2001, p.39).

Entretanto, a formação de professores especializados em Educação Especial enfrenta na atualidade sérios desafios em nosso país, decorrentes tanto do contexto problemático das reformas propostas para a formação de professores em geral, quanto da própria história dessa área específica de formação.

Iniciados em 1955 no Estado de São Paulo, os cursos regulares de formação de professores para o ensino especial foram, até 1972, majoritariamente oferecidos como especialização do curso normal. A partir desse ano a oferta passou também a ser feita em nível universitário, sob a forma de habilitação específica do curso de Pedagogia, no âmbito das reformas do início da década de 1970. Assim, pelo menos em alguns estados tais como no caso de São Paulo, há quase trinta décadas se vinha formando professores de educação especial no nível superior. Entretanto, esta experiência já vinha produzindo evidências que atestavam uma necessidade de reformulação no âmbito das habilitações em Educação Especial do curso de Pedagogia, necessidade esta que foi reforçada pelas novas exigências do papel do professor de Educação Especial no contexto da educação inclusiva. (NUNES, GLAT, FERREIRA e MENDES, 1998; BUENO, 1999).

No final da década de 1990 vivia-se no país um contexto de demanda crescente por oportunidades de formação de professores no nível do ensino superior, que foi fortemente induzida pela LDBEN (9394/96). Mudanças na política sobre os cursos de formação de professores tiveram como impacto a reestruturação nos cursos de Pedagogia, e que resultaram na extinção das habilitações.

Até o ano 2000 havia no país 31 cursos de Pedagogia com habilitação em Educação Especial, além de um único curso de nível superior no país de Licenciatura Plena em Educação Especial (BUENO, 2002). Com a mudança no curso de Pedagogia, as habilitações em Educação Especial foram extintas e isso eliminou o modelo mais tradicional, até então vigente no país, de formação nessa área, em nível superior. Além de um único curso de graduação em nível superior para formar professores de Educação

Especial em todo o país, que é o curso de Licenciatura Plena em Educação Especial da Universidade Federal de Santa Maria, no Rio Grande do Sul.

A formação de professores em Educação Especial, elevada ao nível superior em decorrência das reformas ocorridas no final dos anos 60 e início de 70, passou cerca de 30 anos depois, após a LDBEN (9394/96), a ser reconsiderada também na possibilidade de ocorrer ao nível médio de ensino (BUENO, 1999). Posteriormente, a reformulação do curso de Pedagogia teve como uma das consequências a limitação nas oportunidades de formação no âmbito do ensino superior nos cursos de graduação, sendo a única opção restante a formação em cursos de especialização.

A formação inicial do professor de Educação Especial em nível médio no contexto nacional representa um grande retrocesso, considerando a nossa trajetória de 30 anos de formação desse profissional no nível superior, justamente porque nega todo o aporte de conhecimento científico que se tem sobre as especificidades desse tipo de ensino.

Por outro lado, embora a possibilidade de especialização ao nível de pós-graduação pudesse facilmente ser sustentada pela necessidade de melhor qualificação deste tipo de professor, há que se considerar que, no contexto brasileiro, esta via de formação também não poderia se constituir em via única de formação em Educação Especial por que:

a) se as oportunidades de formação no nível superior em nível de graduação já são escassas, elas se afunilam ainda mais no âmbito da pós-graduação,

b) a grande maioria dos cursos de especialização se encontra em universidades privadas, e não têm sido sistematicamente avaliados como os cursos de graduação ou demais cursos de pós-graduação,

c) a exigência de uma qualificação ao nível pós-graduação, *lato sensu*, para professores de Educação Especial implicaria onerar pessoal e financeiramente aquele que optasse por essa possibilidade de carreira, e

d) a opção pela especialização em Educação Especial iria concorrer com outras possibilidades de especialização na área de Educação, o que poderia reduzir a atratividade para a carreira.

Assim, no contexto brasileiro se tornaria imprescindível garantir a possibilidade de formação do professor de Educação Especial no âmbito da graduação, porque esse nível potencializaria tanto uma melhor qualificação do profissional em relação ao nível médio,

quanto uma ampliação nas oportunidades de formação, em comparação com a exigência do nível de especialização.

Desta forma, considerando-se a extinção das habilitações em Educação Especial dos cursos de Pedagogia, a única solução possível para o futuro da formação de professores para a Educação Especial tem sido a de abandonar a via de formação híbrida, que associava à formação do professor tanto para o ensino especial quanto para o ensino regular, e adotar uma proposta de Licenciatura exclusiva e específica em Educação Especial, nos moldes do curso de licenciatura específico, já existente no país, que é o da Universidade Federal de Santa Maria.

No ano de 2006 foram contabilizadas 700.624 matrículas de alunos da Educação Especial, sendo que em 46,4% delas eram de alunos que estavam sendo escolarizados em classes comuns de escolas regulares, ao passo que 53,6% de matrículas se concentravam em escolas especiais e classes especiais. As estatísticas oficiais apontam ainda que entre 1998 e 2006 houve um crescimento de 64% das matrículas de alunos com necessidades educacionais especiais em classes comuns, contra 28% de crescimento de matrículas em classes e escolas especiais. Assim, a inserção de alunos com necessidades educacionais especiais em classes comuns vem sendo cada vez mais uma realidade para muitos professores das escolas comuns que freqüentemente se vêem despreparados para ensinar esses alunos.

Segundo as estatísticas oficiais o número total de funções docentes na Educação Especial no ano de 2006 era de 54.625, sendo que destes 41.099 (75%) eram de professores com curso superior, e 42.498 (77,8%), tinham formação específica. Entretanto, cabe ressaltar que o censo oficial considerou como “formação específica” em Educação Especial os professores que tivessem comprovação até um mínimo de 40 horas de formação.

Segundo o censo escolar, entre 2002 a 2006 houve um aumento de 22,8% no total de professores de Educação Especial, o que indica uma média de crescimento entre 4% a 5% ao ano do mercado de trabalho. Há que se considerar ainda que as estatísticas oficiais apontam a existência de 136.431 matrículas de alunos com necessidades educacionais especiais sem qualquer tipo de apoio pedagógico.

Dados do censo escolar de 2010 (MEC/ INEP) revelam 528.261 matrículas de alunos da educação especial, nos diferentes níveis de ensino das escolas públicas regulares, ou ainda em classes especiais e instituições especializadas.

Assim, se o espaço profissional para professores atuantes em Educação Especial cresce em função da demanda imposta pela política de inclusão escolar, por outro lado a ausência de uma política de formação de professores já se faz sentir na instalação de um regime provisório e precário da formação em Educação Especial, o que compromete o futuro de qualquer política de melhoria da qualidade do ensino no sistema educacional brasileira. As necessidades emergenciais de formação dos professores de Educação Especial em exercício se renovam a cada dia principalmente pela carência de oportunidades de formação especializada no âmbito do ensino de graduação

No caso do Estado de São Paulo a demanda exigida pelo mercado tinha a sua base nos cursos de Pedagogia dos campi UNESP/Marília e Araraquara; e o número de profissionais formados por esta instituição (UNESP) já não era suficiente para atender toda a demanda que o mercado exigia, mesmo quando ainda havia cursos de habilitação em Educação Especial. No contexto atual do Estado, com a saída da última geração de formados prevê-se a impossibilidade, num futuro próximo, de prover o mercado de professores de Educação Especial qualificados.

Assim, se as pessoas com necessidades educacionais especiais, notadamente aquelas com deficiência de caráter sensorial (surdas, cegas e com surdocegueira) e de caráter físico (que dependem de uma estrutura adaptada e recursos de tecnologia assistiva), continuam tendo o seu acesso crescente às escolas, provavelmente não estão recebendo uma educação devida, em função da carência de professores qualificados nestas áreas.

Portanto, embora se anuncie uma política de escolarização de alunos com necessidades educacionais especiais nas classes comuns da rede de ensino pública, a resposta nem sempre é compatível com as expectativas, com as recomendações legais e/ou com os números sinalizados por dados oficiais, pois ainda que as estatísticas revelem a entrada crescente dos alunos com necessidades educacionais especiais na rede de ensino comum, o processo educacional fica a desejar no que se refere à garantia da permanência e ao sucesso do processo de inclusão escolar. Em grande parte, a lacuna que se nota parece estar em consonância com as declarações dos professores de ensino comum sobre inclusão

e que, via de regra, primam pelo desconforto, pelo medo e pelo despreparo para atuar com este tipo de aluno.

II.b. A Educação Especial na UFSCar

No final da década de 1970 o governo de São Paulo institucionalizou no Estado de São Paulo um sistema de Educação Especial e incluiu, entre suas metas, a formação de grandes contingentes de recursos humanos. Essa iniciativa impulsionou a implantação das habilitações em Educação Especial, no âmbito dos cursos de graduação em Pedagogia, sem que se contasse no país, nesta época, com um corpo docente suficientemente qualificado para concretizar tal empreendimento.

O Centro de Educação e Ciências Humanas da UFSCar, a partir de 1977, ofereceu seu primeiro curso de extensão para professores de alunos com deficiência intelectual da cidade de São Carlos e região, ocasião em que foi constatada uma grande demanda para a formação nessa área, ficando evidenciada, assim, a necessidade de se transformar em atividade regular a formação de profissionais em Educação Especial. Em virtude da constatação de que era preciso preparar rapidamente "agentes multiplicadores", a pós-graduação se apresentou como a alternativa mais apropriada, porque muitos cursos de graduação já vinham sendo criados, a despeito da falta de docentes qualificados.

Assim, foi implantado em 1978 o Programa de Mestrado em Educação Especial (PMEE), com área de concentração em deficiência mental, que contou com a experiência de pesquisadores em Psicologia, Filosofia e Educação que, embora nunca tivessem trabalhado diretamente com as principais questões relativas à Educação Especial, considerando que não havia na instituição (nem no Brasil) um núcleo com tradição de pesquisa e de ensino nessa área, dispuseram-se a enfrentar o problema e a começar, com os alunos, um programa de pesquisa. Essa iniciativa contou com o apoio da Professora Carolina M. Bori, então Diretora do CECH – Centro de Educação e Ciências Humanas, e com os professores Isaias Pessotti e Mario Arturo A. Guidi, da USP de São Paulo, e Larry Williams, com experiência em Educação Especial adquirida durante seu doutorado no Canadá.

Assim, o PMEE nasceu no final da década de 70, num momento em que se observava a primeira onda de expansão da pós-graduação em Educação, quando os primeiros programas começavam a ser implantados nos anos 60. Os objetivos do curso foram definidos partindo da consideração de que deveria ser garantida a formação para a

investigação científica, docência no ensino superior e para a prestação de serviços na área de Educação Especial.

A partir da implantação do curso a estrutura curricular sofreu três grandes reformulações, especificamente nos anos de 1986, 1990 e 1997. No ano de 1990 houve também a alteração na denominação de “Programa de Mestrado em Educação Especial” (PMEE) para “Programa de Pós-Graduação em Educação Especial” (PPGEEs), e na área de concentração de ”Deficiência Mental” para “Educação do Indivíduo Especial”, que visou dar maior abrangência ao curso. A última reformulação no ano de 1997 foi ocasionada pelo objetivo de implantar o doutorado e em função da necessidade de ajustes em conformidade às diretrizes políticas da pós-graduação no país. A aprovação da CAPES para a abertura do doutorado foi conquistada em 1999, 21 anos após o início do mestrado.

Assim, o PPGEEs foi o primeiro Programa de Pós-Graduação em Educação Especial implantado no país, e desde então se constitui no único programa específico na área. Na atualidade existem vários outros programas de pós-graduação, particularmente na área de Educação e Psicologia, que constituíram eixos temáticos, núcleos ou linhas de pesquisas, dedicados à Educação Especial.

O esforço para criar as condições, implantar e consolidar este programa resultou no desenvolvimento de um centro de pesquisa bastante ativo nos últimos anos. A produção de pesquisa deste centro tem mostrado um crescimento contínuo em termos quantitativos e qualitativos e a atuação do Programa tem sido fundamental para a formação de recursos humanos em Educação Especial. O Programa formou 379 mestres e 60 doutores até abril de 2008, o que representa um contingente substancial de recursos humanos qualificados para o ensino superior, com um enorme potencial multiplicador. Na última avaliação trienal da CAPES (2007 – 2009), o programa obteve conceito seis, indicando a excelência em nível internacional do mesmo.

II.c. Justificativa do Curso na UFSCar

Considerando-se a exposição de motivos decorrentes do contexto nacional e institucional, entende-se que a criação de um curso de licenciatura no presente se justifica por que:

a) O contexto brasileiro atual apresenta uma enorme demanda de formação de professores para fazer frente a uma política educacional de inclusão escolar, uma vez que as necessidades educacionais especiais de alguns alunos não desaparecem com sua mera inserção em classe comum, assim como não se elimina a necessidade de produzir conhecimento sobre a realidade destes alunos. Dessa forma, considerando-se o histórico de compromisso de 30 anos do PPGEEs com esta questão, a UFSCar pode e deve contribuir para a busca de solução para esta temática da formação de professores.

b) Se por um lado observamos uma demanda pela formação de um contingente cada vez maior de professores de Educação Especial, por outro, constatamos uma enorme lacuna social decorrente da extinção das habilitações dos cursos de Pedagogia. Dado que isso compromete o futuro da política nacional neste setor, a UFSCar, com sua história e experiência na área, pode assumir a responsabilidade de implementar uma proposta inovadora para suprir as carências de formação de professores para a Educação Especial.

c) A UFSCar, com a experiência do PPGEEs, construiu ao longo dos últimos 30 anos um centro de referência na formação de profissionais de alto nível em Educação Especial, de modo que se torna uma aspiração natural ampliar sua capacidade formativa, abrindo um curso em nível de graduação; além disso, é importante que a UFSCar assuma a liderança de propor uma alternativa inovadora de formação no âmbito da graduação, que tanto poderá contribuir para impulsionar uma política de formação.

II.d. OBJETIVOS DO CURSO

O Curso de Licenciatura em Educação Especial tem como objetivos:

Formar professores com competências técnicas, políticas e éticas para o ensino de alunos com necessidades educacionais especiais¹, reiterando os princípios contidos nas atuais políticas educacionais; reiterando, também, os princípios defendidos pela UFSCar, que constam do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) que prevê, entre outros, a (re) construção de projetos de curso tendo como referência um conceito de currículo

¹ Serão considerados alunos com necessidades educacionais especiais, os que apresentarem deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, estando de acordo com as diretrizes da Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação (BRASIL, 2008).

abrangente que permita uma inovação e que incorpore atividades externas à sala de aula, no sentido de formar profissionais com competências necessárias à atuação, com qualidade, num mundo em constante transformação.

Formar profissionais de acordo com as especificidades da área de Educação Especial, para atuar no ensino regular e especializado, em seus diferentes níveis, realizando atividades de docência, gestão e consultoria especializada.

Formar professores para prover o Atendimento Educacional Especializado de qualidade previsto na legislação brasileira como direito dos estudantes com necessidades educacionais especiais.

O curso de Licenciatura terá duração de quatro anos, com funcionamento no período diurno, cuja justificativa se assenta nas especificidades supramencionadas, que implica em atividades de caráter prático em ambientes escolares previstas desde o seu início.

O presente curso está em consonância com o disposto na “Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva” (BRASIL 2008), que tem como objetivo assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades /superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir:

- ❖ Acesso com participação e aprendizagem no ensino comum;
- ❖ Oferta do atendimento educacional especializado;
- ❖ Continuidade de estudos e acesso aos níveis mais elevados de ensino;
- ❖ Promoção da acessibilidade universal;
- ❖ Formação continuada de professores para o atendimento educacional especializado;
- ❖ Formação dos profissionais da educação e comunidade escolar;
- ❖ Transversalidade da modalidade de ensino especial desde a educação infantil até a educação superior;
- ❖ Articulação intersetorial na implementação das políticas públicas.

Ainda segundo o que recomenda o documento em questão (BRASIL, 2008), as atividades do atendimento educacional especializado devem ser realizadas mediante a atuação de professor com formação para o atendimento educacional especializado que o habilite, entre outras coisas, ao desenvolvimento dos processos mentais superiores, ao

ensino da Língua Brasileira de Sinais e da Língua Portuguesa na modalidade escrita como segunda língua, do sistema Braille, da orientação e mobilidade, das atividades de vida autônoma, da comunicação aumentativa e alternativa, dos programas de enriquecimento curricular, adequação e produção de materiais didáticos e pedagógicos, da utilização de recursos ópticos e não ópticos, tecnologia assistiva e outros recursos.

Experiências práticas de qualidade constituem parte essencial do programa de preparação profissional efetivo, com o intuito de preparar os estudantes para desempenhar papéis profissionais práticos e demonstrar as habilidades que eles devem ter ao desempenhar estes papéis. Assim, é esperado que as experiências de práticas se alinhem com o conhecimento e habilidades necessários ao núcleo comum e áreas de especialização.

Destaca-se que a UFSCar permite aos alunos do curso de Pós-Graduação em Educação Especial a participação em aulas da graduação, em processo de aprendizagem docente; experiência essa que possibilita a interação entre Graduação e Pós-Graduação (Programa de Estágio Supervisionado de Capacitação Docente – CAPES).

O Curso de Educação Especial conta, ainda, com o trabalho de três pedagogas que, dentre as principais atividades, participam: a) na elaboração de instrumentos específicos de orientação pedagógica e educacional, bem como na condução de tais orientações junto aos alunos do curso; b) no acompanhamento e desenvolvimento de atividades referentes às disciplinas de Prática de Ensino e Estágio Supervisionado, e, Trabalho de Conclusão de Curso; c) desenvolvimento de oficinas pedagógicas, onde sejam contempladas, por exemplo, atividades de: escrita e leitura, confecção de materiais adaptados, contação de histórias, exibição de filmes, redação de relatórios; c) na parceria de projetos de ensino-pesquisa-extensão com os docentes, junto à comunidade escolar.

II.e. DESCRIÇÃO DOS ASPECTOS QUE FUNDAMENTAM O CURSO

A presente proposta está fundamentada na natureza do conhecimento científico da Educação Especial, nas recomendações da literatura acerca das competências desejadas para o professor de Educação Especial, nos condicionantes históricos e políticos da Educação Especial, bem como nas demandas da atuação profissional do licenciando na área de Educação Especial no Brasil.

II.e.1 Educação Especial: uma área multidisciplinar e multiparadigmática

A compreensão que atualmente se tem da Educação Especial encontra-se estreitamente vinculada às construções teóricas, relacionadas à questão do seu principal objeto de estudo e ao fenômeno da deficiência, que no presente enfrenta uma tensão significativa entre, no mínimo, duas posições teóricas divergentes: a concepção da deficiência enquanto patologia individual (modelo médico), ou enquanto uma patologia social (modelo social).

Cada uma destas vertentes comporta, por sua vez, duas outras ramificações, dando origem, a pelo menos, quatro diferentes formulações teóricas, das quais se destacam: a abordagem biomédica, a abordagem funcional, a abordagem ambiental e a abordagem dos direitos humanos (RIOUX; VALENTINE, 2006). O Quadro 01 apresenta uma síntese destas diferentes formulações científicas atuais sobre o fenômeno da deficiência.

Patologia individual	
Abordagem biomédica (consequência de características biológicas)	Abordagem funcional (consequência de capacidades e habilidades funcionais)
◦ Tratamento: Através da medicina e da biotecnologia. ◦ Prevenção: Através da intervenção genética ou biológica. ◦ Responsabilidade social: Eliminar ou curar.	◦ Tratamento: Através da reabilitação e serviços. ◦ Prevenção: Através do diagnóstico precoce e tratamento. ◦ Responsabilidade social: tornar a vida da pessoa melhor e providenciar conforto.
Patologia social	
Abordagem ambiental (consequência de fatores ambientais e da organização dos serviços)	Abordagem dos direitos humanos (consequência da organização social e da relação entre o indivíduo e a sociedade)
◦ Tratamento: Promovendo maior controle dos indivíduos, dos serviços e suportes. ◦ Prevenção: Por meio da eliminação das barreiras econômicas, sociais e psicológicas ◦ Responsabilidade social: Eliminar as barreiras do sistema.	◦ Tratamento: Através da reformulação das políticas públicas, econômicas e sociais. ◦ Prevenção: Através do reconhecimento de que as condições de <i>Disability</i> são inerentes à sociedade. ◦ Responsabilidade social: Promover políticas e garantia aos direitos sociais.

Quadro 1. Formulações sociais e científicas sobre Deficiência²

² Extraído de RIOUX, M. H., VALENTINE, F. Does theory matter? exploring the nexus between disability, human rights, and public policy. In: POTHIER, D., DEVLIN, R. *Critical Disability Theory: essays in*

O conhecimento em Educação Especial foi construído a partir de várias disciplinas científicas e, em se tratando de um conhecimento multidisciplinar, a área requer a adoção de paradigmas múltiplos do pensamento científico social. Para alcançar este conhecimento multidisciplinar e multiparadigmático, é necessário partir de uma crítica multiparadigmática e metateórica do conhecimento atual da Educação Especial e de suas práticas, examinando as perspectivas alternativas dos paradigmas das ciências biológicas, educacionais, sociais, políticas e culturais, com a finalidade de formar profissionais capazes de pensar e atuar de forma substancialmente diferente do que se faz hoje na profissão.

A prática atual sofre críticas consideráveis em função da ênfase na abordagem biomédica e funcionalista, enquanto uma abordagem mais promissora na atualidade é a dos direitos humanos, que vê a deficiência como uma consequência da organização social e das relações dos indivíduos com a sociedade em geral.

A abordagem de direitos humanos, em seus aspectos políticos, legais e científicos, leva em consideração o ambiente particular, mas enfoca principalmente os fatores sistêmicos externos, que podem garantir a alguns grupos de pessoas a participação como iguais na sociedade. A ênfase está nos determinantes sociais e nas amplas variações nas habilidades cognitivas, sensoriais e motoras, vistas como aspectos inerentes à condição humana e, conseqüentemente, tomados como eventos esperados e não como motivos para limitar o potencial de pessoas com deficiência em contribuição à sociedade. Nesta perspectiva, pressupõe-se que, na medida em que os direitos avançam, as desigualdades diminuem; e que a diminuição das desvantagens econômicas e sociais é a forma de combater a discriminação contra pessoas com deficiências.

Como consequência, portanto, a sociedade deve oferecer suportes, apoio e dispositivos que permitam a integração econômica e social, a autodeterminação, e que garantam os direitos legais e sociais para os deficientes. O foco de toda ação estaria nas deficiências da própria sociedade, no suporte humano diversificado e no empoderamento de indivíduos em situação de desvantagem.

Tendo em vista que a educação é um dos direitos fundamentais, que deve ser garantido a fim de reduzir desigualdades históricas, no caso de indivíduos com

Philosophy, Politics, Policy, and Law. Vancouver: UCB Press (The University of British Columbia). 2006. p. 47-69.

necessidades educacionais especiais, pressupõem-se como necessária a adoção de alguns mecanismos de diferenciação, associados aos mecanismos já institucionalizados pela cultura, a fim de se equiparar às condições de ensino para se chegar a uma igualdade de produtos, garantindo o acesso aos bens e serviços a todos.

II.e.2 Educação Especial no Brasil: condicionantes históricos

A Educação Especial no Brasil tem se processado de forma paralela ou independente dos movimentos da educação regular. Dado que existe uma necessidade urgente de universalização do acesso, esta meta deve ser traçada pelo sistema da educação geral, uma vez que uma escola popular para uma sociedade com acentuada estratificação social, que pretende ser mais democrática, não poderá surgir quando existem mecanismos tão efetivos de exclusão e seletividade social. Assim, a grande e conjunta luta é a de construção de uma escola brasileira pública de melhor qualidade para todos, garantindo que as especificidades da educação de pessoas que vivem em situação de deficiência sejam respeitadas.

A realidade atual da educação de crianças e jovens com necessidades educacionais especiais no país se caracteriza por um sistema dual, constituído, de um lado, por um forte sistema marcado pelo assistencialismo filantrópico com patrocínio difuso de várias instâncias do poder público e, do outro, por um sistema educacional fragilizado, que vem sendo incitado a abrir espaço para a educação escolar desta parcela da população.

Conforme aponta Silva (2002), cabe lembrar que a Educação Especial no Brasil está hoje enquadrada no contexto do pensamento neoliberal, que sabemos jogar contra a corrente da inclusão social e escolar, buscando a privatização, no sentido de reforço ao que não é público, ao privado não lucrativo, ao chamado “terceiro setor”, às “parcerias” com a sociedade civil, ao filantrópico, ao “não governamental”, ou seja, a tudo que minimiza o papel do Estado e, conseqüentemente, as ações de responsabilidade do poder público.

Tal contexto representa na atualidade um razoável desafio para o avanço das políticas educacionais direcionadas a crianças e jovens que vivem em situação de deficiências em nosso país, e os futuros profissionais da Educação Especial devem ser preparados para uma atuação comprometida e com uma visão crítica da política

educacional, com a ideologia da educação inclusiva, com o espírito de luta pelo fortalecimento da escola pública, pela universalização do acesso à escola comum.

II.e.3 Formação em Educação Especial: condicionantes das políticas internacionais e nacionais

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pela ONU em 2006, da qual o Brasil é signatário, estabelece que os Estados devem assegurar um sistema de educação inclusiva em todos os níveis de ensino, em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social compatível com a meta de inclusão plena, adotando medidas para garantir que:

a) As pessoas com deficiência não sejam excluídas do sistema educacional geral sob alegação de deficiência e que as crianças com deficiência não sejam excluídas do ensino fundamental gratuito e compulsório, sob alegação de deficiência;

b) As pessoas com deficiência possam ter acesso ao ensino fundamental inclusivo, de qualidade e gratuito, em igualdade de condições com as demais pessoas na comunidade em que vivem (Art. 24).

A Secretaria Especial dos Direitos Humanos, os Ministérios da Educação e da Justiça, juntamente com a UNESCO, lançaram em 2006 o “Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos”, que recomenda contemplar no currículo da educação básica, temáticas relativas às pessoas com deficiência, além do desenvolvimento de ações afirmativas que possibilitem inclusão, acesso e permanência na educação superior.

No ano de 2007 foi lançado o “Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE”, e a “Agenda Social de Inclusão das Pessoas com Deficiência”, tendo como eixos a formação de professores para a educação especial, a implantação de salas de recursos multifuncionais, a acessibilidade arquitetônica dos prédios escolares, acesso e a permanência das pessoas com deficiência na educação superior e o monitoramento do acesso à escola dos favorecidos pelo “Benefício de Prestação Continuada – BPC”.

O documento do MEC, “Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas” de 2007, reafirmou a necessidade de buscar superar a oposição entre educação regular e educação especial. O Decreto nº 6.094/2007 estabeleceu as diretrizes do “Compromisso Todos pela Educação”, a garantia do acesso e permanência no ensino

regular e o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos, fortalecendo a inclusão educacional nas escolas públicas.

Assim, a perspectiva da inclusão escolar é hoje uma diretriz política que se configura “em uma opção ideológica-cultural em favor das minorias e na exigência social e econômica de outorgar igualdade de oportunidades a pessoas que estando em um sistema especializado terminam excluídas socialmente” (MARCHESI, PALÁCIOS E COLL, 2001, p. 36).

Para muitos atores do cenário educativo, a inclusão constitui um desafio dificilmente concretizado por envolver custos de diversas naturezas e problemas associados à gestão institucional e ao desempenho profissional. Essas dificuldades transformam-se em obstáculo ao desenvolvimento do processo de inclusão escolar, inibindo a criação de projetos ou desanimando as escolas, que já o iniciaram e que tomam consciência da falta de capacidade e de recursos para enfrentar tal desafio.

Estes fatos parecem coincidir com a experiência internacional em prol da inclusão escolar quando, inadequadamente, se tem tentado responder, pela via de uma racionalidade técnica, à diversidade humana, vista esta como “um problema” que complica os processos de ensino e aprendizagem e não como uma característica própria e integrada nas experiências cotidianas das pessoas. Cabe lembrar que tal entendimento representa tipicamente uma educação homogeneizadora e centrada na criação de um aluno em condição de deficiência, quando na verdade é pela via da heterogeneidade que se pode preservar a educação pela diversidade.

A crítica a este entendimento tem desencadeado revisão de políticas de ação, crítica esta pautada pela referência à manutenção de um currículo comum repensado para assegurar igualdade de oportunidades e respeito às características individuais. Como nos ensina Marchesi (2006, p. 5), “A ênfase nos aspectos comuns da aprendizagem destaca o aspecto mais rico e positivo das escolas inclusivas”. E a inclusão deve proporcionar a real participação de todos os alunos nas atividades e experiências da educação comum.

Desta forma, a implementação de um processo pode se transformar em uma experiência catalisadora de melhoria e efetividade para toda a instituição escolar. Para tanto há que se assegurar na formação dos professores de Educação Especial a dimensão político-

educativa e as práticas pedagógicas com fundamentação epistemológica na educação inclusiva.

1.A dimensão política-educativa

As diretrizes para a Educação Especial na Educação Básica são regidas em âmbito nacional pela Resolução nº 2 de 11/08/2001, do Ministério da Educação. Em resumo, os dispositivos legais nela contidos, em conformidade com as leis maiores, assumem os princípios da educação inclusiva, prevendo a oferta de serviços de apoio e professores especializados. Há, portanto, o reconhecimento de que uma educação de qualidade que se propõe a atender as necessidades educacionais dependeria da oferta destes suportes, além do acesso à classe comum.

Assim, para que isso se consolide nosso sistema público de educação não pode prescindir das parcerias com organizações não governamentais (ONGs), da promoção de relações profissionais entre professores de educação especial e professores do ensino comum, da capacitação continuada destes profissionais, da sensibilização do ministério público, em relação à inclusão e dos aspectos necessários à sua consolidação.

2.As práticas pedagógicas e sua fundamentação epistemológica

A educação *na* e *para* a diversidade implica em mudança epistemológica na qual a visão tradicional do conhecimento, da relação entre sujeito-objeto e a aprendizagem, seja (re) considerada, (re) significada. A este respeito, Maturana (1997, p. 4) sugere que “cada ser humano constrói o conhecimento em interação e de onde os agentes externos só podem provocar mudanças internas em cada organismo, determinados por sua própria estrutura”. Desta forma, existem realidades diferentes em domínios distintos, múltiplas realidades e, assim, as relações humanas ocorrem na aceitação mútua, reconhecendo a legitimidade do outro.

Neste entendimento, a escola deve, pois, adaptar-se e responder às dificuldades apresentadas por todos os seus alunos, indiscriminadamente, compreendendo as necessidades educacionais especiais como resultado da interação entre os recursos existentes e em disponibilidade às carências das pessoas e ao meio a que pertencem.

A formação inicial renovada e a profissionalização docente a partir destes enfoques propiciarão mudanças nas metodologias de ensinar, nas formas de organização das aulas, no planejamento de atividades, nas acomodações curriculares e nos sistemas de avaliação. O enfrentamento do desafio de trabalhar *na e para* a diversidade, de um lado, implica numa relação de equipe, de conjunto, de completude e de compartilhamento de experiências; de outro lado, outorga a possibilidade de dar soluções criativas a problemas comuns, fortalecendo laços de apoio e de respeito favorecedores das aprendizagens e experiências *dos e com* os outros.

A escola deve ter certa autonomia para propor e viabilizar seus projetos educativos, entre eles, a inclusão. Para lograr êxito não basta uma política emanada do poder central, nem aquelas provenientes de iniciativas externas. Contrariamente, antes, é preciso haver comprometimento por parte das lideranças educacionais (diretores, supervisores, coordenadores pedagógicos) no sentido apontado por Ainscow (2001), qual seja, substituir a transformação caracterizada por outorgar poder, pelo incentivo das habilidades e da confiança de trabalhar em prol do desenvolvimento profissional, por meio de sua formação, atualização e aperfeiçoamento. Para tanto, faz-se imprescindível redesenhar os contextos laborais e de funções, com base em um modelo que permita tomar decisões, elaborar projetos e solucionar problemas, conjuntamente, tendendo a um contexto mais participativo, responsável, reflexivo.

No caso de uma escola que se pretenda inclusiva para todos é primordial que exista uma cultura que valorize a diversidade e a considere como uma oportunidade para mudanças e reformas, a começar pelo projeto político-pedagógico, das práticas adotadas para os processos de ensino e aprendizagem, que valorize as diferenças individuais.

3. Práticas pedagógicas inclusivas

A efetividade do processo de inclusão está sob a dependência da atitude dos professores, de sua capacidade de ampliar as relações sociais a partir das diferenças nas salas de aula e de sua predisposição para atendê-las, eficazmente. Desse modo, professores e demais membros da equipe escolar necessitam contar com um repertório de conhecimentos específicos, enfoques pedagógicos, métodos, materiais didáticos adequados

e tempo suficiente para dispensar atenção a todos os alunos, inclusive àqueles com necessidades especiais.

Pensar em uma escola que não aceita a inclusão das pessoas em idade escolar, devido às incompetências individuais que levam ao insucesso, provocando abandono desde as séries mais iniciais, representa algo a ser superado, já que a idéia principal quando se pensa em inclusão “é a de que a escola não desista de ninguém (e este termo ninguém é extraordinariamente radical) pelo menos até ao final da escolaridade básica” (RODRIGUES, 2006, p.11).

Com a universalização do acesso à escola e outros espaços de educação não formal trazendo para a sociedade o desafio da efetiva incorporação dos direitos dos cidadãos historicamente excluídos, impõe-se ao professor disseminar conhecimentos que sejam desencadeadores de novas atitudes, para que este possa desempenhar, responsável e satisfatoriamente, seu papel de agente transformador de educação, no sentido proposto por Nóvoa (1997, p. 109):

Educar significa instituir a integração dos educandos como agentes em seu lugar designado num conjunto social, do qual nem eles, nem seus educadores, têm o controle. Significa assegurar ao mesmo tempo a promoção destes mesmos educando e, portanto, de seus educadores, em atores de sua própria história individual e coletiva em curso.

II.e.4 Formação em Educação Especial: padrões de competências para professores iniciantes

Considerando que a qualidade dos serviços educacionais para crianças e jovens com necessidades educacionais especiais reside, em grande parte, nas habilidades, qualificações e competências do profissional que proverá os serviços, o “*Council for Exceptional Children - C.E.C.*”, uma organização dos E.U.A. com ramificações internacionais, vem trabalhando desde a década de 70 na definição de padrões profissionais para professores atuarem no campo de educação especial.

No presente o C.E.C. recomenda o desenvolvimento de competências em 10 áreas temáticas, podendo ser referenciadas na formação do aluno do curso de Licenciatura em Educação Especial da UFSCar, são elas: 1) fundamentação, 2) desenvolvimento e características dos aprendizes, 3) diferenças individuais de aprendizagem, 4) estratégias

instrucionais, 5) ambientes de aprendizagem e interações sociais, 6) comunicação, 7) planejamento instrucional, 8) avaliação, 9) prática profissional e ética, e 10) colaboração (COUNCIL FOR EXCEPTIONAL CHILDREN, 2000).

1. Fundamentação

Os licenciados em Educação Especial devem entender o campo da Educação Especial como uma disciplina que evolui e que se modifica com base em filosofias, princípios e teorias, que por sua vez também estão baseados em evidências, leis e políticas relevantes, pontos de vista históricos e diversos, assuntos que influenciaram e que continuarão influenciando o campo da Educação Especial e o campo da Educação Geral, bem como o tratamento dado a indivíduos com necessidades educacionais especiais, tanto na escola quanto na sociedade.

Os licenciados em Educação Especial deverão compreender como tudo isso pode influenciar a sua prática profissional incluindo seus procedimentos de avaliação, o planejamento instrucional, a implementação e avaliação de programas.

É necessário também que os licenciados em Educação Especial entendam como os assuntos sobre diversidade humana podem causar impacto na família, cultura da escola e como esses assuntos humanos complexos podem interagir com os assuntos relacionados à prestação de serviços em Educação Especial.

Os licenciados em Educação Especial devem entender a relação entre a Educação Especial e a organização e funções da escola, bem como os sistemas escolares e outras agências.

Todos esses conhecimentos devem ser utilizados pelos educadores especiais como uma base sobre a qual vão construir os entendimentos pessoais e filosóficos da Educação Especial.

2. Desenvolvimento e Características dos Aprendizes

Os licenciados em Educação Especial têm que demonstrar respeito pelos seus alunos, como seres humanos únicos. Eles devem entender similaridades e diferenças no desenvolvimento humano e características entre indivíduos, com e sem necessidades educacionais especiais. Além disso, eles têm que entender como condições diferenciadas

podem interagir com os domínios do desenvolvimento humano e devem usar esse conhecimento para responder a uma variedade de habilidades e comportamento dos indivíduos com necessidades educacionais especiais.

Os licenciados em Educação Especial precisam também entender o impacto que as experiências dos indivíduos com necessidades educacionais especiais podem causar nos seus familiares em termos de habilidades para aprender, interagir socialmente e viver como membros contribuintes da comunidade.

3. Diferenças Individuais de Aprendizagem

Os licenciados em Educação Especial devem compreender os efeitos que determinada condição diferenciada pode exercer sobre o aprendizado do indivíduo na escola e ao longo de sua vida. Tem que ter em mente que as crenças, tradições e valores culturais podem afetar as relações entre estudantes, familiares e escolas da comunidade. Além do mais, os licenciados em Educação Especial devem procurar entender como a primeira língua, cultura e background familiar interagem com as condições diferenciadas dos indivíduos e podem causar impacto nas habilidades sociais, atitudes, valores, interesses e opções de carreira dos indivíduos.

O entendimento dessas diferenças de aprendizagem e suas possíveis interações oferecerão a fundamentação sobre a qual o educador especial vai individualizar a instrução para oferecer aos indivíduos com necessidades educacionais especiais um aprendizado desafiador e funcional.

4. Estratégias Instrucionais

Os licenciados em Educação Especial devem construir um repertório variado de estratégias instrucionais para individualizar instruções a indivíduos com necessidades educacionais especiais. Eles devem ser capazes de selecionar, adaptar e utilizar essas estratégias instrucionais para promover resultados positivos, em termos de aprendizado do currículo geral e especial, além de modificar de forma apropriada os ambientes de aprendizagem para indivíduos com necessidades educacionais especiais.

Eles podem melhorar a aprendizagem do pensamento crítico, de resolução de problemas e desempenho de habilidades dos estudantes com necessidades educacionais

especiais, aumentando a sua autoconsciência, autodeterminação e autoestima. Além do mais, eles devem considerar a importância do desenvolvimento, da manutenção e da generalização do conhecimento dos alunos nos vários ambientes, e ao longo da vida.

5. Ambientes de Aprendizagem e Interações Sociais

Os licenciados em Educação Especial devem ser capazes de criar ambientes de aprendizagem para indivíduos com necessidades educacionais especiais que favoreçam o entendimento cultural, a segurança, o bem estar emocional, as interações sociais positivas e o envolvimento ativo com outros indivíduos. Além do mais, eles devem ser capazes de criar ambientes nos quais a diversidade é valorizada e os indivíduos são ensinados a viver harmoniosamente e produtivamente num mundo culturalmente diferente. Eles deverão modelar ambientes para encorajar a independência, automotivação, autodeterminação, empoderamento pessoal e autoadvocacia de indivíduos com necessidades educacionais especiais.

Além do mais, os licenciados em Educação Especial devem auxiliar seus colegas da Educação geral a integrar indivíduos com necessidades educacionais especiais em ambientes regulares, envolvendo-os em atividades reais e interativas, motivando a participação de todos nas intervenções instrucionais, fazendo com que os indivíduos com necessidades educacionais especiais respondam às expectativas contidas em seus planos de ensino. Além de coordenarem todos esses esforços, oferecem orientação e direção para outros educadores, voluntários, tutores, quando necessário.

6. Comunicação

Os licenciados em Educação Especial devem conhecer desenvolvimento de linguagem típico e atípico e condições diferenciadas que podem levar o indivíduo ao uso dos sistemas alternativos de linguagem. Eles devem ser capazes de utilizar estratégias individualizadas para aumentar o desenvolvimento da linguagem e para ensinar habilidades de comunicação a indivíduos com necessidades educacionais especiais. Estarão familiarizados com tecnologias assistivas e sistemas de comunicação aumentativa e alternativa que dão suporte e aumentam a comunicação de indivíduos com necessidades excepcionais.

Os educadores especiais deverão associar seus métodos de comunicação à proficiência em linguagem do indivíduo bem como às diferenças culturais e lingüísticas. Eles oferecerão modelos efetivos de linguagem e usarão estratégias e fontes de comunicação para facilitar o entendimento de problemas de indivíduos com necessidades educacionais especiais.

7. Planejamento Instrucional

Os licenciados em Educação Especial devem ser capazes de elaborar o planejamento instrucional individualizado, baseado em decisão de pais e profissionais, e que deverão estar disponíveis em todos os centros que oferecem serviços em Educação Especial.

Os licenciados em Educação Especial desenvolverão o plano de educação individualizada, com metas a longo prazo, ancorado no currículo especial e geral, e traduzirão esses planos individualizados em objetivos de curto prazo, cuidadosamente selecionados, levando em consideração as habilidades e necessidades dos indivíduos e os múltiplos fatores culturais e lingüísticos. Os planos individualizados serão utilizados para análise contínua do progresso da aprendizagem do indivíduo e na facilitação desse plano instrucional num contexto colaborativo, incluindo o indivíduo com necessidades educacionais especiais, sua família, os profissionais e pessoas de outras agências.

Os licenciados em Educação Especial também desenvolverão uma variedade de planos individualizados de transição, tais como: transição do ambiente de ensino infantil para o ensino fundamental, e do ambiente do ensino médio para uma variedade de postos de trabalho e contextos de aprendizagem. Enfim, licenciados em Educação Especial serão capacitados para utilizar tecnologias apropriadas que dão suporte à instrução e planejamento individualizado.

8. Avaliação

A avaliação deve fazer parte integrante das tomadas de decisão e da forma de ensinar dos licenciados em Educação Especial. Eles serão capazes de utilizar informações múltiplas no processo de avaliação, que são utilizados para uma variedade de decisões educacionais. Além disso, utilizarão os resultados da avaliação para identificar as

necessidades educacionais especiais, para desenvolver e implementar programas de instrução individualizada e para ajustar a instrução em resposta ao progresso contínuo da aprendizagem.

Os licenciados em Educação Especial deverão compreender que os princípios políticos e éticos de mensuração e avaliação estão relacionados ao encaminhamento, instrução e colocação dos indivíduos com necessidades educacionais especiais, incluindo aqueles que provêm de backgrounds culturalmente e linguisticamente diversificados.

Os licenciados em Educação Especial deverão conhecer a teoria e a prática da mensuração, principalmente em relação a assuntos ligados a validade, fidedignidade, normas, vieses e interpretação dos resultados. Além disso, eles entenderão o uso apropriado e conhecerão as limitações dos vários tipos de avaliação.

Em colaboração com a família e outros colegas, os licenciados em Educação Especial garantirão a avaliação não enviesada e significativa. Conduzirão a avaliação formal e informal de comportamentos, aprendizagem, desempenho e ambientes, com a finalidade de planejar experiências de aprendizagem que dêem suporte ao crescimento e desenvolvimento de indivíduos com necessidades educacionais especiais.

Os licenciados em Educação Especial utilizarão a informação da avaliação para identificar níveis de apoio e adaptações necessárias para que os indivíduos com necessidades educacionais especiais tenham acesso ao currículo geral e para que possam participar do sistema escolar geral e dos programas estaduais de avaliação.

Os licenciados em Educação Especial monitorarão regularmente o progresso dos alunos com necessidades educacionais especiais no currículo geral e especial e utilizarão tecnologias apropriadas como suporte para o processo de avaliação.

9. Prática profissional e ética

Os licenciados em Educação Especial serão guiados pelos padrões de prática ética e profissional. Eles praticarão múltiplos papéis, em situações complexas, e com uma variedade de indivíduos, com idade e nível de desenvolvimento diferenciado. Sua prática exigirá constante atenção aos assuntos legais e considerações éticas e profissionais.

Eles se envolverão em atividades profissionais e participarão das ações da comunidade de modo a favorecer a aprendizagem de conteúdos que, além de beneficiar os

indivíduos com necessidades educacionais especiais e suas famílias, beneficiarão também os seus colegas e seu próprio crescimento profissional.

Eles se verão como eternos aprendizes e estarão sempre refletindo e ajustando suas práticas, além de estarem cientes de como suas atitudes, comportamentos e formas de comunicação podem influenciar suas práticas.

Os licenciados em Educação Especial serão sensíveis aos muitos aspectos da diversidade de indivíduos com necessidades educacionais especiais e suas famílias. Eles planejarão e se engajarão em atividades que alimentarão seu crescimento profissional e os manterá praticando o que há de melhor na profissão, sempre conhecendo seus próprios limites.

10. Colaboração

Os licenciados em Educação Especial colaborarão de forma eficaz e rotineira, com as famílias, com outros educadores, com os prestadores de serviços relacionados e com o pessoal das agências da comunidade. Essa colaboração assegurará que as necessidades dos seus estudantes sejam atendidas pela escola. Além do mais, os licenciados em Educação Especial desempenharão seus papéis como advogados de indivíduos com necessidades educacionais especiais.

Os licenciados em Educação Especial promoverão e defenderão a aprendizagem e o bem estar de indivíduos com necessidades educacionais especiais através de uma variedade de ambientes e diferentes experiências de aprendizagem. Eles serão vistos como especialistas por uma variedade de pessoas que procurarão sua colaboração para promover a inclusão social. Eles serão vistos como fonte de informação para seus colegas na compreensão de leis e políticas relevantes para indivíduos com necessidades educacionais especiais.

II.e.5 Formação em Educação Especial: condicionantes da atuação profissional

A Educação Especial é uma expressão universalmente conhecida há mais de um século, e está atualmente ocupando o lugar no campo educativo ao qual não pode e nem

deve renunciar, pois recursos pessoais e materiais, estratégias para lidar com os currículos e os métodos para responder à diversidade dos alunos sempre serão necessários.

A Educação Especial é um campo de conhecimento que envolve a investigação de propostas e práticas centradas, sobretudo, nas situações de pessoas que requerem estratégias diferenciadas de ensino. A “Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva” do MEC, publicada em 2008, define como alunado da Educação Especial, os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação matriculados nas escolas regulares. Assim, para ensinar a uma população diversa e complexa de alunos, a formação dos profissionais da Educação Especial deve ser de natureza multicategorial, a fim de prepará-los a responder a estudantes que se encontram numa variedade de situações. O real desafio na formação multicategorial não está em diluir a preparação, mas sim em preparar indivíduos com conhecimentos e habilidades para as seguintes áreas de especialização categóricas: deficiências (visual, auditiva, física, intelectual e múltiplas), transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

A “Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva” do MEC (BRASIL, 2008) orienta os sistemas de ensino para promover respostas às necessidades educacionais, garantindo: transversalidade da Educação Especial; atendimento educacional especializado; continuidade da escolarização nos níveis mais elevados do ensino; formação de professores para a educação inclusiva; participação da família e da comunidade; acessibilidade física nas comunicações e informações; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas.

Assim, em conformidade às especificações legais, a Educação Especial deve direcionar suas ações para o atendimento às especificidades ou necessidades educacionais especiais dos alunos, nos diferentes níveis e modalidades de ensino.

Além da formação multicategorial e da atuação transversal nas diferentes etapas de ensino da Educação Básica, um terceiro condicionante do trabalho tem sido a demanda por programas que preparam os professores de Educação Especial para atuar nos diferentes locais possíveis de atuação e que se configuram na atualidade nos diferentes espaços de escolarização de crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais, a

saber: classes comuns, classes de recursos, classes especiais, classes hospitalares, em escolas especiais , serviços de itinerância em escolas ou domicílios.

III. PERFIL DO PROFISSIONAL A SER FORMADO

O Perfil Profissional do aluno a ser formado na UFSCar (aprovado pelo Parecer n. 776/ 2001 do Conselho, Pesquisa e Extensão) aponta como competências importantes ao aluno: aprender de forma autônoma e contínua; produzir e divulgar novos conhecimentos, tecnologia, serviços e produtos; empreender formas diversificadas de atuação profissional; atuar multi/inter/transdisciplinarmente; comprometer-se com a preservação da biodiversidade no ambiente natural e construído, com sustentabilidade e melhoria da qualidade de vida; gerenciar processos participativos de organização pública e/ ou privada e/ ou incluir-se neles; pautar-se na ética e na solidariedade enquanto ser humano, cidadão, e profissional; buscar maturidade, sensibilidade e equilíbrio ao agir profissionalmente.

O profissional formado pelo Curso de Licenciatura em Educação Especial atuará na docência dos serviços de apoio pedagógico especializado, nas escolas de ensino regular, oferecidos na sala de recursos ou multifuncionais ou classes especiais, aos alunos com deficiência (intelectual, auditiva, física, visual, surdocegueira, múltipla), transtornos globais de desenvolvimento (autismo, síndromes do espectro do autismo e psicose infantil), altas habilidades/superdotação, atuando de forma transversal nos diferentes níveis de ensino: Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Ensino Superior e na modalidade da Educação de Jovens e Adultos.

Poderá atuar em serviços de apoio pedagógico especializado, nas escolas de ensino regular, em parceria com os professores da classe comum, sob a forma de ensino colaborativo e orientações pedagógicas, tendo como foco os alunos com deficiência (intelectual, auditiva, física, visual, surdocegueira, múltipla), transtornos globais de desenvolvimento (autismo, síndromes do espectro do autismo e psicose infantil), altas habilidades/superdotação.

Poderá atuar na docência em instituições de ensino especial aos alunos com deficiência (intelectual, auditiva, física, visual, surdocegueira, múltipla), transtornos globais de desenvolvimento (autismo, síndromes do espectro do autismo e psicose infantil), altas habilidades/superdotação.

Poderá atuar junto a equipes de ensino comum e especial, no que se refere às

secretarias e diretorias de ensino e instituições especializadas, em serviços de consultoria colaborativa; ou ainda na gestão escolar na instituição de ensino especial.

Poderá atuar em serviços de apoio pedagógico especializado, ofertados em classes hospitalares, nos serviços de ensino itinerante, nos serviços de ensino domiciliar. E ainda em serviços especializados de interpretação de linguagens e códigos, tais como as que envolvem a Língua Brasileira de Sinais, o sistema Braille ou outros sistemas de comunicação alternativa aumentativa, utilizados por pessoas com deficiências ou transtornos globais de desenvolvimento.

Considerando o que foi apontado como o perfil profissional do aluno a ser formado na UFSCar, o curso de Licenciatura em Educação Especial visa formar profissionais que atuem de forma ética, crítica e reflexiva frente às diferentes situações educacionais que contemplem o alunado da Educação Especial.

Espera-se, portanto, que ao longo de sua formação, o aluno desenvolva conhecimentos e habilidades importantes que sirvam como base para o bom desempenho de suas atividades profissionais. Para tanto, como professor de Educação Especial, o diplomado deverá ter competências para:

1. Compreender o campo da Educação Especial como uma disciplina em evolução, conhecendo sua história, filosofias, princípios e teorias, embasados em evidências científicas, além das legislações e demais aspectos das políticas sob diferentes perspectivas, bem como todos os assuntos relacionados ao campo da Educação Especial e Geral e que dizem respeito aos indivíduos com necessidades educacionais especiais, tanto na escola quanto na sociedade;

2. Avaliar as características dos alunos e identificar suas necessidades educacionais especiais;

3. Flexibilizar e individualizar a ação pedagógica nas áreas do conhecimento e diferentes etapas de formação da Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio), Ensino Superior e da Educação de Jovens e Adultos, de modo a responder às necessidades específicas dos educandos;

4. Avaliar continuamente a eficácia do processo educativo para o atendimento às necessidades observadas nos alunos;

5. Atuar em equipe e em colaboração com o professor do ensino regular, por meio

do ensino e consultoria colaborativa nas ações pedagógicas, com as famílias e todos os profissionais da educação e saúde envolvidos com os estudantes sob sua responsabilidade;

6. Dominar metodologias específicas para o ensino das diferentes categorias de alunos, a saber: indivíduos com deficiências (intelectual, auditiva, física, visual, surdocegueira, múltipla), transtornos globais de desenvolvimento (autismo, síndromes do espectro do autismo e psicose infantil), altas habilidades/superdotação.

7. Ensinar em diferentes ambientes de aprendizagem e escolarização, incluindo classes de recursos, classes especiais, escolas especiais, classes hospitalares ou em domicílios, desenvolvendo práticas necessárias à aprendizagem e desenvolvimento dos alunos, sempre que não for possível sua escolarização em classes comuns, de escolas regulares.

8. Envolver-se em atividades profissionais, participar das ações da comunidade de modo a favorecer a aprendizagem de conteúdos que além de beneficiar os indivíduos com necessidades educacionais especiais e suas famílias, irão promover a profissão;

9. Aprender a aprender, refletir e ajustar suas práticas, que serão guiados pelos padrões de prática ética e profissional.

IV. ÁREAS DE COMPETÊNCIAS E SEUS RESPECTIVOS CONHECIMENTOS E HABILIDADES

O padrão de conhecimento e habilidades do eixo comum representa o conjunto de conhecimentos e habilidades básicas que todo educador especial tem que possuir, pois são aqueles considerados relevantes como repertório de entrada para ingressar como professor de Educação Especial.

Os conhecimentos e habilidades contidos neste documento devem ser interpretados para incluir os estudantes de todas as idades, começando com bebês, passando por pré-escolares, escolares até jovens adultos em programas de transição da escola para a comunidade. De modo semelhante, o termo famílias deve ser interpretado amplamente, incluindo as mães e pais biológicos, pais adotivos, guardiões legais, parentes próximos ou primários, irmãos, e estendido a membros de família.

A seguir, são apresentadas as áreas de competências e seus respectivos conhecimentos e habilidades, que serviram de subsídios para extrair a matriz curricular, proposta para o curso de licenciatura em Educação Especial.

1. Filosofia, História e Fundamentos legais da Educação Especial	
Conhecimentos:	Habilidades:
1. Modelos, teorias e filosofias que formam a base para a prática da educação especial.	1- Articulação de uma concepção crítica em Educação Especial
2. Variações em convicções, tradições e valores associados com a cultura e seus efeitos nas relações entre crianças, famílias e educando.	
3- Questões de definição e identificação de indivíduos com necessidades educacionais especiais, incluindo aquelas culturalmente e lingüisticamente diversos.	
4- Questões e garantias relacionados de direito relacionado a processos de avaliação, com ilegitimidade e colocações no contínuo de serviços.	
5- Direitos e responsabilidades relacionadas a necessidades de aprendizagem diferenciadas.	
6- Estratégias usadas pelas diversas populações para enfrentar o passado legado de discriminação.	
7- Maneiras de culturas específicas negativamente estereotipadas.	
8- Impacto da cultura dominante moldando as escolas e os indivíduos que nelas estudam e trabalham.	
9- Potencial impacto das diferenças em valores, linguagem, e costumes que podem existir entre a casa e a escola.	
2. Características dos aprendizes	
Conhecimentos:	Habilidades:
1- Similaridades e diferenças entre os indivíduos com e sem necessidades educacionais especiais.	1- Buscar informação sobre situações de deficiências, transtornos de desenvolvimento e e superdotação.
2- Similaridades e diferenças em indivíduos com necessidades educacionais especiais.	
3- Implicações educacionais das características das várias condições categoriais.	
4 - Efeitos das condições categoriais sobre a vida dos indivíduos.	
5- Características e efeitos da cultura e ambiente da criança e da família.	
6- Efeitos de vários medicamentos sobre os indivíduos com necessidades excepcionais de aprendizagem.	
7- Efeitos das diferenças culturais e lingüísticas em crescimento e desenvolvimento.	
3. Avaliação, diagnóstico e acompanhamento	
Conhecimentos:	Habilidades:
1- Terminologia básica usada em avaliação.	1- Colaborar com famílias e outros em avaliação de indivíduos com necessidades educacionais especiais.
2- Provisões legais e princípios éticos relativos à avaliação de indivíduos.	2- Criar e manter registros.
3- Escolhas, pré-indicação, indicação e classificação dos procedimentos.	3- Coletar informações de fontes pertinentes.
4- Uso e limitações dos instrumentos de avaliação.	4- Desenvolver e administrar sem julgar, procedimentos de avaliação informal.

	5- Usar avaliação formal e informal.
	6- Interpretar informações de avaliação formal e informal.
	7- Relatar os resultados da avaliação para todos “proprietários” os portadores usando efetiva habilidade de comunicação.
	8- Usar o desempenho e informação dos dados aos interessados, para fazer sugestões e/ou modificações nos ambientes de aprendizagens.
	9- Desenvolver ou modificar estratégias de avaliação individualizada.
	10- Usar informações avaliadas fazendo com elegibilidade, programas e decisões de colocações sobre indivíduos com necessidades educacionais especiais, incluindo aquelas culturalmente e/ou linguisticamente vindas de ambientes diversos.
	11- Acompanhar (avaliar) e monitorar progressos de indivíduos com necessidades educacionais especiais.
	12- Identificar suportes necessários para integração dentro de vários programas de colocações.
4. Conteúdo instrucional e prático	
Conhecimentos:	Habilidades:
1- Diferentes estilos de aprendizagens de indivíduos com necessidades educacionais especiais incluindo aquelas de ambientes culturalmente diversos e estratégias para considerar estes estilos.	1- Desenvolver e selecionar conteúdo instrucional, recursos e estratégias que respondam às diferenças culturais, linguísticas e gênero.
2- Demandas de vários ambientes de aprendizagem.	2- Desenvolver e implementar programas individualizados longitudinais, inclusivo em colaboração com os membros da equipe.
3- Currículo especial e comum para indivíduos com necessidades educacionais especiais.	3- Escolher e usar tecnologias instrucionais diferenciadas.
4- Perspectiva cultural influenciando a relação entre famílias, escolas e comunidades como relacionadas à instrução efetiva.	4- Preparar programas e aulas.
5- Avaliar o impacto acadêmico dos aprendizes.	5- Envolver o indivíduo e família fixando metas instrutivas e processo de monitoramento.
	6- Usar análise de tarefa.
	7- Selecionar, adaptar e usar materiais e estratégias instrucionais de acordo com as características do aprendiz.
	8- Implementar sequências e avaliar individualmente os objetivos de aprendizagem.
	9- Integrar afetivamente e socialmente as habilidades da vida com o currículo acadêmico.

	10- Usar estratégias para facilitar a manutenção e generalização das habilidades por ambientes de aprendizagens.
	11- Usar instruções e temporizar de maneira eficaz.
	12- Ensino individualizado para o uso de soluções- problemas e outras estratégias para atender necessidades educacionais.
	13- Usar estratégias que promovam transições bem sucedidas para indivíduos com necessidades educacionais especiais.
	14- Estabelecer e manter interações efetivas e prazerosas com os aprendizes.
	15- Conduzir auto-avaliação de ensino.
	16- Fazer ajustes responsivos às instruções baseadas em observações contínuas.
5. Planejando e administrando o ensino e ambientes de aprendizagem	
Conhecimentos:	Habilidades:
1- Teorias de manejo de sala de aula e estratégias de manejo para indivíduos com necessidades educacionais especiais.	1- Criar um ambiente de aprendizagem e suporte seguro, equilibrado e positivo no qual a diversidade seja valorizada.
2- Pesquisas baseadas nas melhores práticas para efetiva administração do ensino e aprendizagem.	2- Usar estratégias para facilitar integrações efetivas dentro dos vários cenários.
3- Modos de usar tecnologia no planejamento e administração do ambiente de ensino e aprendizagem.	3- Preparar e organizar materiais para implementar planos de lições diários.
4- Maneiras de criar ambientes de aprendizagem que permitam que os estudantes aprendam e retenham suas aprendizagens.	4- Designar ambientes de aprendizagem que encorajem participação nas atividades individuais e grupais.
	5- Designar e administrar eficazmente rotinas diárias.
	6- Direcionar atividades com voluntários da sala e pares tutores.
	7- Direcionar, observar, avaliar e fornecer feedback para para-educadores.
	8- Criar um ambiente que encoraje autoadvocacia e aumente a independência.
	9- Usar estratégias do desenho universal.
6. Administração do comportamento dos estudantes e suas habilidades de comunicação social	
Conhecimentos:	Habilidades:
1- Leis, políticas e princípios éticos relativos ao comportamento, gerenciamento, planejamento e implementação.	1- Usar variedades de estratégias eficazes de gerenciar o comportamento.
2- Atitudes e comportamentos do professor que influenciam o comportamento de indivíduos com necessidades educacionais especiais.	2- Usar uma lista intensiva de estratégias de administrar o comportamento consistente com as necessidades individuais do aprendiz.

3- Habilidades sociais necessárias para ambientes educacionais agradáveis.	3- Modificar o ambiente de aprendizagem para administrar o comportamento.
4- Estratégias para prevenir e intervir nas crises.	4- Manter expectativas realistas para o comportamento social e pessoal em vários cenários.
5- Estratégias para preparar indivíduos harmoniosamente e produtivamente em um mundo culturalmente diverso.	5- Integrar habilidades sociais dentro do currículo.
	6- Usar procedimentos para aumentar a autonomia, a autogestão, o autocontrole, a autoconfiança, a autoestima do indivíduo.
	7- Preparar indivíduos para exibirem crescimento comportamental nas atitudes e ações responsáveis.
	8- Organizar, desenvolver e sustentar ambientes de aprendizagem que apóiam positivamente experiências interculturais.
	9- Mediar questões interculturais controversas entre estudantes dentro de ambientes de aprendizagem, de maneira que faça crescer qualquer grupo ou pessoa.
7. Comunicação e parcerias colaborativas	
Conhecimentos:	Habilidades:
1- Fatores culturalmente responsivos que promovem comunicação eficaz e colaboração com indivíduos, famílias, pessoal da escola e membros da comunidade.	1- Criar um ambiente de aprendizagem e suporte seguro, equilibrado e positivo, no qual a diversidade seja valorizada.
2- Preocupações de famílias e indivíduos com necessidades educacionais especiais e estratégias.	2- Aumentar relações respeitosas e benéficas e parcerias colaborativas entre familiares e profissionais.
3- Papéis de indivíduos com necessidades educacionais especiais, familiares, pessoas da escola e da comunidade no planejamento de programas individuais.	3- Assistir indivíduos com necessidades educacionais especiais e suas famílias, tornando-os participantes ativos na equipe educacional.
4- Papéis e responsabilidades dos para-educadores relacionados com instrução, intervenção e direitos aos serviços.	4- Planejar e conduzir reuniões com indivíduos com necessidades educacionais especiais e suas famílias.
5- Sistema de família e papéis familiares no desenvolvimento de suportes e no progresso educacional.	5- Colaborar com o pessoal da escola e membros da comunidade na integração de indivíduos com necessidades educacionais especiais dentro dos vários cenários.
	6- Comunicar-se com as pessoas da escola sobre as características e necessidades dos indivíduos com necessidades educacionais especiais.
	7- Comunicar-se efetivamente com famílias dos estudantes os diversos conhecimentos.
	8- Usar eficientemente linguagem escrita, verbal e não verbal.

8. Profissionalismo e práticas éticas	
Conhecimentos:	Habilidades:
1- Características próprias da pessoa, da cultura, da linguagem e da maneira pela qual estas podem se diferenciar de outras culturas e uso da linguagem.	1- Demonstrar compromisso para desenvolver o mais alto potencial de qualidade de vida e educação de indivíduos com necessidades excepcionais de aprendizagem.
2- Preconceito e diferenças culturais e pessoais que afetam o ensino.	2- Demonstrar sensibilidade para a cultura, linguagem, religião, gênero, inaptidão, nível socioeconômico e orientação sexual individual dos estudantes.
3- Importância do professor servir como modelo para indivíduos com necessidades educacionais especiais.	3- Apoiar padrões altos de competência e integridade no exercício de julgamento e na prática de um profissional.
4- Maneiras de se comportar e se comunicar sobre culturas que podem se prestar para má interpretação e mau entendimento.	4- Comprometer-se em atividades profissionais que beneficiem indivíduos com necessidades excepcionais de aprendizagem, suas famílias e colegas.
	5- Conduzir atividades profissionais em complacência com implicações legais e políticas.
	6- Praticar Código de ética da profissão e outros padrões profissionais.

Quadro 2. Áreas de competências e seus respectivos conhecimentos e habilidades dos licenciados na Educação Especial³

³ Baseado no C.E.C. (2000)

V. EIXOS ESTRUTURANTES DO CURSO

A estrutura curricular deste curso prevê disciplinas obrigatórias de caráter teórico e prático voltadas para o atendimento dos alunos com necessidades educacionais especiais, considerando-se a diversidade escolar, as características heterogêneas de seu corpo docente, discente, administrativo e funcional. Prevê um trabalho em consonância com os Parâmetros Curriculares Nacionais para a Educação Especial (BRASIL, 1998) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), de forma a garantir atendimento educacional de qualidade para alunos com deficiência intelectual, deficiência auditiva, deficiência física, deficiência visual, deficiência múltipla, surdocegueira, altas habilidades/superdotação e transtornos globais do desenvolvimento, nos diferentes níveis e modalidades de ensino, conforme recomendam os aportes legais.

A matriz curricular proposta para o curso contempla eixos transversais básicos de formação, embasados na fundamentação teórica, experiência prática e na pesquisa.

O primeiro eixo estruturante se refere às disciplinas de fundamentação teórica, que terão como objetivo a aquisição de conhecimentos e habilidades para compreender a natureza interdisciplinar do campo e do objeto de estudo da Educação Especial, incluindo aspectos históricos da educação e educação especial, políticas públicas educacionais, ética e questões do desenvolvimento humano. Compreendem neste eixo as disciplinas: Educação e Educação Especial – contextos históricos; Políticas educacionais e funcionamento da Educação Especial; Referenciais teóricos do desenvolvimento humano; Ética e Educação Especial; Desenvolvimento humano e da aprendizagem de crianças e jovens com necessidades educacionais especiais; Estudo do desenvolvimento atípico; Teorias pedagógicas aplicadas à Educação Especial; Currículo e Educação Especial – adaptações e acomodações; Linguagem e pensamento; Tecnologias instrucionais aplicadas à Educação Especial I – modelos instrucionais; Fundamentos sociológicos, políticos e antropológicos da educação; Apoio educacional especializado – Educação Infantil; Apoio educacional especializado – Ensino Fundamental; Apoio educacional especializado – Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos; Didática para a Educação Especial; Procedimentos de Ensino em Educação Especial I – deficiência intelectual; Procedimentos de ensino em Educação Especial II – deficiência auditiva; Procedimentos de ensino em Educação

Especial III – transtornos globais do desenvolvimento; Procedimentos de ensino em Educação Especial IV – altas habilidades/ superdotação; Procedimentos de ensino em Educação Especial V – deficiência física; Procedimentos de ensino em Educação Especial VI – deficiência visual.

O segundo eixo estruturante compreende a formação para a pesquisa, que visa o desenvolvimento pessoal e profissional do aluno para buscar, produzir, divulgar e saber utilizar o conhecimento científico afeto à Educação Especial. Compreendem as disciplinas denominadas: Processos Investigativos em Educação Especial I – planejamento de trabalho científico; Processos Investigativos em Educação Especial II – observação de situações planejadas; Processos Investigativos em Educação Especial III – desenvolvimento de programas; Processos Investigativos em Educação Especial IV – escola, família e trabalho; Trabalho de Conclusão de Curso I; Trabalho de Conclusão de Curso II; Trabalho de Conclusão de Curso III. A meta é conhecer gradualmente o processo de produção do conhecimento até o desenvolvimento de maior autonomia nas etapas de realização e divulgação de pesquisas em Educação Especial.

O terceiro eixo estruturante de formação é a aprendizagem fundamentada na indissociabilidade entre teoria-prática, a fim de garantir a transversalidade deste tipo de formação. As disciplinas que compõem esse eixo são de natureza teórico-prática, sendo: Língua Brasileira de Sinais; Ensino Colaborativo; Planejamento Educacional Individualizado I – avaliação; Planejamento Educacional Individualizado II – intervenções; Tecnologias aplicadas à Educação Especial I – informação e comunicação (TICs); Tecnologias aplicadas à Educação Especial II – tecnologias assistivas (TAs); Ensino de leitura e escrita para pessoas com deficiência; Ensino de matemática para pessoas com deficiência; Ensino de habilidades de comunicação alternativa e aumentativa; Gestão e organização do trabalho pedagógico em serviços especializados.

No quarto eixo transversal de formação o foco é a prática, por meio de atividades de estágio supervisionado, a serem cumpridas em situações reais de trabalho. Este eixo é composto pelas disciplinas Prática de Ensino e Estágio Supervisionado em Educação Básica I; Prática de Ensino e Estágio Supervisionado em Educação Básica II; Prática de Ensino e Estágio Supervisionado em Educação Básica, Educação de Jovens e Adultos e Ensino Superior Inclusivo I; Prática de Ensino e Estágio Supervisionado em Educação

Básica, Educação de Jovens e Adultos e Ensino Superior Inclusivo II.

O Quadro 03 sintetiza as disciplinas organizadas e distribuídas nos eixos estruturantes do curso.

Eixos Estruturantes	Disciplinas
Fundamentação teórica	Educação e Educação Especial – contextos históricos; Políticas educacionais e funcionamento da Educação Especial; Referenciais teóricos do desenvolvimento humano; Ética e Educação Especial; Desenvolvimento humano e da aprendizagem de crianças e jovens com necessidades educacionais especiais; Estudo do desenvolvimento atípico; Teorias pedagógicas aplicadas à Educação Especial; Currículo e Educação Especial – adaptações e acomodações; Linguagem e pensamento; Tecnologias instrucionais aplicadas à Educação Especial– modelos instrucionais; Fundamentos sociológicos, políticos e antropológicos da educação; Apoio educacional especializado – Educação Infantil; Apoio educacional especializado – Ensino Fundamental; Apoio educacional especializado – Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos; Didática para a Educação Especial; Procedimentos de Ensino em Educação Especial: deficiência intelectual; Procedimentos de ensino em Educação Especial: deficiência auditiva; Procedimentos de ensino em Educação Especial: transtornos globais do desenvolvimento; Procedimentos de ensino em Educação Especial: altas habilidades/ superdotação; Procedimentos de ensino em Educação Especial: deficiência física; Procedimentos de ensino em Educação Especial: deficiência visual.
Formação para a pesquisa	Processos Investigativos em Educação Especial I – Planejamento de trabalho científico; Processos Investigativos em Educação Especial II – Observação de situações planejadas; Processos Investigativos em Educação Especial III – Desenvolvimento de programas; Processos Investigativos em Educação Especial IV – escola, família e trabalho; Trabalho de Conclusão de Curso I; Trabalho de Conclusão de Curso II; Trabalho de Conclusão de Curso III.
Formação teórico-prática	Língua Brasileira de Sinais; Ensino Colaborativo; Planejamento Educacional Individualizado I: Avaliação; Planejamento Educacional Individualizado II: Intervenções; Tecnologias aplicadas à Educação Especial I: Informação e comunicação (TICs); Tecnologias aplicadas à Educação Especial II: tecnologias assistivas (TAs); Ensino de leitura e escrita para pessoas com deficiência; Ensino de matemática para pessoas com deficiência; Ensino de habilidades de comunicação alternativa e aumentativa; Gestão e organização do trabalho pedagógico em serviços especializados.
Formação prática	Prática de Ensino e Estágio Supervisionado em Educação Básica I; Prática de Ensino e Estágio Supervisionado em Educação Básica II; Prática de Ensino e Estágio Supervisionado em Educação Básica, Educação de Jovens e Adultos e Ensino Superior Inclusivo I; Prática de Ensino e Estágio Supervisionado em Educação Básica, Educação de Jovens e Adultos e Ensino Superior Inclusivo II.

Quadro 3: Distribuição das disciplinas obrigatórias do curso de Licenciatura em Educação Especial

nos diferentes eixos estruturantes.

O curso oferece ainda disciplinas optativas, onde os alunos deverão cursar, ao longo do curso, no mínimo três disciplinas ofertadas. As disciplinas optativas abordam temas relacionados à formação do educador especial, a aspectos que envolvem a família, ou educando com necessidades educacionais especiais, sendo algumas: Abordagem social das deficiências; Avaliação em educação especial; Família e inclusão; Corporeidade; expressão pelo movimento, pelas artes plásticas e musical; Afetividade, sexualidade e educação especial; Psicodinâmica da infância e da adolescência de pessoas com necessidades educacionais especiais; Múltiplas deficiências; Surdocegueira.

O curso também prevê que os alunos cursem disciplinas eletivas, atividade curricular de integração ensino, pesquisa e extensão (ACIEPE), sendo os créditos computados para integralização de atividades acadêmica-científicas-cultural. Os objetivos da ACIEPE são: intensificar o contato da universidade com a sociedade, contribuindo para o cumprimento do compromisso social; fortalecer a indissociabilidade entre as atividades essenciais da universidade, ensino, pesquisa e extensão; contribuir para a melhoria da qualidade dos cursos de graduação, pós-graduação e das atividades de pesquisa e de extensão; promover maior aproximação entre os currículos e a vida concreta da sociedade; contribuir para a formação ética do profissional; estimular a problematização como atitude de interação com a realidade; propiciar a descoberta de novos objetos de investigação em contextos externos ao meio acadêmico; ensejar a experimentação de alternativas metodológicas de trabalho comunitário e de ensino; favorecer o desenvolvimento de uma atitude tanto questionadora como pró-ativa diante dos desafios e limites impostos pela nossa realidade social.

Os licenciandos em Educação Especial poderão participar dos Programas Institucionais vinculados a agências de fomentos, dos quais a UFSCar, como, por exemplo, o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) e Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID).

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq/UFSCar) é um programa voltado para a iniciação à pesquisa dos alunos de graduação e tem como objetivos: a) estimular os pesquisadores da UFSCar a envolverem estudantes de graduação nas suas atividades científica, tecnológica e artístico-cultural; b) proporcionar aos bolsistas

a aprendizagem de métodos de pesquisa, bem como estimular o desenvolvimento do pensar cientificamente e da criatividade, decorrentes das condições criadas pela pesquisa; c) contribuir para a formação acadêmica e profissional dos alunos de graduação, valorizando a iniciação no processo da pesquisa científica, por meio da interação com e entre professores e pesquisadores.

Já o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID/UFSCar “Parceria colaborativa entre Universidade e escola: contribuições para a formação de professores” tem por objetivo a iniciação à docência dos licenciandos da UFSCar e a formação continuada dos professores em serviço na Escola Pública.

Nossa perspectiva no PIBID é de inserir os alunos licenciados em Educação Especial, de maneira organizada, nas atividades do professor da rede de ensino, tanto naquelas de sala de aula quanto naquelas em que o professor realiza fora do contexto dela, tendo em vista o seu planejamento do ano letivo, semestre, bimestre ou, ainda diário. Nesse sentido, nosso plano de trabalho previsto para os bolsistas PIBID no período de execução do projeto é: a) levantar as principais dificuldades da instituição a respeito dos alunos incluídos, através de observação em sala de aula para verificar as produções acadêmicas dos alunos incluídos, interação com seus pares e ouvir relato do professor e demais agentes da escola; b) elaborar junto com o professor adaptações curriculares, confeccionar materiais pedagógicos adaptados de acordo com a necessidade do aluno e orientar os seus professores; c) realizar verificações periódicas visando analisar o tipo de progresso apresentado e reavaliação dos planos de ensino; d) fortalecer as relações família/escola; e) fortalecer as interações sociais entre: aluno incluído x pares, aluno incluído x professor, aluno incluído x funcionários; f) compartilhar experiência e conhecimento construído de forma colaborativa entre escola-universidade-comunidade sobre a inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais.

Outro ponto importante refere-se à Prática enquanto componente curricular no curso de Licenciatura em Educação Especial. Com base no Parecer CNE/CP n. 15/2005, a Prática é compreendida como atividade que pode ser desenvolvida como núcleo ou como parte de disciplinas ou de outras atividades formativas. Isso inclui disciplinas dos eixos de formação para a pesquisa, teórico-prático, e prático, relacionadas à formação pedagógica; sendo computadas na carga horária classificadas como prática na matriz curricular.

A Figura 1 apresenta o fluxograma cognitivo básico do curso, focalizando o processo entre os eixos estruturantes do curso, disciplinas e atividades complementares importantes à formação ao longo do curso do perfil que se almeja ao licenciado em Educação Especial a ser formado pela UFSCar.

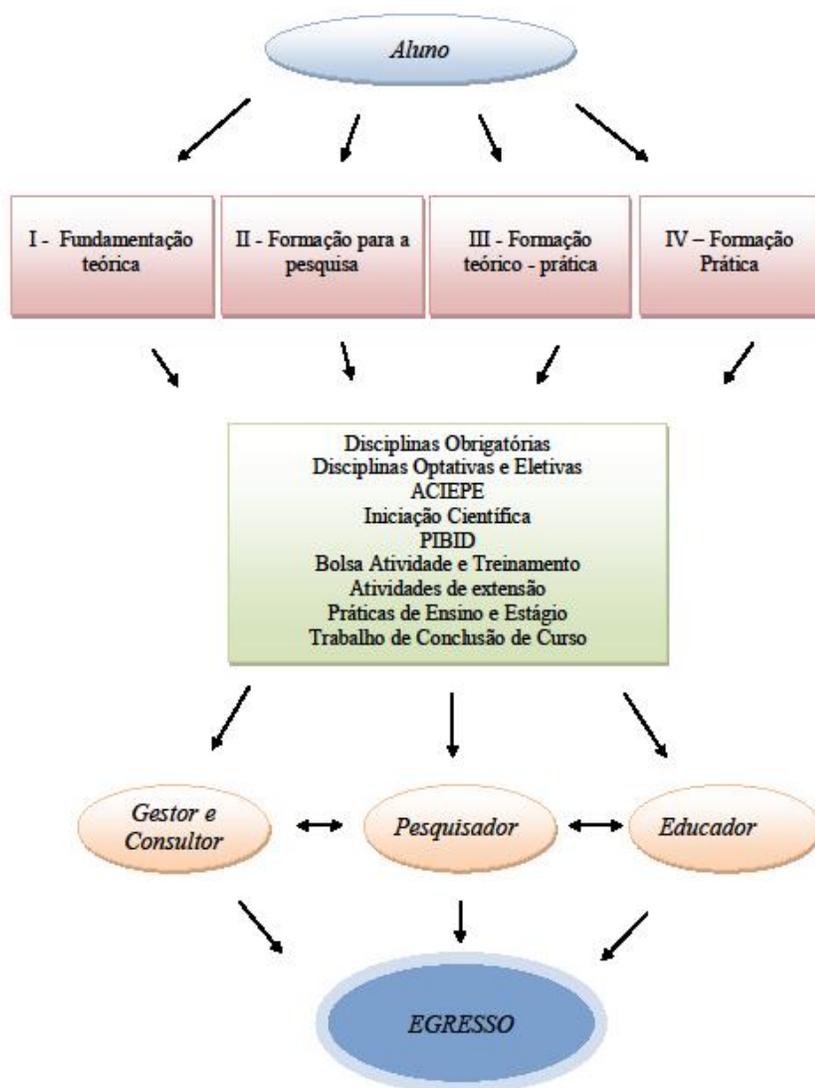


Figura 1 - Fluxograma cognitivo das disciplinas para a formação do egresso.

VI. FORMAS DE ARTICULAÇÃO ENTRE OS COMPONENTES CURRICULARES

No primeiro e segundo período do curso buscou-se proporcionar o aprofundamento da fundamentação teórica, ampliando o conhecimento das políticas, das diferentes teorias pedagógicas que embasam a atuação, com um enfoque especial para os saberes relacionados ao desenvolvimento humano típico e atípico, necessários para a promoção das competências técnicas na área de avaliação das características de desenvolvimento e aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais especiais.

Já no terceiro período, iniciou-se a sequência de três disciplinas denominadas como Apoio Educacional Especializado, que visam garantir o desenvolvimento de conhecimentos e aquisição de habilidades com vistas ao atendimento educacional especializado na Educação Infantil, no Ensino Fundamental, Ensino Médio, e na Educação de Jovens e Adultos. As disciplinas estão distribuídas no terceiro, quinto e sétimo semestres do curso.

No quarto período do curso iniciou-se o conhecimento sobre a temática da avaliação, com continuidade no quinto semestre, buscando na articulação entre teoria e prática a sistematização das habilidades técnicas de avaliação para planejamentos individualizados de ensino, visando responder às necessidades diferenciadas dos alunos. Além disso, tendo em vista a importância do trabalho colaborativo entre o profissional da Educação Especial e as demais pessoas envolvidas na vida do aluno, tais como os outros educadores e a família, propõe-se o modelo de atuação baseado no denominado “ensino colaborativo”.

Na continuidade, até o oitavo período do curso têm-se também como um dos focos, as disciplinas que relacionam teoria e prática, como por exemplo: as tecnologias de ensino; a didática para a educação especial; o ensino da leitura, da escrita e da matemática ao aluno com necessidades educacionais especiais, tendo em vista a necessidade de instrumentalização para o desenvolvimento de habilidades de diferenciação do ensino, da necessidade de adequação aos estilos de aprendizagem dos alunos e de domínio de metodologias alternativas de ensino no âmbito da comunicação/linguagem, habilidades de leitura e escrita, e da matemática, que fundamentam a implementação das intervenções educativas. Além disto, destacam-se ainda o início do estágio supervisionado e o trabalho

de conclusão de curso, a partir do quinto e do sexto período, respectivamente.

Considerando a organização da proposta curricular e os diferentes eixos que compõem o curso, destacam-se algumas disciplinas pré-requisito, a saber:

A disciplina Processos Investigativos em Educação Especial I: Planejamento de trabalho científico, código 201618, é pré-requisito para a disciplina Processos Investigativos em Educação Especial II: Observação de situações planejadas, código 201693.

A disciplina Processos Investigativos em Educação Especial II: Observação de situações planejadas, código 201693, é pré-requisito para a disciplina Processos Investigativos em Educação Especial III: Desenvolvimento de programas, código 202266.

A disciplina Processos Investigativos em Educação Especial III: Desenvolvimento de programas, código 20226, é pré-requisito para a disciplina Processos Investigativos em Educação Especial IV: escola, família e trabalho, código 202088.

A partir do primeiro semestre de 2012, serão implementados os pré-requisitos para as seguintes disciplinas:

A disciplina Referenciais Teóricos do Desenvolvimento Humano, código 201626, será pré-requisito da disciplina Estudo do Desenvolvimento Atípico, código 201731.

A disciplina Políticas Educacionais e Funcionamento da Educação Especial, código 201650, será pré-requisito da disciplina Ensino Colaborativo, código 202053.

A disciplina Teorias Pedagógicas da Educação Especial, código 201707, será pré-requisito da disciplina de Didática para a Educação Especial, código 202541.

A disciplina Planejamento Educacional Individualizado I: Avaliação, código 202410, será pré-requisito para a disciplina Planejamento Educacional Individualizado II: Intervenção, código 202495.

As disciplinas Ensino Colaborativo, código 202053, e Currículo e Educação Especial: adaptações e acomodações, código 202223, serão pré-requisitos para a disciplina de Estágio Supervisionado em Educação Básica Inclusiva I, código 202452.

As disciplinas Processos Investigativos em Educação Especial I: Planejamento de trabalho científico, código 201618, Processos Investigativos em Educação Especial II: Observação de situações planejadas, código 201693, Processos Investigativos em Educação Especial II: Observação de situações planejadas, código 201693, Processos Investigativos

em Educação Especial III: Desenvolvimento de programas, código 202266, serão pré-requisitos para a disciplina Trabalho de Conclusão de Curso I, código 202428.

A disciplina Trabalho de Conclusão de Curso I, código 202428, será pré-requisito para cursar a disciplina Trabalho de Conclusão de Curso II, código a definir.

A disciplina Trabalho de Conclusão de Curso II, código a definir, será pré-requisito para a disciplina Trabalho de Conclusão de Curso III.

A disciplina Tecnologias aplicadas à Educação Especial I: Informação e Comunicação, código a definir, será pré-requisito para a disciplina Tecnologias aplicadas à Educação Especial II: Tecnologias Assistivas, código a definir.

A disciplina Prática de Ensino e Estágio Supervisionado em Educação Básica Inclusiva I, código 202452, será pré-requisito para a disciplina Prática de Ensino e Estágio Supervisionado II, código 202509.

A disciplina Estágio Supervisionado em Educação Básica Inclusiva II, código 202509, será pré-requisito para a disciplina Prática de Ensino e Estágio Supervisionado em Educação Básica, EJA e Ensino Superior Inclusivo I, código a definir.

A disciplina Prática de Ensino e Estágio Supervisionado em Educação Básica, EJA e Ensino Superior Inclusivo I, código a definir, será pré-requisito para a disciplina Prática de Ensino e Estágio Supervisionado em Educação Básica, EJA e Ensino Superior Inclusivo II, código a definir.

VII. TRATAMENTO METODOLÓGICO PARA O ENSINO

A sociedade contemporânea passa por transformações econômicas, políticas, sociais e culturais, com impacto nos sistemas e nas instituições educacionais. Dentre elas, destaca-se a demanda pela democratização do acesso ao conhecimento; a democratização do acesso ao ensino básico e a conseqüente presença na escola da diversidade social e cultural. Frente a este contexto, torna-se relevante a reflexão crítica sobre a prática.

Construir o projeto pedagógico do curso de licenciatura em educação especial implica, além dos conhecimentos necessários da área, pensar em especificidades relacionadas à formação e à prática docente. Trata-se também de um desafio, por ser um curso de licenciatura novo na UFSCar e no contexto da educação regional.

Partindo do pressuposto de que “(...) ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção e construção” (FREIRE, 1996, p.49), procuramos dar ênfase ao processo de construção conjunta de conhecimento, que orienta tanto a forma, como o conteúdo do trabalho docente neste curso. Assim, ensinar e aprender são processos que se desenvolvem em conjunto, nos quais professor e aluno estão constantemente aprendendo e ensinando. Segundo Paulo Freire (1996), essa é uma exigência da relação teoria e prática, para que a teoria não se distancie da realidade e a prática não se torne um ativismo.

Nesta perspectiva, é de fundamental importância que o curso de Licenciatura em Educação Especial da UFSCar tenha como base, uma metodologia condizente com os princípios e os objetivos do curso. Além disto, que seja traduzida no papel do professor em sala de aula junto aos alunos dos diferentes semestres do curso.

Conhecer é mais do que obter as informações. Conhecer significa trabalhar as informações. Ou seja, analisar, organizar, identificar suas fontes, estabelecer as diferenças destas na produção da informação, contextualizar, relacionar as informações e a organização da sociedade, como são utilizadas para perpetuar a desigualdade social. Trabalhar as informações na perspectiva de transformá-las em conhecimento é uma tarefa primordialmente da escola. Realizar o trabalho de análise crítica da informação relacionada à constituição da sociedade e seus valores, é trabalho para professor [...]. Ou seja, para um profissional preparado científica, técnica, tecnológica, pedagógica, cultural e humanamente. Um profissional que reflète sobre o seu fazer, pesquisando-o nos contextos nos quais ocorre (PIMENTA, 2006a, p. 39).

Conforme apontam Pimenta e Anastasiou (2005, p. 14), ser professor requer saberes e conhecimentos científicos, pedagógicos, educacionais, sensibilidade, indagação teórica e criatividade para encarar as situações ambíguas, incertas, conflituosas e, por vezes, violentas, presentes nos contextos escolares e não escolares. É da natureza da atividade docente proceder à mediação reflexiva e crítica entre as transformações sociais concretas e a formação humana dos alunos, questionando os modos de pensar, sentir, agir e de produzir e distribuir conhecimentos.

Isto significa articular as estratégias com os eixos estruturantes: ou seja, como a metodologia é trabalhada pensando a formação teórica, a de pesquisa, a teórica-prática, a prática. Além disto, a promoção de atividades relativas ao tripé ensino, pesquisa e extensão que facilitem e complementem a formação e que envolvam docentes, discentes e sistema de ensino adequado às demandas, preservando os objetivos propostos e o perfil do profissional a ser formado com base nas recomendações do PDI/UFSCar.

Neste sentido, ainda, Paulo Freire (1996) aponta alguns saberes fundamentais para o desenvolvimento da prática educativo-crítica, são eles: a rigorosidade metódica, produzindo condições que possibilitem o aprender criticamente; a pesquisa como parte do ensino e da aprendizagem docente; respeitar os saberes com que os alunos chegam à escola, bem como relacionar os conteúdos estudados com esses saberes; superação da curiosidade ingênua, que está ligada ao senso comum, tornando-a uma curiosidade criticizada através da reflexão sobre a prática; a ética e a estética devem estar sempre presentes no processo que leva ao pensamento crítico; respeito à identidade cultural do estudante; respeito à autonomia do estudante como imperativo ético no trabalho docente.

Para uma prática educativa coerente com esses princípios, o Curso de Licenciatura em Educação Especial adota procedimentos como: aulas dialogadas, leitura e discussão de clássicos, trabalho coletivo, avaliação processual da aprendizagem, exercícios reflexivos, atividades práticas, dentre outros.

Com isto, torna-se fundamental por parte de todos os envolvidos no curso, os docentes, alunos e equipe pedagógica, a realização de um trabalho pautado na:

- Reflexão crítica por parte dos docentes e discentes durante as vivências das práticas pedagógicas desde o início do curso;
- Utilização de recursos tecnológicos inovadores e metodologias facilitadoras

da aprendizagem e desenvolvimento dos discentes;

- Flexibilização curricular, cujos temas ou conteúdos emergentes oportunizem o enriquecimento da formação discente por meio da participação em ações que deverão ser sistematizadas e aprovadas pelo colegiado do curso, tais como projetos, eventos, publicações, entre outros.

O Curso de Licenciatura em Educação Especial visa, portanto, à educação como promotora da conscientização e da leitura crítica e criativa do mundo, utilizando-se, especialmente, de metodologias baseadas numa visão de educação e de sujeito do conhecimento. A relação democrática entre educador e educando, de modo a favorecer o diálogo permanente, livre de autoritarismo e do uso abusivo do poder, tão comuns nos momentos de avaliação.

VIII. AVALIAÇÃO

VIII.a. Sobre o Processo Ensino-Aprendizagem

A avaliação em uma instituição educacional requer situá-la no processo ensino-aprendizagem, envolvendo os docentes, alunos, equipe pedagógica, conteúdos, enfim elementos que, entrelaçados, permitem que tal processo aconteça. Estes componentes não existem por si só, faz parte de um panorama sociopolítico, cultural, assumindo uma proposta filosófica e considerando a legislação vigente.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB 9394/96, em seu artigo 12, “os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica”. O curso de Licenciatura em Educação Especial da UFSCAR, no exercício da autonomia que lhe confere a referida Lei (Art. 53), ao elaborar seu Projeto Político-pedagógico destacado no artigo 86, que a avaliação será processual com preponderância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

Neste contexto, o curso de Licenciatura em Educação Especial adota o procedimento de avaliação processual, este é compatível com práticas pedagógicas sustentadas na interação, pois favorece ao professor acompanhar o desenvolvimento de aprendizagem dos alunos, individual ou em grupo, sem dispensar, no entanto, momentos integradores de avaliação.

VIII.b. Avaliação do Curso

Para o acompanhamento da eficácia de um novo curso e das atividades a ele inerentes, faz-se necessário a implantação de uma cultura avaliativa de tal forma que a comunidade acadêmica (alunos, professores e servidores técnico-administrativos) identifique a necessidade de autoavaliação como processo rotineiro e inerente ao fazer universitário. Desta forma, pretende-se analisar a realidade do Curso de Licenciatura em Educação Especial compreendendo suas peculiaridades desde a estrutura curricular, além de identificar a contribuição da pesquisa e da extensão para a formação discente e sua

prática futura.

Pretende-se, igualmente, verificar os recursos materiais necessários ao bom funcionamento do curso, quanto à infraestrutura física e laboratórios de ensino (salas de aula, espaço para convivência, acesso à biblioteca e aos recursos dos laboratórios, número e pertinência de volumes disponíveis na biblioteca), aspectos administrativos e de gestão (secretaria e coordenação do Curso), pedagógicos e outras variáveis e indicadores que se fizerem necessários.

O resultado dos dados quantitativos da avaliação, que deverão receber obrigatoriamente uma análise qualitativa, servirá como motivador para reflexão e debates na comunidade acadêmica envolvida com o curso, com o objetivo de busca de qualificação permanente.

Para que se consolide este processo, o Curso de Licenciatura em Educação Especial pautar-se-á pelas normas que regem a sistemática de avaliação do desempenho dos estudantes e procedimentos correspondentes, dispostas na Portaria GR Nº. 522/06, de 16 de novembro de 2006, desta Universidade.

O curso de Licenciatura em Educação Especial instituiu o Núcleo Docente Estruturante (NDE) de acordo com a Resolução no. 35, de 08 de novembro de 2010, da UFSCar. Nas reuniões de NDE são constantes as consultas e análises relativas, dentre outros aspectos, ao Projeto Pedagógico do Curso, envolvendo a avaliação do curso, o perfil profissional do egresso, a integração curricular, sendo indicadas formas de incentivo ao desenvolvimento de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação.

As estratégias pedagógicas previstas para esse Projeto Político Pedagógico são decorrentes do que foi concluído nas atividades de avaliação do Curso de Licenciatura em Educação Especial, discutidas pelo NDE e conselho de curso.

A Avaliação do Curso é um instrumento importante na busca da melhoria da qualidade de ensino. Deve ser participativa, coletiva, crítica, independente e transformadora da comunidade envolvida e de toda a instituição. Avaliar o projeto acadêmico e político da instituição com diagnóstico constante dos cursos e, especificamente, fazer um diagnóstico permanente das atividades curriculares propondo mudanças do projeto político pedagógico, ouvindo alunos, professores e funcionários, são objetivos da avaliação institucional. Embora a universidade e, por conseguinte, o Curso de Licenciatura em Educação Especial

não devam ater-se estritamente às demandas do mercado, no processo de avaliação há que se considerar também a realidade e as demandas sociais indicativas do perfil esperado do egresso.

Além da avaliação de curso realizada pelo NDE e conselho de curso, a UFSCar possui uma Comissão Própria de Avaliação (CPA) que coordena a realização de avaliação de curso com consulta a alunos, docentes e técnico-administrativos da Universidade. A avaliação é compreendida como “subsídio fundamental para a gestão da Universidade, visando à melhoria constante da qualidade da formação, produção de conhecimento e da extensão realizadas na UFSCar.” (Projeto de autoavaliação institucional da UFSCar – 2011, p. 27). Em 2011, serão avaliados, dentre outros setores da Universidade, todos os cursos do Programa REUNI.

Os resultados dessa avaliação irão contribuir na construção de um projeto acadêmico com base na gestão democrática e autonomia, visando à consolidação da responsabilidade social e do compromisso científico-cultural da UFSCar.

IX. APRESENTAÇÃO DA MATRIZ

Tendo como base a Resolução CNE/CP 2, de 19 de fevereiro de 2002, que institui a duração e a carga dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior, o curso de Licenciatura em Educação Especial foi organizado com a seguinte distribuição das disciplinas teóricas e práticas, além do estágio curricular supervisionado e de atividades acadêmico-científico-culturais, conforme apresentado no quadro a seguir:

MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL

Perfil	Código	Nome da Disciplina	Caráter	Requisito	Departamento Ofertante	Créditos					Carga Horária	
						Teóricos	Práticos	Estágio		TCC		Total
								Orientação	Campo			
1º	201634	Educação e Educação Especial: contextos históricos	Obrigatório		DPsi	4					4	60
	201626	Referenciais teóricos do desenvolvimento humano	Obrigatório		DPsi	4					4	60
	201650	Políticas educacionais e funcionamento da Educação Especial	Obrigatório		DPsi	4					4	60
	201642	Ética e Educação Especial	Obrigatório		DPsi	4					4	60
	201618	Processos Investigativos em Educação Especial I: Planejamento de trabalho científico	Obrigatório		DPsi	4	2				6	90
											0	0
Total do 1º Perfil						20	2	0	0	0	22	330
2º	201723	Desenvolvimento humano e da aprendizagem de crianças e jovens com necessidades educacionais especiais	Obrigatório		DPsi	4					4	60
	201731	Estudo do desenvolvimento atípico	Obrigatório	Referenciais teóricos do desenvolvimento humano	DPsi	4					4	60
	201707	Teorias pedagógicas aplicadas à Educação Especial	Obrigatório		DPsi	4					4	60
	201693	Processos Investigativos em Educação Especial II: Observação de situações planejadas	Obrigatório	Processos Investigativos em Educação Especial I: Planejamento de trabalho científico	DPsi	4	2				6	90
		OPTATIVA				4					4	60
											0	0
Total do 2º Perfil						20	2	0	0	0	22	330

3°	202215	Apoio educacional especializado: Educação Infantil	Obrigatório		DPsi	4					4	60
	202223	Currículo e Educação Especial: adaptações e acomodações	Obrigatório		DPsi	4					4	60
	202231	Procedimentos de Ensino em Educação Especial: deficiência intelectual	Obrigatório		DPsi	4					4	60
	202258	Linguagem e pensamento	Obrigatório		DPsi	4					4	60
	202355	Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)	Obrigatório		DPsi	2	2				4	60
	202266	Processos Investigativos em Educação Especial III: Desenvolvimento de programas	Obrigatório	Processos Investigativos em Educação Especial II: Observação de situações planejadas	DPsi	4	2				6	90
Total do 3° Perfil						22	4	0	0	0	26	390
4°	202070	Procedimentos de ensino em Educação Especial: deficiência auditiva	Obrigatório		DPsi	4					4	60
	202010	Tecnologias instrucionais aplicadas à Educação Especial: modelos instrucionais	Obrigatório		DPsi	4					4	60
	202053	Ensino colaborativo	Obrigatório	Políticas educacionais e funcionamento da Educação Especial	DPsi	2	2				4	60
	202088	Processos Investigativos em Educação Especial IV: escola, família e trabalho	Obrigatório	Processos Investigativos em Educação Especial III: Desenvolvimento de programas	DPsi	4	2				6	90
		OPTATIVA				4					4	60
		OPTATIVA				4					4	60
											0	0
Total do 4° Perfil						22	4	0	0	0	26	390
5°	202436	Fundamentos sociológicos, políticos e antropológicos da educação	Obrigatório			4					4	60
	202460	Procedimentos de ensino em Educação Especial III: transtornos globais do desenvolvimento	Obrigatório		DPsi	4					4	60

	201278	Procedimentos de ensino em Educação Especial IV: altas habilidades e superdotação	Obrigatório		DPsi	4					4	60	
	202398	Apoio educacional especializado: Ensino Fundamental	Obrigatório		DPsi	4					4	60	
	202410	Planejamento educacional individualizado I: Avaliação	Obrigatório		DPsi	2	2				4	60	
	202452	Prática de Ensino e Estágio Supervisionado em Educação Básica Inclusiva I	Obrigatório	Currículo e Educação Especial: adaptações e acomodações Ensino Colaborativo	DPsi			2	8		10	150	
											0	0	
Total do 5º Perfil						18	2	2	8	0	30	450	
6º	202479	Procedimentos de ensino em Educação Especial V: deficiência física	Obrigatório		DPsi	4					4	60	
	202541	Didática para a Educação Especial	Obrigatório	Teorias pedagógicas aplicadas à Educação Especial	DPsi	4					4	60	
	202495	Planejamento educacional individualizado II: intervenções	Obrigatório	Planejamento educacional individualizado I: Avaliação	DPsi	2	2				4	60	
	202533	Ensino da leitura e escrita para pessoas com deficiência	Obrigatório		DPsi	2	2				4	60	
	202428	Trabalho de conclusão de curso I	Obrigatório	Processos Investigativos em Educação Especial I: Planejamento de trabalho científico Processos Investigativos em Educação Especial II: Observação de situações planejadas Processos Investigativos em Educação Especial II: desenvolvimento de programas Processos Investigativos em Educação Especial IV: escola, família e trabalho	DPsi						4	4	60

	202509	Prática de Ensino e Estágio Supervisionado em Educação Básica Inclusiva II	Obrigatório	Prática de Ensino e Estágio Supervisionado em Educação Básica Inclusiva I	DPsi			2	6		8	120
											0	0
Total do 6º Perfil						12	4	2	6	4	28	420
7º		Procedimentos de ensino em Educação Especial VI: deficiência visual	Obrigatório		DPsi	4					4	60
		Ensino de Matemática pra pessoas com deficiência	Obrigatório		DPsi	2	2				4	60
		Tecnologias aplicadas à Educação Especial I: Informação e comunicação	Obrigatório		DPsi	2	2				4	60
		Apoio educacional especializado: Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos	Obrigatório		DPsi	4					4	60
		Trabalho de conclusão de curso II	Obrigatório	Trabalho de conclusão de curso I	DPsi					4	4	60
		Prática de Ensino e Estágio Supervisionado em Educação Básica, EJA e Ensino Superior Inclusivo I	Obrigatório	Prática de Ensino e Estágio Supervisionado em Educação Básica Inclusiva II	DPsi			2	7		9	135
											0	0
Total do 7º Perfil						12	4	2	7	4	29	435
8º		Tecnologias aplicadas à Educação Especial II: tecnologias assistivas	Obrigatório	Tecnologias aplicadas à Educação Especial I: Informação e comunicação	DPsi	2	2				4	60
		Gestão e Organização do trabalho pedagógico em serviços especializados	Obrigatório		DPsi	4					4	60
		Ensino de habilidades de comunicação alternativa aumentativa	Obrigatório		DPsi	2	2				4	60

	Trabalho de conclusão de curso III	Obrigatório	Trabalho de conclusão de curso II	DPsi					4	4	60
	Prática de Ensino e Estágio Supervisionado em Educação Básica, EJA e Ensino Superior Inclusivo II	Obrigatório	Prática de Ensino e Estágio Supervisionado em Educação Básica, EJA e Ensino Superior Inclusivo I	DPsi			2	6		8	120
										0	0
										0	0
Total do 8º Perfil					8	4	2	6	4	24	360
Totalização da Carga Horária					134	26	8	27	12	207	3105
Atividades Acadêmico-científico-culturais										14	210
Carga Horária Total do Curso					134	26	8	27	12	221	3315

IX. a. Síntese da matriz curricular e distribuição dos créditos e horas nas diferentes atividades previstas para o curso

Período	Créditos Teóricos	Créditos Práticos	Estágio supervisionado		Atividades complementares	TCC	Total de créditos
1°	20	2					22
2°	16	2					18
3°	22	4					26
4°	14	4					18
5°	18	2	2	8			30
6°	12	4	2	6		4	28
7°	12	4	2	7		4	29
8°	8	4	2	6		4	24
Optativas	12						12
Atividades Complementares					14		14
TOTAL DE CRÉDITOS	134	26	8	27	14	12	221
CARGA HORÁRIA	2010	390	120	405	210	180	3315

X. EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS DO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL

Perfil 1

1) Educação e Educação Especial: contextos históricos

Objetivos gerais: Compreender os aspectos históricos que pontuam a educação e a educação especial no Brasil; discutir os processos e procedimentos de ensino e aprendizagem sob diversas óticas e sua contribuição para a formação e atuação dos futuros professores de educação especial.

Ementa: Concepção de educação e a importância do estudo da história da educação. Principais abordagens teóricas em educação. Percepção histórica acerca da educação. Educação na contemporaneidade.

Referências bibliográficas:

Básica:

BRANDÃO, C.R. **O que é educação.** São Paulo: Editora Brasiliense, 27ª. Ed., Col. Primeiros Passos, 1992.

JANNUZZI, G.S.M. **A educação do deficiente no Brasil:** dos primórdios ao início do século XXI. Campinas: Autores Associados, 2004.

MAZZOTTA, M.J.S. **Educação especial no Brasil: historia e politicas públicas.** Sao Paulo: Cortez, 1996.

Complementar:

BEYER, H.O. Por que Lev Vygotski quando se propõe uma educação inclusiva? Em: **Revista Educação Especial.** Santa Maria/RS/Universidade Federal de Santa Maria/Departamento de Educação Especial, n.24, 2004, PP. 75-82.

BIANCHETTI, L. Aspectos históricos da apreensão e da educação dos considerados deficientes. Em: BIANCHETTI, L. e FREIRE, I.M. (Orgs). **Um olhar sobre a diferença. Interação, trabalho e cidadania.** Campinas,: Papirus, 2001(a), 4ª. Ed, cap.1, pp. 21-52.

BIANCHETTI, L. Os trabalhos e os dias dos deuses e dos homens: a mitologia como fonte para refletir sobre normalidade e deficiência. **Revista Brasileira de Educação Especial.** Marília/ABPEE, vol.7, n.1, 2001(b), pp.61-76

GUHUR, M.L.P. A representação da deficiência mental numa perspectiva histórica. **Revista Brasileira de Educação Especial**. Marília/ABPEE, vol.1, número 2, 1994, PP. 75-84.

MARQUEZAN, R. A inclusão na perspectiva do novo paradigma da ciência. **Revista Educação Especial**. Santa Maria/RS/Universidade Federal de Santa Maria/Departamento de Educação Especial, n.24, 2004, pp.31-42.

MOREIRA, M.H.B. Políticas educacionais e inclusão num contexto político- econômico neoliberal. Em: DALL'ACQUA, M.J.C. e ZANIOLO, L.O. (Ogs). **Educação inclusiva em perspectiva: reflexões para a formação de professores**. Curitiba,; Editora CRV, 2009, cap.1, pp, 25-40.

OMOTE, S. Deficiência e não-deficiência: recortes do mesmo tecido. **Revista Brasileira de Educação Especial** Marília/ABPEE, vol.1, número 2, 1994, pp.65-74

TONINI, A.; COSTAS, F.A.T. Escola inclusiva: o desvelar de um espaço multifacetado. **Revista Educação Especial**. Santa Maria/RS/Universidade Federal de Santa Maria/Departamento de Educação Especial, n.24, 2004, pp. 61-74.

TORRES, R.M. Tendências da formação docente nos anos 90. Em: WARDE, M.J. (coord) II Seminário Internacional. **Novas políticas educacionais: críticas e perspectivas**. São Paulo: PUC, 1998, pp173-192

2) Referenciais teóricos do desenvolvimento humano

Objetivos gerais: Compreender as principais teorias Psicológicas que explicam o desenvolvimento humano e o processo de aprendizagem. Estabelecer relações entre os diferentes teóricos da psicologia e educação especial.

Ementa: Principais contribuições da Psicologia para a Educação Especial; fatores biopsicossociais do desenvolvimento humano; ecologia do desenvolvimento humano.

Referências bibliográficas:

Básica:

BRONFENBRENNER, U. **A ecologia do desenvolvimento humano: Experimentos naturais e planejados**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

MILHOLLAN, F.; FORISHA, B.E. **Skinner X Rogers: Maneiras contrastantes de encarar a educação**. São Paulo: Summus Editorial, 2001.

PALANGANA, I.C. **Desenvolvimento e aprendizagem em Piaget e Vygotsky**. São Paulo: Summus Editorial, 2001.

Complementar:

ALBERTO, P.A.; TROUTMAN, A.C. **Applied behavior analysis for teachers**. 7 ed. New Jersey: Pearson/Merril Prentice Hall, 2006.

BOCK, A.M.B.; FURTADO, O. & TEIXEIRA, M. L. **Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia**. São Paulo: Saraiva, 2005.

CASTORINA, J.A.; LERNER, E.F.D.; OLIVEIRA, M.K. **Piaget-Vygotsky: Novas Contribuições para o Debate**. São Paulo: Editora Ática, 2008.

COLE, M.; COLE, S.R. **O desenvolvimento da criança e do adolescente**. 4 ed. (Demais edições). Porto Alegre: Artmed, 2003.

COLL, C; PALÁCIOS, J.; MARCHESI, A. **Desenvolvimento psicológico e educação: Psicologia da educação escolar**. Vol 2. Porto Alegre: Artmed, 2004.

DESSEN, M.A.; COSTA JUNIOR, A. L. **A ciência do desenvolvimento humano: Tendências atuais e perspectivas futuras**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

KOLLER, S.H. **Ecologia do desenvolvimento humano? Pesquisa e Intervenção no Brasil**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

OLIVEIRA, M.K. **Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento, um processo sócio-histórico**. São Paulo: Scipione, 2010.

ROGERS, C.R. **Tornar-se pessoa**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

SKINNER, B.F. **Ciência e comportamento humano**. 2 ed. Brasília: UnB, 1970.

ZANOTTO, M.L.B. **Formação de professores: A contribuição da análise do comportamento**. São Paulo: EDUC, 2000.

3) Políticas educacionais e funcionamento da Educação Especial

Objetivos gerais: Estudar a política educacional brasileira. Estudar a política de educação especial no país: história, legislação, organização, funcionamento, desafios e perspectivas.

Ementa: Conceitua política educacional. Estuda os principais dispositivos legais sobre a educação especial. Analisa a estrutura e funcionamento dos serviços de educação especial. Estuda o papel dos movimentos sociais na luta pela educação especial.

Referências bibliográficas:

Básica:

FÁVERO, E. A. G. **Direitos das pessoas com deficiência:** garantia de igualdade na diversidade. Rio de Janeiro: WVA, 2004.

GÓES, M. C. R.; LAPLANE, A. L. F. (Org.). **Políticas e práticas de educação inclusiva.** 2. ed. (Demais edições)Campinas: Autores Associados, 2007.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil:** história e políticas públicas. (Demais edições). São Paulo: Cortez, 1996.

Complementar:

FREIRE, P. **Pedagogia da indignação:** cartas pedagógicas e outros escritos. (Demais edições) São Paulo: Editora UNESP, 2000.

SAVIANI, D. **Da nova LDB ao Novo Plano Nacional de Educação:** por uma outra política educacional. Campinas, SP: Autores Associados, 1998.

SAVIANI, D. Política Educacional Brasileira: limites e perspectivas. **Revista de Educação PUC-Campinas**, n. 24, p. 7-16, jun. 2008.

SHIROMA, E. O. **Política Educacional.** Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

SILVA, S.; VIZIM, M. (Org.) **Políticas públicas:** educação, tecnologias e pessoas com deficiência. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2003.

Legislação, documentos nacionais e internacionais.

4) Ética e Educação Especial

Objetivos gerais: Conhecer princípios éticos que regem a Educação Especial na atualidade.

Ementa: Ética: objeto, campo e definição. Origens e transformações histórico-sociais da moral. A ética nas relações sociais, educacionais e profissionais. Bioética e pesquisa em seres humanos. Conduta responsável na pesquisa científica.

Referências bibliográficas:

Básica:

HAYES, Linda J.; HAYES, Gregory J.; MOORE, Stephen C.; GHEZZI, Patrick M. Ethical Issues in Developmental Disabilities. Reno: Context Press. 1994.

HOWE, Kenneth R.; MIRAMONTES, Ofelia B.. The ethics of special education. New York: Teachers College Press, c1992. 135 p. -- (Professional Ethics in Education Series).

PAULA, Lucilia A.L. Ética , cidadania e Educação Especial. Revista Brasileira de

Educação Especial. 4|: 91-109. Disponível em http://www.marilia.unesp.br/abpee/homepageabpee04_06/artigos_em_pdf/revista4numero1pdf/r4_art08.pdf

Complementar:

BRASIL. MEC. Programa Ética e Cidadania. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=13607

BRASIL. MEC. Direitos Humanos - Ética . Disponível em <http://www.dhnet.org.br/direitos/codetica/textos/>

BRASIL. MEC. É possível ensinar ética nas escolas? [.http://www.revistafaced.ufba.br/viewarticle.php?id=36](http://www.revistafaced.ufba.br/viewarticle.php?id=36)

BRASIL. MEC.. Valores na escola. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ep/v28n1/11657.pdf>

COHEN, Martin. 101 dilemas éticos. [101 Ethical Dilemmas]. Borja Garcia Bercero (Trad.). Madrid: Alianza Editorial, 2005. 580p. : il.. ISBN 8420658391.

MAIA, H.; MAZZOTTI, T. É possível ensinar ética nas escolas? **Revista da Faced**, nº 10, 2006. P. 113-124.

MENIN, M. S. De S. Valores na escola. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.28, n.1, p. 91-100, jan./jun. 2002.

OLIVEIRA, R. J. Ética e educação. A formação do homem no contexto de crise da razão. **Revista Brasileira de Educação**. 1996 Nº 2. 33-41. Disponível em http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/RBDE02/RBDE02_05_RENATO_JOSE_DE_OLIVEIRA.pdf

PEQUENO, M. Ética, Educação e Cidadania. Educação em Direitos Humanos: fundamentos histórico-filosóficos. Disponível em http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/edh/redh/01/04_marconi_pequeno_etica_educacao_cidadania.pdf. Capturado em: 27/01/2010.

PEREIRA, E. A.; da SILVA, E. L. Educação, Ética e Cidadania: A contribuição da Atual Instituição Escolar. <http://www.reveduc.ufscar.br> - **Revista Eletrônica de Educação**. Acesso em 27 de janeiro, 2010.

SANTOS, G. Ética e educação. **Programa Ética e Cidadania**: construindo valores na escola e na sociedade, 91-100.

SHIMIZU, A. de M.; MENIN, M. S. De S.; CORDEIRO, Ana Paula. Ética, preconceito e educação: características das publicações em periódicos nacionais de educação, filosofia e psicologia entre 1970 e 2003. **Revista Brasileira de Educação** v. 11 n. 31: 167-202. Disponível em: www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n31/a12v11n31.pdf

VARGAS, C. R.; GUTIERRES FILHO, P. J. MATOS, J. C. Morelli; da SILVA R.; AZEVEDO J. M. G.. Ética, estigma e discriminação de grupos vulneráveis no processo educacional .<http://www.efdeportes.com/> **Revista Digital** - Buenos Aires - Año 14 - Nº 132 - Mayo de 2009.

YSSELDYKE, J. E.; ALGOZZINE, Bob; THURLOW, M. L. **Critical issues in special education**. 3 ed. Boston: Houghton Mifflin, c2000. 482 p. ISBN 0-395-96127-0.

5) Processos Investigativos em Educação Especial I: Planejamento de trabalho

Objetivos gerais: Explorar os elementos da produção textual necessária ao bom desempenho acadêmico e profissional, quanto à execução de trabalhos científicos.

Ementa: Explorar os elementos da produção textual necessária ao bom desempenho acadêmico e profissional, quanto à execução de trabalhos científicos.

Referências bibliográficas:

Básica:

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia do trabalho científico:** procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. São Paulo: Atlas, 2001.

PARDO, M. B. L.. **A arte de realizar pesquisa:** um exercício de imaginação e criatividade. Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2006. 89 p.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, Pilar Baptista. **Metodologia de pesquisa**. [Metodologia de la investigación]. Fátima Conceição Murad et al. 3 ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2006. 583 p.

Complementar:

AZEVEDO, I. B. **O prazer da produção científica:** diretrizes para elaboração de trabalhos acadêmicos. Piracicaba: Editora Unimep, 1995.

D"OLIVEIRA, M. M. H. **Ciência e pesquisa em psicologia:** uma introdução. São Paulo: EPU, 1984. 103 p. -- (Temas Básicos de Psicologia; v.3)

DEMO, P. **Metodologia da investigação em educação**. Curitiba: Ibepex, 2005.

FARIA, A. L. G.; DEMARTINI, Z. B. F. (Orgs). **Por uma cultura da infância: metodologias de pesquisa com crianças**. Campinas: Autores Associados, 2002. 153p.

FAZENDA, I. C. A. (Orgs). **A pesquisa em educação e as transformações do conhecimento**. 2 ed. Campinas: Papirus, 1997.

_____. (Orgs). **Metodologia da pesquisa educacional**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1989. 143 p. -- (Biblioteca da Educação. Serie 1. Escola; v.11) metodologia científica. 11 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. 104 p.

_____. **Novos enfoques da pesquisa educacional**. São Pulo: Cortez, 2007.

FILHO, J. C. S.; GAMBOA, S. S. **Pesquisa educacional: quantidade-qualidade**. Jose Camilo dos Santos Filho (Org.); Silvio Sanchez Gamboa (Org.). São Paulo: Cortez, 2000.

MOURA, M. L. S. de; FERREIRA, M. C. **Projetos de pesquisa: elaboração, redação e apresentação**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2005. 144 p.

NUNES SOBRINHO, F. P.; NAUJORKS, M. I. (Orgs). **Pesquisa em educação especial: o desafio da qualificação**. Bauru: EDUSC, 2001.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 1993.

Perfil 2

6) Desenvolvimento humano e da aprendizagem de crianças e jovens com necessidades educacionais especiais

Objetivos gerais: Analisar a relação entre os processos de aprendizagem e o desenvolvimento humano e seus desdobramentos educacionais e impedimentos de origem biopsicossociais.

Ementa: Desenvolvimento humano nas dimensões cognitiva, social e afetiva. O caráter histórico-social do desenvolvimento. A relação entre os processos de aprendizagem e o desenvolvimento e seus desdobramentos educacionais; Desenvolvimento humano e impedimentos de origem orgânica; Implicações para inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular.

Referências bibliográficas:

Básica:

BAUTISTA, Rafael (Org). **Necessidades educativas especiais**. Lisboa: DINALIVROS, 1997.

COLL, C.; PALACIOS, J.; MARCHESI, A. (Orgs). **Desenvolvimento Psicológico e Educação: necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar**. Vol. 3. Porto Alegre: ARTMED, 1995

COLL, C.; PALACIOS, J.; MARCHESI, A. (Orgs). **Desenvolvimento psicológico e educação**. Transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais. 2 ed, v. 3, Porto Alegre: Artmed, 2004.

Complementar:

DECHICHI, Cláudia; FERREIRA, Juliene M.; e SILVA, Rui, M.R. A inserção escolar do deficiente mental sob a perspectiva ecológica de desenvolvimento humano. Em: DECHICHI, C.; SILVA, L. S. & colaboradores. **Inclusão Escolar e Educação Especial: teoria e prática na diversidade**. Uberlândia/EDUFU, 2008.

FONSECA, Vitor da. **Desenvolvimento psicomotor e Aprendizagem**. Porto Alegre: ARTMED, 2008.

GONZALEZ, Eugenio e colaboradores. **Necessidades educacionais específicas**. Intervenção psicoeducacional. Porto Alegre: ARTMED, 2007.

NIELSEN, Lee B. **Necessidades educativas especiais na sala de aula**. Um guia para professores. Col. Educação Especial, n. 3, Porto: Porto Editora, 1999.

SAITO, Maria Ignez; SILVA, Luiz E. V da e LEAL, Marta M. **Adolescência**. Prevenção e risco. 2 ed, São Paulo: Atheneu, 2008.

VISCA, Jorge. **Psicopedagogia: novas contribuições**. RJ: Nova Fronteira, 1991.

7) Estudo do desenvolvimento atípico

Objetivos gerais: Estudar os processos de resiliência, vulnerabilidade e proteção em relação às pessoas com deficiências. Compreender o desenvolvimento linguístico, cognitivo, social, físico e perceptual. Estabelecer relações entre o desenvolvimento típico e atípico.

Ementa: Estudo das bases psicobiopatológicas das deficiências; desenvolvimento humano em situações de risco; resiliência, processos de vulnerabilidade e proteção; problemas do desenvolvimento atípico.

Referências bibliográficas:

Básica:

BEE, H. **A criança em desenvolvimento**. Tradução: Maria Adriana Verissimo Veronese. 9. ed. (Demais edições) Porto Alegre: Artmed, 2008. Tradução de: The developing child.

COLL, C; PALÁCIOS, J.; MARCHESI, A. **Desenvolvimento psicológico e educação: psicologia evolutiva**. Porto Alegre: Artmed, 2004. v. 1.

DESSEN, M.A.; COSTA JR., A.L. **A ciência do desenvolvimento humano: tendências atuais e perspectivas futuras**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

Complementar:

BEE, H. **O ciclo vital**. Tradução: Regina Garcez. Porto Alegre: Artmed, 1997. Tradução de: Lifespan development.

BRINO, R. F.; WILLIAMS, L. C. A. **A escola como agente de prevenção do abuso sexual infantil**. São Carlos: Suprema, 2009.

BRONFENBRENNER, U. **A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados**. Tradução: Maria Adriana Verissimo Veronese. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

COLE, M.; COLE, S. R. **O desenvolvimento da criança e do adolescente**. Tradução: Magda França Lopes. 4. ed. (Demais edições) Porto Alegre: Artmed, 2004.

CORIA-SABINI, M. A. **Psicologia do desenvolvimento**. 2. ed. (Demais edições) São Paulo: Atica, 1998.

DELLAGLIO, D.D.; KOLLER, S.H.; YUNES, M.A.M. **Resiliência e psicologia positiva: interfaces do risco à proteção**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.

HERBERT, M. **Typical and atypical development: from conception to adolescence**. Malden: BPS Blackwell, 2008.

KASS, C. E.; MADDUX, C. D. **A human development view of learning disabilities: from theory to practice**. 2nd ed. (Demais edições) Springfield: Charles C. Thomas, 2005.

NEWCOMBE, N. **Desenvolvimento infantil: abordagem de Mussen**. Tradução: Claudia Buchweitz. 8. ed. (Demais edições) Porto Alegre: Artmed, 1999.

OCH, D.; FISCHER, K. W.; DAWSON, G. (Ed.). **Human behavior, learning, and the developing brain: typical development**. New York: The Guilford Press, 2007.

MOURA, M. L. **O bebê do século XXI e a psicologia em desenvolvimento**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

MARTURANO, E.M.; LINHARES, M.B.M.; LOUREIRO, S.R. (Org.). **Vulnerabilidade e proteção**: indicadores na trajetória de desenvolvimento do escolar. São Paulo: FAPESP, 2004.

MENDES, E.G.; ALMEIDA, M.A.; WILLIAMS, L.C.A. **Temas em Educação Especial**: avanços recentes. São Carlos: EDUFSCar, 2004.

PAPALIA, E. D.; OLDS, S. W.; FELDMAN, R. D. **Desenvolvimento Humano**. 8. ed. (Demais edições)Porto Alegre: Artmed, 2006.

WILLIAMS, L. C. A.; ARAUJO, E. A. C. **Prevenção do abuso sexual infantil**: um enfoque interdisciplinar. Curitiba: Juruá, 2009.

8) Teorias pedagógicas aplicadas à Educação Especial

Objetivos gerais: Conhecer e analisar os processos de ensino e aprendizagem sob o referencial teórico de diferentes pensadores da área de Educação e suas contribuições para a formação de professores em Educação Especial.

Ementa: Estuda os processos de ensino e aprendizagem sob o referencial teórico de diferentes pensadores da área de Educação. Analisa as contribuições das idéias pedagógicas para a área da educação especial.

Referências bibliográficas:

Básica:

MIZUKAMI, M.G.N. **Ensino**: as abordagens do processo. São Paulo: EPU, 1986.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**. Campinas, SP: Autores Associados, 2009.

SAVIANI, D. **História das idéias pedagógicas no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2010.

Complementar:

Revista Brasileira de Educação Especial

Teses e Dissertações: Práticas Pedagógicas Em Educação Especial

Carta a Uma Professora. Rapazes da Escola Barbiana. São Paulo: Centauro, 1999.

FREIRE, P. **Pedagogia como prática da liberdade**. São Paulo: Paz e Terra, 2011-06-27

SAVIANI, D. **Pedagogia Histórico-Crítica**. Campinas, SP: Autores Associados, 2010.

SCALCON, S **À procura da unidade psicopedagógica**. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

VÁRIOS AUTORES. **Pedagogias do século XX**. Porto Alegre: Artmed, 2003

9) Processos Investigativos em Educação Especial II: Observação de situações planejadas

Objetivo geral: Estudar e planejar situações de observação controlada em laboratório.

Ementa: Estudos sobre observação e registro de situações planejadas.

Referências bibliográficas:

Básica:

COZBY, P. C. **Métodos de pesquisa em ciências do comportamento**. São Paulo: Atlas, 2006.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. **Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas**. São Paulo: Pedagógica e Universitária Ltda, 1986.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científica**. São Paulo: Cortez, 1993.

Complementar:

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GAST, D. L. **Metodologia de Pesquisa de Sujeito Único em Ciências do Comportamento**. New York (NY): Routledge, 2010.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. São Paulo: Atlas, 2001.

MINAYO, M.C.S. **O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 5ª ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

SAMPIERI, R.H.; COLLADO, C.F.; LUCIO, P.B. **Metodologia de pesquisa**. 3.ed. São Paulo: MMcGraw Hill, 2006.

WEFFORT, M. F. **Observação registro reflexão: instrumentos metodológicos** São Paulo: Espaço Pedagógico, 1996.

Perfil 3

10) Apoio educacional especializado: Educação Infantil

Objetivos gerais: Conhecer e analisar as políticas relativas à Educação Infantil e as formas de avaliação e apoio ao professor frente à inclusão; Conhecer e analisar os principais aspectos de prevenção secundária das deficiências.

Ementa: Questões relacionadas à especificidade da Educação Infantil considerando: avaliação, currículo e apoio ao professor, em relação a aspectos de prevenção secundária de deficiências.

Referências bibliográficas:

Básica:

BRAZELTON, T.B.; SPARROW, J.D. **3 a 6 anos:** momentos decisivos do desenvolvimento infantil. Porto Alegre: Artes Médicas, 2003.

MOYLES, J. R.. **A excelência do brincar:** a importância da brincadeira na transição entre educação infantil e anos iniciais. Tradução: Maria Adriana Veríssimo Veronese. Porto Alegre: Artmed, 2008.

OLIVEIRA, Z.M.R. **Educação infantil:** fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2010.

Complementar:

ARCE, A.; DUARTE, N. **Brincadeira de papéis sociais na educação infantil:** as contribuições de Vigotsky, Leontiev e Elkonin. São Paulo: Xama, 2006.

BRASIL. **Diretrizes educacionais sobre estimulação precoce.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 1995.

BRASIL. **Educação Infantil: Saberes e práticas da inclusão.** Brasília: Ministério da Educação, 2006. (Coleção Completa).

BRASIL. **Subsídios para diretrizes curriculares nacionais para a educação básica.** Brasília: Ministério da Educação, 2009.

CARVALHO, R. E. **Removendo barreiras para a aprendizagem:** educação inclusiva. 8. ed. (Demais edições) Porto Alegre: Mediação, 2009.

CARVALHO, R. E. **Educação inclusiva:** com os pingos nos "is". 7. ed. (Demais edições) Porto Alegre: Mediação, 2010.

CAVALCANTI, Z. **A história de uma classe:** Alunos de quatro a cinco anos. Artes Médicas: Porto Alegre, 1995.

CÓRIA-SABINI, M.A.; LUCENA, R.F. **Jogos e brincadeiras na educação infantil**. 5 ed. (demais edições). Campinas: Papirus, 2009.

FAVERO, E. A. G. **Direitos das pessoas com deficiência**: garantia de igualdade na diversidade. São Paulo: WVA, 2004.

KRAMER, S; PEREIRA, A. B. C.; OSWALD, M. L. M. B.; ASSIS, R. A. **Com a pré-escola nas mãos**: uma alternativa curricular para a educação infantil. São Paulo: Editora Ática, 1989.

MOURA, M. L.S. **O bebê do século XXI e a psicologia em desenvolvimento**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

OLIVEIRA, Z. M. R. **Educação infantil**: muitos olhares. São Paulo: Cortez, 2007.

PICCININI, C. A.; MOURA, M. L. S. (Org.). **Observando a interação pais-bebê-criança**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

SIAULYS, M. O. C. **Brincar para todos**. São Paulo: MEC, 2005.

11) Currículo e Educação Especial: adaptações e acomodações

Objetivos gerais: Conhecer e analisar elementos conceituais do currículo escolar, de forma a proceder às modificações e adaptações para o ensino das pessoas com necessidades educacionais especiais. Conhecer e analisar aspectos relativos ao currículo funcional voltados ao ensino e aprendizagem das pessoas com necessidades educacionais especiais. Analisar e propor procedimentos de adaptações curriculares na escola.

Ementa: Principais aspectos do currículo escolar e suas adaptações e acomodações em Educação Especial. Aspectos políticos, pedagógicos e sua influência nas adaptações e acomodações curriculares. Currículo funcional.

Referências bibliográficas:

Básica:

BRASIL. **Subsídios para diretrizes curriculares nacionais para a educação básica**. Brasília: Ministério da Educação, 2009.

COLL, C; PALÁCIOS, J.; MARCHESI, A. **Desenvolvimento psicológico e educação**: psicologia evolutiva. Porto Alegre: Artmed, 2004. v. 3.

STAINBACK, S.; STAINBACK, W. **INCLUSÃO**: um guia para educadores. Tradução: LOPES, M. F. Porto Alegre: Artmed, 1999.

Complementar:

ALCUDIA, R. **Atenção à Diversidade**. [ET al.]; trad. Daisy de Moraes. Porto Alegre: Artmed, 2002.

ASEGURADO GARRIDO, A.; GONZÁLEZ MANJÓN, D.; RIPALDA GIL, J.. **Adaptações Curriculares** In Rafael Bautista (coord.) *Necessidades Educativas Especiais*. 1ª ed. Cap. III. (p. 53-82). Lisboa: Dinalivro, 1997.

BRASIL. **Diretrizes curriculares nacionais para a Educação Especial**. Brasília: Ministério da Educação, 1998.

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais: adaptações curriculares**. Brasília: Ministério da Educação, 1998.

BRASIL. **Direito à Educação** – necessidades educacionais especiais: subsídios para atuação do Ministério Público Brasileiro. Brasília: Ministério da Educação, 2001.

CORREIA, L. de M. **Inclusão e Necessidades Educativas Especiais**: Um guia para educadores e professores. Porto: Porto Editora, 2008.

CUCCOVIA, M. M. **Análise de procedimentos para avaliação de interesses baseado em um currículo funcional natural e seus efeitos no funcionamento geral de indivíduos com deficiência mental e autismo**. 2006. 186 f. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2006.

SACRISTÁN, G. J. **O currículo**: uma reflexão sobre a prática. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SILVA, T. T. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 6. ed. (Demais edições) Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

12) Procedimentos de Ensino em Educação Especial I: deficiência intelectual

Objetivos gerais: Conhecer, analisar e refletir sobre os elementos conceituais de deficiência intelectual; Conhecer e analisar as diferentes abordagens e características da deficiência intelectual, seu significado á luz da História, bem como, entender e aplicar diferentes formas identificação de atendimento.

Ementa: Histórico da conceituação de deficiência intelectual. Diferentes abordagens da deficiência intelectual. Principais características da deficiência intelectual. Formas de identificação e atendimento.

Referências bibliográficas:

Básica:

ALBERTO, P. A.; TROUTMAN, A. C. **Applied behavior analysis for teachers**. 8. ed. (Demais edições) New Jersey: Pearson/Merril Prentice Hall, 2009. FERREIRO, E.; TEBEROSKY, A. **A Psicogênese da língua escrita**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

SMITH, D. S. **Introdução à Educação Especial: ensinar em tempos de inclusão**. Tradução: Sandra Moreira de Carvalho. 5. ed. (Demais edições) Porto Alegre: Artmed, 2008.

Complementar:

ALMEIDA, M. A. Apresentação e análise das definições de deficiência mental propostas pela AAMR: Associação Americana de Retardo Mental de 1908 a 2002. **Revista da Educação**, n. 16, p. 33,48, 2004.

BANKS-LEITE, L.; GALVÃO, I. **A educação de um selvagem a experiências pedagógicas de Jean Itard**. São Paulo: Cortez, 2000. (demais edições)

MANTOAN, M. T. E. **Compreendendo a deficiência mental: novos caminhos educacionais**. São Paulo: Scipione, 2005.

VELTRONE, A. A. **A inclusão escolar sob o olhar dos alunos com deficiência mental**. 2008 125 f. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2008.

13) Linguagem e pensamento

Objetivos gerais: Conhecer e analisar os princípios teóricos do desenvolvimento da linguagem de forma a estabelecer relações entre pensamento e linguagem e sua estruturação no percurso do desenvolvimento humano; Entender o papel dos interlocutores no processo de aprendizagem a capacidade de atividades simbólica para a comunicação e desenvolvimento de linguagem.

Ementa: Desenvolvimento da linguagem e do pensamento; Relação entre pensamento e fala no percurso do desenvolvimento; aspectos do desenvolvimento atípico e seu impacto no

desenvolvimento da linguagem: papel da cultura nos processos de aquisição e desenvolvimento da linguagem e pensamento.

Referências bibliográficas:

Básica:

CRUZ, M. N. da. Multiplicidade e estabilização de sentidos na dinâmica interativa: a convencionalização das primeiras palavras da criança. In: GÓES, M. C. R. de; SMOLKA, A. L. B. **A significação nos espaços educacionais:** interação social e subjetiva. Campinas: Papirus, 1997. p. 47-61.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e linguagem.** Tradução: Jeferson Luiz Camargo. 4. ed. (Demais edições) São Paulo: Martins Fontes, 2008.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente:** o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. Tradução: Jose Cipolla Neto. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

Complementar:

FONTANA, R.; CRUZ, N. **Psicologia e trabalho pedagógico.** São Paulo: Atual, 1997.

GOES, M. C. R. **Linguagem, surdez e educação.** Campinas: Autores Associados, 1996.

LURIA, A. R. O cérebro humano e a atividade consciente. In: VIGOTSKII, L. S.; LURIA, A. R.; LEONTIEV, A. N. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem.** São Paulo: Ícone, 1988. p. 191-225.

LURIA, A.R. **Pensamento e Linguagem:** as últimas conferências de Luria. (Demais edições) Porto Alegre: Artes Médicas, 1986.

MORATO, E. M. **Linguagem e cognição:** as reflexões de L.S. Vygotsky sobre a ação reguladora da linguagem. São Paulo: Plexus, 1996.

NUNES, L.R.O. P. Métodos naturalísticos para o ensino da linguagem funcional em indivíduos com necessidades especiais. In: ALENCAR, E. S. (org.). **Novas contribuições da psicologia aos processos de ensino e aprendizagem.** São Paulo: Cortez, 1992. p. 72-96. (demais edições)

SACKS, O. W. O olho da mente: como as pessoas que perderam a visão reorganizam as memórias e a vida. **Revista Mente & Cérebro**, v. 176, p. 32- 43, set. 2007.

SCARPA, E. M. Aquisição de linguagem. In: MUSSALIN, F.; BENTES, A. C. (Org.). **Introdução à Lingüística 2:** domínios e fronteiras. São Paulo: Cortez, 2001. p.203-232.

SCHEUER, C.I et al. Desenvolvimento da Linguagem: uma introdução. In: LIMONGI, S.C.O. (Org.). **Fonoaudiologia**: informação para a formação. Linguagem: desenvolvimento normal, alterações e distúrbios. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003. p- 1-18.

VEER, R. V.; VALSINER, J. Lev Vygotsky. In: _____. **Vygotsky**: uma síntese. São Paulo: Loyola, 1991. p. 17-30.

VIGOTSKY, L. S. **O desenvolvimento psicológico na infância**. Tradução: Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

VYGOTSKI, L. S. **Obras escogidas**. Tradução: Lydia Kuper. 2. ed. (Demais edições)Madrid: Aprendizaje Visor, 2006. v.4. Tradução de: Sobrania Sochinenii Tom Cherviortii Detskaya Psijologuia.

VYGOTSKI, L. S. **Obras escogidas**. Tradução de: Julio Guillermo Blank. 2. ed. (Demais edições)Madrid: Aprendizaje Visor, 1997. v. 5. Tradução de: Sobrania Sochinenii Tom Piatii Osnovi Defektologuii.

14) Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)

Objetivos gerais: Aprofundar o conhecimento em LIBRAS e a fluência nesta língua; Propiciar uma melhor comunicação entre surdos e ouvintes em todos os âmbitos da sociedade, e especialmente nos espaços educacionais; Favorecer ações de inclusão social oferecendo possibilidades para a quebra de barreiras lingüísticas; Desenvolver um conhecimento da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), por meio da vivência dos alunos de situações de conversação em LIBRAS e proporcionar formação sobre a realidade dos surdos na atualidade, propondo uma reflexão sobre sua cultura, sua identidade e os impactos destas nas práticas educacionais. LIBRAS e processos educacionais de sujeitos surdos.

Ementa: Origem da LIBRAS. Legislação sobre LIBRAS. Ensino prático da LIBRAS envolvendo uso do alfabeto digital, noções de tempo, ação, e espaço na enunciação. Atribuição de características às pessoas, objetos, animais e coisas. Expressões faciais e corporais como processos de significação particulares da LIBRAS. Introdução às variedades regionais e variantes sociais em LIBRAS. O contar histórias em LIBRAS. Expressões idiomáticas.

Referências bibliográficas:

Básica:

CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D. **Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da Língua Brasileira de Sinais**. São Paulo: EDUSP; FABESP; Fundação Vitae; FENEIS; BRASIL TELECOM, 2001a. v. 1: Sinais de A a.

CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D. **Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da Língua Brasileira de Sinais**. São Paulo: EDUSP; FABESP; Fundação Vitae; FENEIS; BRASIL TELECOM, 2001b. v. 2: Sinais de M a Z.

LACERDA, C.B.F.; GOES, M. C. R. (Org.). **Surdez: processos educativos e subjetividade**. São Paulo: Lovise, 2000.

Complementar:

BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto nº 5626 de 22/12/2005**. Regulamenta a Lei nº 10436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais e o art.18 da Lei nº 10098 de 19/12/2000. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso 06 de junho de 2011.

BERGAMASCHI, R. I.; MARTINS, R. V. (Org.). **Discursos atuais sobre a surdez**. Canoas: La Salle, 1999.

BOTELHO, P. **Segredos e silêncios na educação de surdos**. Belo Horizonte: Autentica, 1998.

BRITO, L. F. **Por uma gramática de Língua de Sinais**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

FELIPE, T. A.; MONTEIRO, M. S. **LIBRAS em contexto: curso básico**, livro do professor instrutor: Brasília: Programa Nacional de Apoio à Educação dos Surdos, MEC:SEESP, 2001.

FERNANDES, E. **Linguagem e surdez**. Porto Alegre: ARTMED, 2003.

GESSER, A. **LIBRAS? Que língua é essa?: crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

LODI, A. C. B. Uma leitura enunciativa da Língua Brasileira de Sinais: o gênero contos de fadas. **DELTA: Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada**, v. 20, n. 2, p. 281-310, 2004.

MACHADO, P. **A política educacional de integração/inclusão**: um olhar do egresso surdo. Florianópolis/SC: Editora UFSC, 2008.

MOURA, M. C. de. **O surdo**: caminhos para uma nova identidade. Rio de Janeiro: Revinter, 2000.

QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. B. **Língua de Sinais Brasileira**: estudos lingüísticos. Porto Alegre: Artes Médicas, 2004.

QUADROS, R.M. **Educação de Surdos**: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

SÁ, N.R.L. **Educação de Surdos**: a caminho do bilingüismo. Niterói: EDUF, 1999.

SKLIAR, C. (Org.). **Atualidade da Educação Bilingue para Surdos**. Porto Alegre: Mediação, 1999. v. 1 (demais edições)

THOMA, A.; LOPES, M. **A invenção da surdez**: cultura, alteridade, identidade e diferença no campo da educação. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004.

15) Processos Investigativos em Educação Especial III: Desenvolvimento de programas

Objetivos gerais: Conhecer e analisar elementos conceituais do estudo do comportamento humano; formatos básicos de instrução; técnicas de monitoração do progresso de alunos com necessidades educacionais especiais, bem como, as estratégias utilizadas no desenvolvimento de programas sistematizados; Conhecer e aplicar técnicas para a promoção de comportamentos sociais e acadêmicos progresso em alunos com necessidades educacionais especiais.

Ementas: Estudo do manejo do comportamento usando princípios comportamentais; Definição e medida do comportamento; Estratégias de reforçamento; Desenvolvimento de programas sistematizados; Formatos básicos de instrução; Técnicas de monitoração do progresso do estudante; Técnicas de promoção de comportamentos acadêmicos e sociais.

Referências bibliográficas:

Básica:

COZBY, Paul C.. **Métodos de pesquisa em ciências do comportamento**. [Methods in behavioral research]. Paula Inez Cunha Gomide (Trad.). São Paulo: Atlas, 2003.

MOREIRA, M.B.; MEDEIROS, C.A. **Princípios básicos de análise do comportamento**. Porto Alegre: Atmed, 2008.

SKINNER, B. F. **Ciência e comportamento humano**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

Complementar:

CARVALHO, Rosita E. **Removendo barreiras para a aprendizagem: educação inclusiva**. Porto Alegre: mediação, 2000.

COLL, C; PALÁCIOS, J.; MARCHESI, A. **Desenvolvimento psicológico e educação: Psicologia da educação escolar**. Vol 2. Porto Alegre: Artmed, 2004.

GUILHARDI, HJ et al (orgs.). **Sobre comportamento e cognição**. Santo André, SP: (coleção completa)

Perfil 4

16) Procedimentos de ensino em Educação Especial II: deficiência auditiva

Objetivos gerais: Conhecer a surdez, o comprometimento de linguagem implicado na surdez, as formas organizadas historicamente de atendimento educacional à surdez, a legislação atual relativa à educação de surdos, abordagem educacional bilíngüe e o papel da língua brasileira de sinais na educação de surdos.

Ementa: Histórico da conceituação da deficiência auditiva e surdez. Diferentes abordagens de intervenção educacional junto à surdez; Princípios da educação bilíngüe.

Referências bibliográficas:

Básica:

Cadernos CEDES. Campinas, V. 26, n.69, mai/ago.2006.

LACERDA, CBF e LODI, A C B (orgs.). **Uma escola duas línguas: letramento em língua portuguesa e língua de sinais nas etapas iniciais de escolarização**. Porto Alegre: Editora Mediação, 2009.

GOES, M. C. R de. (Org.). **Surdez: Processos educativos e subjetividade**. São Paulo: Lovise, 2000, p. 23-28.

Complementar:

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. 2008.

<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>. Acesso em 11 de fevereiro de 2011.

BRASIL. **Decreto nº 5.626**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Publicada no Diário Oficial da União em 22/12/2005.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Lei nº. 10.436**, dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS e dá outras providências. Publicada no Diário Oficial da União em 24/04/2002.

LACERDA, C.B.F de. A inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem alunos, professores e intérpretes sobre essa experiência. **Cadernos CEDES**. Campinas, V. 26, n.69, p. 163-184, mai/ago.2006.

MOURA, M.C, VERGAMINI, S.A.A, LEITE, S.R. **Educação para surdos: práticas e perspectivas**. São Paulo: Editora Santos, 2008.

PERLIN, G. Identidade Surda e Currículo. In: LACERDA, C. B. F de; QUADROS, RM de. Políticas lingüísticas e educação de surdos em Santa Catarina: espaço de negociações. **Cad. CEDES**, Campinas, v. 26, n. 69, ago. 2006.

VYGOTSKY L. S. **Pensamento e Linguagem**. Lisboa: Antidoto, 1979.

VYGOTSKY, L. S. **A Formação Social da Mente**. São Paulo: Martins Fontes: 1984.

17) Tecnologias instrucionais aplicadas à Educação Especial I: modelos instrucionais

Objetivos gerais: Conhecer recursos e modelos teóricos para o desenvolvimento de tecnologias instrucionais para estudantes com necessidades educacionais especiais.

Ementa: Teoria e prática do planejamento, desenvolvimento, implementação, gerenciamento e avaliação de recursos para a aprendizagem; modelos teóricos para o desenvolvimento de tecnologias de ensino/instrução para estudantes com necessidades educacionais especiais.

Referências bibliográficas:

Básica:

COLL, C.; PALACIOS, J.; MARCHESI, A. **Desenvolvimento psicológico e educação**. Vol. 2. Porto Alegre: Artmed, 2004.

DARCY, R. (Orgs). **Tecnologias para a Educação Inclusiva**. São Paulo: Cortez, 2009.
SMITH, D. **Introdução à educação especial** - Ensinar nos tempos de inclusão. Porto Alegre: Artmed, 2008.

Complementar:

Bowe, F. G. **Universal Design in Education: Teaching Nontraditional Students**. Westport(Conn): Bergin & Garvey, 2000.

Chyung, Y. **Foundations of Instructional Performance Technology**. Amherst (MA): HRD Press, 2008

PAPERT, S. **A máquina das crianças: repensando a escola na era da informática**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

VALENTE, J. A. **Liberando a mente: computadores na educação especial**. Campinas: Gráfica Central da Unicamp, 1991.

MANZINI, J. E. **Tecnologia Assistiva para Educação: Recursos pedagógicos adaptados**. In: Ensaio Pedagógico. Ministério da Educação/Secretaria da Educação Especial, Brasília, 2006, p. 82-86.

SILVA; R. D. O uso da informática como um instrumento de apoio no processo educacional pessoas com deficiência visual e deficiência física/motora. p. 117-153. In: CARVALHO, R. A. (Orgs). **Pessoa com deficiência na sociedade contemporânea: problematizando o debate**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2006.

SciELO - **Scientific Electronic Library Online**. Disponível em: www.scielo.br

REVISTA NOVAS TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO. Online. Disponível em <http://www.cinted.ufrgs.br/renote/>

18) Ensino colaborativo

Objetivos gerais: Conhecer a proposta de trabalho colaborativo entre o professor do ensino regular e o da educação especial, a fim de favorecer a escolarização de alunos especiais.

Ementa: A inclusão escolar e os novos papéis dos profissionais da escola, fundamentos do trabalho colaborativo; o trabalho colaborativo na escola, a parceria entre professor do ensino comum e ensino regular; estabelecendo parcerias colaborativas.

Referências bibliográficas:

Básica:

MENDES, E. G.; ALMEIDA, Maria Amélia (Orgs.). **Das margens ao centro:** perspectivas para as políticas e práticas educacionais no contexto da educação especial inclusiva. 1. ed. Araraquara: Junqueira&Marins, 2010.

MENDES, E. G.; ALMEIDA, Maria Amélia; HAYASHI, Maria Cristina P I. (Orgs.). **Temas em Educação Especial:** conhecimentos para fundamentar a prática. 1. ed. Araraquara: Junqueira&Marins, 2008. v. 1. 471 p.

STAINBACK, S. STAINBACK, W. Estruturando a sala de aula para evitar comportamentos inadaptados. In: STAINBACK, S. STAINBACK, W. **Inclusão.** Um Guia para Educadores. Porto Alegre: Artmed, 1999

Complementar:

ARGÜELLES, M E., HUGHES, M. T., & SCHUMM, J. S. **Co- Teaching: A Different Approach to Inclusion.** Principal (Reston, Va.), 2000, 79(4), 50-1.

ASSIS, Caroline Penteado; MENDES, E. G.; ALMEIDA, Maria Amélia. Ensino colaborativo: um relato de experiência sobre o desenvolvimento de parceria colaborativa. **Educere et Educare** (Impresso), v. 6, p. 1-1, 2011.

CAPELLINI, V. L. M. F.; MENDES, E. G. O ensino colaborativo favorecendo o desenvolvimento profissional para a inclusão escolar. **Rev. Educare et Educare. Revista de Educação.** Vol. 2 n. 4 jul/dez p. 113-128. 2007.

CARNEIRO, R. U. C.; MENDES, E. G. Gestão Escolar Inclusiva. Ver. **SER? Saber, Educação e Reflexão Agudos/SP,** v1, n1, jan/jun. 2008

CARR, E.G.; HORNER, R.H.; TURNBULL,A.P.; MARQUIS, J.C.; MC LAUGHIN, D.M.; MC ATEE, M.L.; SMITH,C.E.;RYAN,K.A.; RUEF, M.; DOOLABH,A.; BRADDOCK,D.(Ed.). **Positive Behavior Support for People with Developmental Disabilities:** a Research Synthesis. American Association on Mental Retardation. Washington DC.1999.

CONDERMAN, G.; BRESNAHAN, V.; PEDERSEN, T. **Purposeful co-teaching: real cases and effective strategies.** Corwin Press: Thousand Oaks, California. 2009. p. 19-35.

FATTIG, ML; Taylor, MT. **Co-Teaching in the Differentiated Classroom:Successful Collaboration, Lesson Design, and Classroom Management, Grades 5- 12.** San Francisco, CA: Jossey- Bass, 2008.

FEDERICO, M. A., HERROLD, W. G. & VENN, J. (1999). Helpful tips? for successful inclusion ? a checklist for educators. **Teaching Exceptional Children**, 32, nº1, p. 76-82.

FERREIRA, B.C.; MENDES, E. G.; DEL PRETTE, Z.A.P.; ALMEIDA, Maria Amélia. Parceria colaborativa: descrição de uma experiência entre ensino regular e especial. **Revista Educação Especial** (UFSM), v. 29, p. 9-22, 2007.

FRENCH, N. K. **The Shifting Roles of School Professionals**. Corwin Press, 2001.

FRIEND, M. **Special education**: Contemporary perspectives for school professionals. Montreal: Pearson/A & B, 2005.

GATELY, S. E.; GATELY, F. J., JR. Understanding coteaching components. **The Council for Exceptional Children**, 2001, 33(4), 40-47.

HENLEY, M.; RAMSEY, R. S.; ALGOZZINE, R. F. Classroom Management. In: _____. **Characteristics of and strategies for teaching students with mild disabilities**. 4 ed. Allyn & Bacon: Boston. 2002.

KANELIS, A. **Collaborative Teaching**. Hamburgo: Vdm Verlag, 2008.

KEEFE, E. B., MOORE, V., DUFF, F. The four ?knows? of collaborative teaching. **Teaching exceptional children**, 2004. 36(5), 36-42.

KORINEK, L., WALTHER-THOMAS, C., MCLAUGHLIN, V.J. E WILLIAMS, B.T. Creating Classroom Communities and Networks for Student Support. **Intervention in School and Clinic**, 1999. vol.35, n.1. pp. 3-8.

LEHR, A. E. (1999). The administrative role in collaborative teaching. **NASSP Bulletin**, 83, n 611, pp. 105-111.

MACHADO, A. C.; ALMEIDA, M. A. Parceria no contexto escolar: uma experiência de ensino colaborativo para educação inclusiva. **Rev.Psicopedagogia**. 2010

MENDES, E. G.. Inclusão escolar com colaboração: unindo conhecimentos, perspectivas, e habilidades profissionais. In: Lúcia de Araújo Ramos Martins; Gláucia Nascimento da Luz Pires. (Org.). **Políticas e práticas educacionais inclusivas**. 1 ed. Natal: EDUFRN, 2009, v. 1, p. 19-51

MENDES, E. G.; TOYODA, Cristina Yoshie ; BISACCIONE, Paola . S.O.S. Inclusão escolar: avaliação de um programa de consultoria colaborativa com base em diários de campo. In: Denise Meyrelles de Jesus, Cláudio Roberto Baptista, Maria aparecida dos

Santos Corrêa Barreto, Sonia Lopes victor. (Org.). **Inclusão, práticas pedagógicas e trajetórias de pesquisa**. 2 ed. Porto Alegre: Editora Mediação, 2011, v. 1, p. 63-74.

MENDES, E. G. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. **Rev. Brasileira de Educação**, v. 11, n. 33, set/dez, 2006

PUGACH, M. C., & JOHNSON, L. J. (1989). The Challenge of Implementing Collaboration Between general and special education. **Exceptional Children**, 1999, 56, No.3, 232-235.

WALTHER-THOMAS, C., KORINEK, L. & MCLAUGHLIN, V. L. Collaboration to support student? success. **Focus on Exceptional Children**, 32, nº3, pp. 1-18.

WEISS, M. & LLOYD, J. Conditions for co-teaching: lessons from a case study. **Teacher Education and Special Education**, 2003, 26, nº1, pp. 27-41

WOOD, M. (1998). Whose job is it anyway? Educational roles in inclusion. **Exceptional Children**, 64, No. 2, 181-195.

19) Processos Investigativos em Educação Especial IV: escola, família e trabalho

Objetivos gerais: Conhecer e analisar os processos investigativos e da produção em educação especial na interface da pessoa com deficiência na família, na escola e no trabalho.

Ementa: Conhecer e explorar os elementos da diversidade social e cultural das pessoas com deficiências, privilegiando o saber no mundo contemporâneo; educação e família; educação e trabalho; a educação profissional.

Referências bibliográficas:

Básica:

NUNES, L.R.O.P., GLAT, R., FERREIRA, J.R., MENDES, E.G. **Questões atuais em educação especial:** pesquisa em educação especial na pós-graduação. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1998.

AMIRALIAN, Maria Lúcia T. M. **Psicologia do excepcional**. São Paulo: EPU, 1986. (Temas básicos de psicologia).

BLASCOVI-ASSIS, Silvana Maria. **Lazer e deficiência mental:** o papel da família e da escola em uma proposta de educação pelo e para o lazer. Campinas: Papyrus, 1997.

Complementar:

ALMEIDA, M. A. A profissionalização do indivíduo portador de deficiência mental. **Anais do 39º Encontro das APAES do Paraná**. Sertanópolis: Grafcel, 2000, 45-56

ARAÚJO, E. A. C. **Deficiência Mental, Suporte Comunitário e Transição para o Trabalho**. 1. ed. Araraquara/SP: Junqueira & Marin Editores, 2008.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 1998.

BRASIL. **Lei nº9394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União. Brasília, n. 248, 23 dez 1996. Disponível em: Acesso em: 12 mai 2005.

BRASIL. **Lei nº 8.112 de 11 de dezembro de 1990**. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Diário Oficial da União. Brasília, 12 de dez de 1990. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/sicon/ListaReferencias.action?codigoBase=2&codigoDocumento=102416>> Acesso em: 06 mar 2005.

BRASIL. **Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991**. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, 25 de jul de 1991. Disponível em: <http://www.cedipod.org.br/lei8213.doc> Acesso em: 06 mar 2005.

CHACON, Miguel C. M. Família e Escola: uma parceria possível em prol da inclusão? IN: CORRER, R. **Deficiência e Inclusão Social: construindo uma nova comunidade**. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

DECLARAÇÃO DE MADRI. Congresso Europeu de Pessoas com Deficiência. Espanha, 23 de março de 2002. Tradução de Romeu Kazumi Sasaki. Disponível no site <http://www.saci.org.br/index.php?modulo=akemi¶metro=2490>. Acesso em maio 2006.

MARTINS, Lucia de Araújo Ramos Martins (et al). **Políticas e práticas educacionais inclusivas**. Natal: EDUFRN, 2008.

MANZINI, Eduardo José. (org). **Inclusão e acessibilidade**. Marília: ABPEE, 2006.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pela Assembléia Geral da ONU em dezembro de 2006. Disponível em <http://www.bengalalegal.com/onu.php> Acesso em julho de 2008.

Dissertações e teses do Programa de Pós-Graduação em Educação Especial/ UFSCAR

Base de dados do SCIELO

Perfil 5

20) Fundamentos sociológicos, políticos e antropológicos da educação

Objetivos gerais: Estudar os fundamentos teóricos do trabalho pedagógico considerando a diversidade do contexto escolar.

Ementa: Significado da sociologia, antropologia e política para a educação. Importância e tendência atuais das áreas para a educação e educação especial. Estudo das relações étnico-raciais na perspectiva da educação inclusiva.

Referências bibliográficas:

Básica:

CHAUÍ, M. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 1995.

FORACCHI, M.M.; MARTINS, J.S. **Sociologia e sociedade**. Rio de Janeiro: LTC, 1977.

SAVIANI, D. **Política e educação no Brasil**. 6ª edição. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

Sites: Scielo; Banco de Teses da Capes; ANPED.

Complementar:

FERREIRA, Roberto Martins. **Sociologia da educação**. São Paulo: Moderna, 1993

LUCKESI, Cipriano Carlos, 1943-. **Filosofia da educação**. São Paulo: Cortez, 1990.

PILETTI, Nelson, 1945. **Sociologia da educação**. São Paulo: Atica, 1991

SAVIANI, Dermeval, 1944-...et al. **Filosofia da educação brasileira**. Dermeval Trigueiro Mendes (Coord.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983

21) Procedimentos de ensino em Educação Especial III: transtornos globais de desenvolvimento

Objetivos gerais: Refletir sobre o trabalho pedagógico desenvolvido junto a alunos com transtornos globais de desenvolvimento. Analisar propostas de atuação na área da Educação Especial.

Ementas: Histórico e conceituação dos transtornos globais de desenvolvimento; diferentes abordagens no atendimento às pessoas com transtornos globais de desenvolvimento; educação de pessoas com transtornos globais do desenvolvimento.

Referências bibliográficas:

Básica:

CAMARGOS Jr, W.. **Transtornos invasivos do desenvolvimento**: Terceiro milênio. Brasília: Ministério da Justiça, Doordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, AMES, ABRA, 2002.

AIELLO, AL.R. Identificação precoce de sinais de autismo. In H.J. Guilhardi, M.B.B.P.Madi, P.P. Queiroz, & M.C. Scoz (org.). **Sobre comportamento e cognição**: Contribuições para a construção da teoria do comportamento. Santo André, SP: ESETec, vol.9, 2002, pp.13-29.

KAPLAN, H.J., Sadock, B.J., & Grebb, J.A. (1997). **Transtornos invasivos do desenvolvimento**. In (Autores). **Compêndio de Psiquiatria: Ciências do Comportamento e Psiquiatria Clínica** (pp. 979-988). Porto Alegre: Artes Médicas.

Nilsson, I. (2003). A educação de pessoas com desordens do espectro autístico e dificuldades semelhantes de aprendizagem. **Temas sobre desenvolvimento**, 12 (68),5-45.

Complementar:

BANKS-LEITE, L.; GALVÃO, I. **A educação de um selvagem**: As experiências pedagógicas de Jean Itard. São Paulo: Editora Cortez, 2000.

CUNHA, E. **Autismo e inclusão**: Psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família. Rio de Janeiro: Wak Editiora, 2009.

BAPTISTA, C.R. 7 Bosa, C. **Autismo e educação**: reflexões e propostas de intervenção. Porto Alegre: Artes Médicas, 2002.

22) Procedimentos de ensino em Educação Especial IV: altas habilidades/ superdotação

Objetivos gerais: Refletir sobre o trabalho pedagógico desenvolvido junto a alunos com altas habilidades/ superdotação. Analisar propostas de atuação na área.

Ementa: Histórico da Conceituação das altas habilidades/ superdotação. Principais características das altas habilidades/ superdotação. Diferentes abordagens. Formas de atendimento.

Referências bibliográficas:

Básica:

FLEITH, D.S.; ALENCAR, E.M.L.S. **Desenvolvimento de talentos e altas habilidades:** Orientação a pais e professores. Porto Alegre: Artmed, 2007.

GARDNER, H. **Inteligências múltiplas:** a teoria na prática. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

SABATELLA, M.L.P. **Talento e Superdotação:** Problema Ou Solução? Curitiba: Ibope, 2005.

Complementar:

ALENCAR, E.M.L.S.; FLEITH, D.S. **Superdotados:** Determinantes, educação e ajustamento. São Paulo: EPU, 2000.

BRASIL. **Saberes e práticas da inclusão:** avaliação para a identificação das necessidades educacionais especiais. Brasília: Ministério da Educação, 2006. Disponível em: portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/avaliacao.pdf.

BRASIL. **A construção de práticas educacionais para alunos com altas habilidades/superdotação.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2007.

BRASIL. **Política Nacional da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2008.

DELPRETTO, B. M. L.; GIFFONI, F.; POLLON, S. A. **Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar:** altas habilidades/superdotação. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial: Universidade Federal do Ceará, 2010. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=7119&Itemid=.

GONZÁLEZ, E. **Necessidades educacionais específicas.** Porto Alegre: Artmed, 2007.

GUENTHER, Z. C. **Desenvolver capacidades e talentos:** um conceito de inclusão. Petrópolis: Vozes, 2000.

MARTINS, L. A. R. M. **Políticas e práticas educacionais inclusivas.** Natal: EDUFRN, 2008.

RECH, A. J. D.; FREITAS, S. N. Uma análise dos mitos que envolvem os alunos com altas habilidades: a realidade de uma escola de Santa Maria/RS. **Revista Brasileira de**

Educação Especial, Marília, 2005, p. 295-314. Disponível em: www.scielo.br/pdf/rbee/v11n2/v11n2a9.pdf

RENZULLI, J. O que é esta coisa chamada superdotação, e como a desenvolvemos? Uma retrospectiva de vinte e cinco anos. **Educação**, Porto Alegre, ano XXVII, n. 1(52), p. 75-131, Jan./Abr, 2004. Disponível em: revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/viewFile/375/272.

STAINBACK, S.; STAINBACK, W. **Inclusão**: Um guia para educadores. Porto Alegre: Artmed, 1999.

STERNBERG, R. J.; GRIGORENKO, H. **Inteligência plena**: ensinando e incentivando a aprendizagem e a realização dos alunos. Porto Alegre: Artmed, 2003.

SILVA, T. T. da. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

SMITH, D.D. **Introdução a Educação Especial - Ensinar em Tempos de Inclusão**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

VIRGOLIM, A. M. R. (org). **Toc, toc,... plim, plim**: lidando com as emoções, brincando com o pensamento através da criatividade. Campinas: Psy, 1998.

WINNER, E. **Crianças superdotadas**: Mitos e realidades. Artmed: Porto Alegre, 1998.

23) Apoio educacional especializado: Ensino Fundamental

Objetivos gerais: Conhecer e analisar as políticas relativas ao Ensino Fundamental, as propostas curriculares e as formas de avaliação. Analisar e propor procedimentos de trabalho colaborativo na escola.

Ementa: Estudo das questões relacionadas às especificidades do ensino fundamental, considerando: avaliação, currículo e apoio ao professor.

Referências bibliográficas:

Básica:

COLL, C.; MARCHESI, A. PALACIOS, J. **Desenvolvimento Psicológico e Educação**: transtornos do desenvolvimento e necessidades educativas especiais. 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2004, v. 3. (e demais edições)

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão da escola** - Teoria e Prática. 5 ed. Goiânia: Editora Alternativa, 2004 (e demais edições).

SAVIANI, D. **Da nova LDB ao novo Plano Nacional de Educação**: por uma outra política educacional. Campinas: Autores Associados, 2004.

Complementar:

ALAVARSE, Ocimar Munhoz. A organização do ensino fundamental em ciclos: algumas questões. **Rev. Bras. Educ.**, Abr 2009, vol.14, no.40, p.35-50. ISSN 1413-2478

ARELARO, Lisete Regina Gomes. O ensino fundamental no Brasil: avanços, perplexidades e tendências. **Educ. Soc.**, Out 2005, vol.26, no.92, p.1039-1066. ISSN 0101-7330

BARRETTO, Elba Siqueira de Sá; SOUSA, Sandra Zákia Estudos sobre ciclos e progressão escolar no Brasil: uma revisão. **Educ. Pesqui.**, Abr 2004, vol.30, no.1, p.31-50. ISSN 1517-9702

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica**. Brasília: MEC/SEESP, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. **Inclusão**: revista da educação especial, v. 4, n 1, janeiro/junho 2008. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica **Parâmetros nacionais de qualidade para a educação infantil**/Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Brasília. DF, 2006.

BRASIL. Ensino Fundamental. **Saberes e práticas da inclusão** (Coleção completa). Brasília: Ministério da Educação, 2006

Brasil. Secretaria de Educação Especial. **Portal de ajudas técnicas para educação: equipamento e material pedagógico para educação, capacitação e recreação da pessoa com deficiência física**: recursos pedagógicos adaptados / Secretaria de Educação Especial - Brasília: MEC: SEESP, 2002, fascículo 1.

BRASIL: Ministério da educação e do desporto. Secretaria de educação fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1998. 10 vols

GORNI, Doralice Aparecida Paranzini and Santos, Alini Falcão dos Das séries aos ciclos de estudos: o desafio da (des)continuidade. **Ensaio: aval.pol.públ.Educ.**, Dez 2009, vol.17, no.65, p.675-694. ISSN 0104-4036

KASPER, Andrea de Aguiar; LOCH, Márcia do Valle Pereira; PEREIRA, Vera Lúcia Duarte do Valle Alunos com deficiência matriculados em escolas públicas de nível fundamental: algumas considerações. **Educ. rev.**, 2008, no.31, p.231-243.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. **Educação Escolar**: políticas, estrutura e organização. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

MARINS, Simone Cristina Fanhani; MATSUKURA, Thelma Simões Avaliação de políticas públicas: a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no Ensino Fundamental das cidades-pólo do Estado de São Paulo. **Rev. bras. educ. espec.**, Abr 2009, vol.15, no.1, p.45-64. ISSN 1413-6538

RODRIGUES, Armindo José. A organização e gestão do processo ensino-aprendizagem no 1º ciclo do ensino fundamental. **Rev. bras. educ. espec.**, Dez 2005, vol.11, no.3, p.429-444. ISSN 1413-6538

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil**. 32ª. Ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

SANTOS, Lucíola Licínio. Diretrizes curriculares nacionais para o ensino fundamental de 9 anos e o Plano Nacional de Educação: abrindo a discussão. **Educ. Soc.**, Set 2010, vol.31, no.112, p.833-850. ISSN 0101-7330

SMITH, D.D. **Introdução À Educação Especial** - Ensinar em Tempos de Inclusão. Porto Alegre: Artmed, 2008.

STAINBACK, Susan & STAINBACK, William. **Inclusão**: um guia para educadores. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999

24) Planejamento educacional individualizado I: Avaliação

Objetivos gerais: Estudar modos de avaliação de problemas desenvolvimentais. Planejar e realizar avaliação pedagógica no contexto escolar.

Ementa: Revisão de medidas, teoria e práticas de avaliação de problemas desenvolvimentais. Técnicas de triagem e avaliação para determinação da elegibilidade a serviços de apoio. Avaliação para o planejamento.

Referências bibliográficas:

Básica:

BEYER, H. O. **Inclusão e avaliação na escola de alunos com necessidades educacionais especiais**. Porto Alegre: Editora Mediação, 2005.

CARVALHO, R. E. **Educação Inclusiva**: com os pingos nos “is”. Porto Alegre: Editora Mediação, 2004.

SMITH, D.D. **Introdução À Educação Especial** - Ensinar em Tempos de Inclusão. Porto Alegre: Artmed, 2008.

Complementar:

BOSCO, I. C. M.G. A.; MAIA, S. R.; MESQUITA, S. R. S. H. **Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar**: surdocegueira e deficiência múltipla. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial: Universidade Federal do Ceará, 2010. Disponível em: portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc.

BRASIL. Congresso Nacional. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro. Brasília, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educacionais especiais**. Brasília: CORDE, 1994. Disponível em: portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf.

BRASIL, **Lei nº 9394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União. Brasília, nº 248, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm.

BRASIL. **Lei nº 11.494**, de 20 de junho. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB. Brasília, 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/Lei/L11494.htm.

BRASIL. **Decreto nº 6.571**, de 17 de setembro. Brasília, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6571.htm.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. **Inclusão**: revista da educação especial, v. 4, n 1, janeiro/junho 2008. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/revinclusao5.pdf>.

CANO; BONALDS, J. **Avaliação psicopedagógica**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

COLL, C; PALÁCIOS, J.; MARCHESI, A. **Desenvolvimento psicológico e educação: Psicologia da educação escolar**. Vol 2. Porto Alegre: Artmed, 2004. SÁNCHEZ- PIAGET, J. **Psicologia e Pedagogia**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

SARTORETTO, M. L.; BERSCH, R. C. R. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar : recursos pedagógicos acessíveis e comunicação aumentativa e alternativa**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial: Universidade Federal do Ceará, 2010. Disponível em: www.especialjr.com.br/aeerp.pdf.

UNESCO. **Declaração de Educação para Todos**. Jomtien, Tailândia: Conferência Mundial de Educação.1990. Disponível em: www.unesco.org.br/publicacoes/copy_of_pdf/decjomtien

25) Prática de Ensino e Estágio Supervisionado em Educação Básica Inclusiva I

Objetivos gerais: Conhecer e analisar as práticas pedagógicas inclusivas na Educação Básica. Desenvolver propostas de intervenção pedagógica de apoio no contexto escolar.

Ementa: A relação entre práticas educativas e políticas educacionais relativas ao atendimento especializado; análise histórico-crítica da organização, e dos sistemas de funcionamento do ensino especial no Brasil.

Referências bibliográficas:

Básica:

MAZZOTTA, M. J. da S. **Trabalho docente e formação de professores de educação especial**. São Paulo: Pedagógica e Universitária, 1993.

PIMENTA, S. G. LIMA, M. S. **Estágio e Docência**. São Paulo: Cortez, 2010.

VEIGA, I. P. A. (Org.); D'ÁVILA, C. M. (Org.). **Profissão docente: novos sentidos, novas perspectivas**. 2 ed. (Demais edições)Campinas: Papirus, 2010.

Complementar:

CARVALHO, R. E. **Removendo barreiras para a aprendizagem: educação inclusiva**. 8 ed. (Demais edições)Porto Alegre: Mediação, 2009.

FAVERO, E. A. G. **Direitos das pessoas com deficiência: garantia de igualdade na diversidade**. Rio de Janeiro: WVA, 2004.

FREIRE, M. **A paixão de conhecer o mundo**. São Paulo: Paz e Terra, 1984.

FREIRE, P. **Professora sim tia não**. Cartas a quem ousa ensinar. São Paulo: Editora Olho d'água, 1994.

MOYLES, J. R.. **A excelência do brincar**: a importância da brincadeira na transição entre educação infantil e anos iniciais. Maria Adriana Veríssimo Veronese (Trad.). Porto Alegre: Artmed, 2008.

SMITH, D. **Introdução à educação especial - Ensinar nos tempos de inclusão**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

VICENTINI, P. P.; LUGLI, R. G.. **História da profissão docente no Brasil**: representações em disputa. São Paulo: Cortez, 2009.

Perfil 6

26) Procedimentos de ensino em Educação Especial V: deficiência física

Objetivos gerais: Refletir sobre o trabalho pedagógico desenvolvido junto a alunos com deficiência física. Analisar propostas de atuação na área.

Ementa: Histórico da Conceituação de deficiência física. Principais características da deficiência física; o trabalho multidisciplinar, acessibilidade física, acessibilidade ao currículo escolar.

Referências bibliográficas:

Básica:

COLL, C.; MARCHESI, A.; PALÁCIOS, J. **Desenvolvimento psicológico e educação**: Transtornos do desenvolvimento e necessidades educativas especiais. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

GONZÁLEZ, E. **Necessidades educacionais específicas**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

SMITH, D.D. **Introdução à educação especial - Ensinar em tempos de inclusão**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

Complementar:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9050: 2004. ABNT, 2004. 97 p. Disponível em <http://www.mpdft.gov.br/sicorde/NBR9050-31052004.pdf>

BRASIL. **Lei Federal 10.098**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília: 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10098.htm. Acesso em 20/06/2011.

BRASIL. **Decreto No.5296**. Regulamenta as Leis Nos. 10.048/ 2000, e 10.098/2000, e dá outras providências. Brasília: 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5296.htm. Acesso em 29/06/2011.

BRASIL. **Educação Infantil: Saberes e práticas da inclusão: dificuldades de comunicação e sinalização: deficiência física**. Brasília: MEC, SEESP, 2006. 98p.

BRASIL. **Portal de ajudas técnicas para educação: equipamento e material pedagógico especial para educação, capacitação e recreação da pessoa com deficiência física: recursos pedagógicos adaptados / Secretaria de Educação Especial - Brasília: MEC/ SEESP, 2002, fascículo 1. 56p.**

BRASIL. **Manual de acessibilidade espacial para escolas: o direito à escola acessível**. Brasília: MEC/ SEESP, 2009.115 p

FERNANDES, A.C., RAMOS, A.C.R., CASALIS, M.E.P., HEBERT, S.K. **Medicina e Reabilitação: princípios e práticas**. Artes Médicas, 2007

MANZINI, E.J. **Tecnologia Assistiva para educação: Recursos pedagógicos adaptados**. In: Ensaio pedagógicos - construindo escolas inclusivas : 1. ed. Brasília : MEC, SEESP, 2005.p.82 a 86.

Tecnologias Assistivas nas escolas: recursos básicos de acessibilidade sócio-digital para pessoas com deficiência. Disponível no site: www.assistiva.org.br . Acesso em 14/06/2011.

SciELO - Scientific Electronic Library Online. Disponível em www.scielo.br

27) Didática para a Educação Especial

Objetivos gerais: Contribuir para a formação do futuro licenciado em educação especial, tendo em vista o conhecimento, análise e reflexão crítica das especificidades do trabalho docente no contexto da escola comum e da instituição especializada. Para isto, espera-se que o licenciando da educação especial possa: conhecer as situações didáticas no seu contexto histórico e social; compreender de forma crítica o processo, condições de ensino e

modos de articulação entre as diferentes disciplinas que compõem o currículo escolar; compreender as unidades, objetivos, conteúdos, métodos enquanto eixo das tarefas de planejamento, direção do processo de ensino e aprendizagem e avaliação dos alunos com necessidades educacionais especiais.

Ementa: Trabalho e educação na escola contemporânea. A trajetória histórica da didática e as tendências pedagógicas. Planejamento e organização do ensino para alunos com necessidades educacionais especiais. Didática e formação de professores para a educação inclusiva.

Referências Bibliográficas:

Básica:

ANDRÉ, M. (org.). **Pedagogia das Diferenças na sala de aula**. 9 ed. Campinas, SP: Papyrus, 2008.

FARIAS, I. M. S. (et al). **Didática e Docência: aprendendo a profissão**. Brasília: Líber Livro, 2009.

FRANCO, M. A. S. e PIMENTA, S. G. **Didática: embates contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

Complementar:

ANASTASIOU, L. G. C.; ALVES, L. P. (orgs.). **Processos de ensinagem na universidade: pressupostos para as estratégias de trabalho em aula**. 7. ed. Joinville: UNIVILLE, 2007.

ANDRÉ, M.; OLIVEIRA, M. R. N. S. (orgs.). **Alternativas no ensino da Didática**. 3a ed. São Paulo: Papyrus, 1997.

CANDAU, V. M. (org). **Rumo a uma nova didática**. 19 ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

CASTRO, Amélia D. e CARVALHO, Anna Maria P. (orgs). **Ensinar a ensinar: didática para a escola fundamental e média**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001.

CUNHA, M. I. da. **O bom professor e sua prática**. 22 ed. Campinas: Papyrus, 2010

FUSARI, J.C. **O Planejamento Educacional e a Prática de Educadores**. Revista Ande. São Paulo, SP, nº 8, 1984.

GUIMARÃES, V.S. **Formação de Professores: saberes, identidade e profissão**. Campinas, SP: Papyrus, 2004.

LIBÂNEO, J.C. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 5 ed revista e ampliada. Goiânia: Editora Alternativa, 2004.

LUCKESI, C. C. Avaliação da aprendizagem componente do ato pedagógico. 1 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MARTINS, P. L. O. **Didática**. Curitiba: IBPEX, 2008.

PIMENTA, S.G. (org.). **Saberes pedagógicos e atividade docente**. São Paulo, SP. Cortez, 1999.

PIMENTA, S. G.; ANASTASIOU, L. G. C. **Docência no ensino superior**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

ROSA, D.E.G, e Souza, V.C. (orgs.) **Didáticas e práticas de ensino: interfaces com diferentes saberes e lugares formativos**. Rio de Janeiro, RJ. D.P.S.A. Editora, 2002.

ZABALA, A. **A prática educativa: como ensinar**. Porto Alegre, RS. Artmed, 1998.

28) Planejamento educacional individualizado II: intervenções

Objetivos gerais: Estudar modos de intervenção nos problemas desenvolvimentais. Planejar e realizar intervenção pedagógica no contexto escolar.

Ementa: Implementação e avaliação de programas de ensino; delineamentos experimentais de sujeito único, monitoração do progresso do estudante.

Referências bibliográficas:

Básica:

COLL, César; MARCHESI, Álvaro; PALACIOS, Jesús (Org.). **Desenvolvimento psicológico e educação**. Fátima Murad (trad.). 2 ed. Porto alegre: Artmed, 2004.

GONZÁLEZ, Eugênio (Org.). **Necessidades educacionais específicas: intervenção psicoeducacional**. Daisy Vaz de Moraes (Trad.). Porto Alegre: Artmed, 2007.

MACHADO, Adriana Marcondes. **Crianças de classe especial: efeitos do encontro da saúde com a educação**. Anna Elisa de Villemor Amaral Guntert (Ed.). 2 ed. Sao Paulo: Casa do Psicólogo, 1994.

Complementar:

BEYER, Hugo Otto. **Inclusão e avaliação na escola: de alunos com necessidades educacionais especiais**. Porto Alegre: Mediação, 2010. [Obra disponibilizada na disciplina].

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Projeto Escola Viva - Garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola - Alunos com necessidades educacionais especiais.** Brasília: MEC/SEESP, 2000. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me000448.pdf>.

CARDOSO, Maria Cecília de Freitas. **Abordagem Ecológica em Educação Especial: fundamentos básicos para o currículo.** Brasília: MEC/CORDE, 1997.

ENUMO, Sônia Regina Fiorim. Avaliação assistida para crianças com necessidades educacionais especiais: um recurso auxiliar na inclusão escolar. Marília: **Revista Brasileira de Educação Especial**, Vol.11, nº.3, 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-6538200500030000.

GOMES, Adriana Leite Lima Verde. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar:** o atendimento educacional especializado para alunos com deficiência intelectual. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará, 2010. Disponível em: http://ramec.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=1827&Itemid=1.

GRUPO BRASIL DE APOIO AO SURDOCEGO E AO MÚLTIPLO DEFICIENTE SENSORIAL. Famílias... Falando de nossas experiências e sentimentos. Vol. 1. São Paulo: ABRAPASCEM, 2005. Disponível em: abrapascem.org.br/links/cartilha.swf.

MIRANDA, Theresinha Guimarães. **A educação especial no marco do currículo escolar.** Universidade Federal da Bahia. Núcleo de pesquisa, ensino e extensão em currículo, comunicação & cultura. Salvador: UFBA, 1997. Disponível em: <http://www.faced.ufba.br/~nepec/noesis1/theres.htm>.

OLIVEIRA, Mércia Cabral de. **Avaliação de necessidades educacionais especiais:** construindo uma nova prática educacional. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/eae/arquivos/1495/1495.pdf.

SARTORETTO, Mara Lúcia. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar:** recursos pedagógicos acessíveis e comunicação aumentativa e alternativa. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial ; [Fortaleza] : Universidade Federal do Ceará, 2010. Disponível em:

http://ramec.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=1831&Itemid=1.

SUPLINO, Maryse. **Currículo funcional natural**: guia prático para a educação na área do autismo e deficiência mental. Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Brasília: SEDH/CORDE, 2005. Disponível em:

http://www.google.com.br/url?sa=t&source=web&cd=11&ved=0CCoQFjAAOAO&url=http%3A%2F%2Fwww.aia.org.pt%2Findex.php%3Foption%3Dcom_docman%26task%3Ddoc_download%26gid%3D1330%26Itemid%3D192&ei=p4FATrOBFPChwfos-3uBg&usq=AFQjCNEudmM3owt-k1m1Uvx12SirvXN0KQ.

TANNÚS- VALADÃO, Gabriela. **Planejamento educacional individualizado na educação especial**: propostas oficiais da Itália, França, Estados Unidos e Espanha. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação Especial. Universidade Federal de São Carlos. São Carlos: UFSCar, 2011.

29) Ensino da leitura e escrita para pessoas com deficiência

Objetivos gerais: Estudar diferentes abordagens teórico-metodológicas de alfabetização e letramento.

Ementa: Alfabetização e Letramento. Função Social da escrita e da leitura para as pessoas com deficiência. Apropriação da Língua escrita. Aprendizagem da Leitura e da escrita.

Referências bibliográficas:

Básica:

FERREIRO, Emilia, TEBEROSKY, Ana. **Psicogênese da língua escrita**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.

KLEIMAN, Ângela (org.). **Os significados do letramento**. Campinas: Mercado de Letras, 1995.

SMOLKA, A.L.B. **A criança na fase inicial da escrita**: a alfabetização como processo discursivo. São Paulo, Cortez, 1993.

Complementar:

ABAURRE M.B.M. **Cenas de aquisição da escrita**. Campinas, ABL/Mercado das Letras, 1995.

GERALDI, W. **Portos de Passagem**. São Paulo, Martins Fontes, 1993.

LEITE, S. A. S. (org.) **Alfabetização e letramento** – contribuições para as práticas pedagógicas. Campinas, Komedi/Arte Escrita, 2001.

RIBEIRO, V. M. (org.) **Letramento no Brasil**. São Paulo: Global, 2003.

SOARES, M. B. **Letramento: um tema em três gêneros**. Belo Horizonte, Autêntica, 1998.

TFOUNI, Leda Verdiani, (1995). **Letramento e alfabetização**. São Paulo: Cortez.

30) Trabalho de conclusão de curso I

Objetivos gerais: Organizar um projeto de pesquisa em Educação Especial.

Ementa: Identificação de um tema, definição de um problema e dos objetivos, e delineamento metodológico de um estudo de investigação em Educação Especial.

Referências bibliográficas:

Básica:

DE MOURA, M.L.S.; FERREIRA, M.C. **Projetos de pesquisa: elaboração, redação e apresentação**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2005.

SAMPIERI, R.H.; COLLADO, C.F.; LUCIO, P.B. **Metodologia de pesquisa**. 3.ed. São Paulo: MMcGraw Hill, 2006.

DEMO, P. **Pesquisa e informação qualitativa: aportes metodológicos**. Campinas: Ed. Papyrus, 2001.

Complementar:

ANDRÉ, M.E.D.A. **Etnografia da prática escolar**. Campinas: Papyrus, 1995.

BARBIER, R. **A pesquisa-ação**. Brasília: Plano, 2002.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1995.

BAPTISTA, M. N.; CAMPOS, D. C. **Metodologias de Pesquisa em ciências: análises quantitativa e qualitativa**. Rio de Janeiro: LTC, 2007.

BODGAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em Educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto (Portugal): Porto Editora, 1994.

BRANDÃO, C.R. **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

COZBY, P.C. **Métodos de pesquisa em ciências do comportamento**. São Paulo: Editora Atlas, 2003.

DEMO, P. **Pesquisa participante – saber pensar e intervir juntos**. Brasília: Plano Ed. Série Pesquisa em Educação, vol. 8, 2004.

DE MOURA, M.L.S.; FERREIRA, M.C.; PAINE, P.A. **Manual de Elaboração de Projeto de Pesquisa**. RJ: Editora UERJ, 1998.

DUPAS, M.A. **Pesquisando e normalizando**: noções básicas e recomendações úteis para a elaboração de trabalhos científicos. São Carlos, EdUFSCar, 2004.

JESUS, D.M.; BAPTISTA, C. R.; BARRETO, M.A.S.C.; VICTOR, S.L. **Inclusão**: práticas pedagógicas e trajetórias de pesquisa. 2ª edição. Porto Alegre/RS: Mediação, 2009.

JESUS, D.M.; BAPTISTA, C.R.; VICTOR, S.L. **Pesquisa e educação especial: mapeando produções**. Vitória/ES: EDUFES, 2006.

LOMBARDI, J.C.; NASCIMENTO, M.I.M. **Fontes, história e historiografia da educação**. Campinas/SP: Autores Associados, 2004.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D. **A pesquisa em Educação**: abordagens qualitativas: São Paulo: EPU, 1986.

LUNA, S.V. **Planejamento de pesquisa**: uma introdução, São Paulo: EDUC Editora, 1999.

MARCONI, M.A.; LAKATOS, E.M. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1990.

MARQUES, L. P.; CARNEIRO, C.T.; ANDRADE, J.S.; MARTINS, N.T.; GONÇALVES, R.M. Analisando as pesquisas em Educação Especial no Brasil. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília-SP, v.13, n.2, p. 251-272, 2008.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Capes. Banco de Teses e Dissertações. Disponível em www.capes.gov.br. Acesso em maio de 2010.

PENA, R.S. **Fontes orais e historiografia**: avanços e perspectivas. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

SANTOS FILHO, J.S.; GAMBOA, S.S. **Pesquisa educacional**: quantidade-qualidade. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2000.

SIGELMANN, E. Tipos de pesquisa: aspectos metodológicos específicos. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 3, p. 141-155, 1984.

SZYMASNKI, H. **A entrevista na pesquisa em educação**: a prática reflexiva. Brasília: Plano Ed. Série Pesquisa em Educação, vol. 4, 2002.

THIOLLENT, M. **Metodologia da Pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez Ed. Associados, 1992.

TRIVIÑOS, A.N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VIANNA, H.M. **Pesquisa em educação: a observação**. Brasília: Plano Ed. Série Pesquisa em Educação, vol. 5, 2003.

31) Prática de Ensino e Estágio Supervisionado em Educação Básica Inclusiva II

Objetivos gerais: Conhecer e analisar as práticas pedagógicas inclusivas na Educação Básica. Desenvolver propostas de intervenção pedagógica de apoio no contexto escolar.

Ementa: Identificação, discussão e busca de soluções de problemas detectados no dia a dia de espaços onde se desenvolve a ação educativa, juntamente com o professor do serviço especializado escolhido.

Referências Bibliográficas:

Básica:

PIMENTA, S. G. LIMA, M. S. **Estágio e Docência**. São Paulo: Cortez, 2010.

VEIGA, I. P. A. (Org.); D'ÁVILA, C. M. (Org.). **Profissão docente: novos sentidos, novas perspectivas**. 2 ed. (Demais edições)Campinas: Papirus, 2010.

VICENTINI, P. P.; LUGLI, R. G.. **História da profissão docente no Brasil: representações em disputa**. São Paulo: Cortez, 2009.

Complementar:

BUENO, J.C. **A inclusão de alunos diferentes nas classes comuns do ensino regular. Temas sobre desenvolvimento**, v. 9, n. 54. 2001.

FAVERO, E. A. G. **Direitos das pessoas com deficiência: garantia de igualdade na diversidade**. Rio de Janeiro: WVA, 2004.

FREIRE, M. **A paixão de conhecer o mundo**. São Paulo: Paz e Terra, 1984.

MARSIGLIA, A. C. G. **A prática pedagógica histórico-crítica na educação infantil e ensino fundamental**. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

MOYLES, J. R.. **A excelência do brincar: a importância da brincadeira na transição entre educação infantil e anos iniciais**. Maria Adriana Veríssimo Veronese (Trad.). Porto Alegre: Artmed, 2008.

SMITH, D. **Introdução à educação especial - Ensinar nos tempos de inclusão.** Porto Alegre: Artmed, 2008.

Perfil 7

32) Procedimentos de ensino em Educação Especial VI: deficiência visual

Objetivos gerais: Refletir sobre o trabalho pedagógico desenvolvido junto a alunos com deficiência visual. Analisar propostas de atuação na área.

Ementa: Histórico da Conceituação de deficiência visual; Braille, orientação e mobilidade, educação de pessoas com cegueira; educação de pessoas com baixa-visão.

Referências bibliográficas:

Básica:

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Orientação e mobilidade: conhecimentos básicos para a inclusão do deficiente visual.** Brasília: MEC, 2003.

MARTÍN, M. B.; BUENO, S. T. **Deficiência visual:** aspectos psicoevolutivos e educativos. São Paulo: Santos, 2003.

Complementar:

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Programa de Capacitação de Recursos Humanos do Ensino Fundamental:** deficiência visual. Brasília: MEC, 2001.

BRUMER, A.; PAVEI, K.; MOCELIN, D. G. **Saindo da “escuridão”:** perspectivas da inclusão social, econômica, cultural e política dos portadores de deficiência visual em Porto Alegre. *Sociologias*, Porto Alegre, n. 11, 2004 Acesso em 12jan. 2008.

CAIADO, K. R. M. **Aluno deficiente visual na escola. Lembranças e depoimentos.** 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2006.

SciELO - Scientific Electronic Library Online. Disponível em www.scielo.br. Formação de conceitos em crianças cegas: questões teóricas e implicações educacionais de Batista. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v21n1/a03v21n1.pdf>

33) Ensino de Matemática para pessoas com deficiência

Objetivos gerais: Estudar diferentes abordagens teórico-metodológicas referentes ao ensino da matemática, de forma a proceder às modificações e adaptações para o ensino de alunos com necessidades especiais e deficiências.

Ementa: Abordagens metodológicas para o Ensino de Matemática na Educação Básica. Adaptações curriculares ao ensino da matemática aos alunos com necessidades educacionais especiais.

Referências bibliográficas:

Básica:

BARBERÀ, M. J. R.H; ONRUBIA, J. O ensino e a aprendizagem da matemática: uma perspectiva psicológica. In: COLL, C., PALACIOS, J., MARCHESI, A.(orgs). **Desenvolvimento Psicológico e Educação**.v. 2. 1995.

FERREIRA, M. V. A. T. **Educação matemática na educação de jovens e adultos**. Especificidades. desafios e contribuições. 2ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007

KAMII, C. **A criança e o número**. 8ª ed. Campinas: Papyrus, 1988.

MOYSÉS, L. **Aplicações de Vygotsky à educação matemática**. 10ª Ed. Campinas: Papyrus, 2010.

Complementar:

MOYSÉS, L. **Aplicações de Vygotsky à educação matemática**. 10ª Ed. Campinas: Papyrus, 2010.

Costa, M. da P. R. da. **Matemática para deficientes mentais**. São Paulo: EDICON, 1997. Coleção acadêmica. Série comunicação.

Cardoso, L. F. **Dicionário de matemática**. Rio de Janeiro: Expressão e cultura, 2001.

GONZÁLEZ, E. **Necessidades educacionais específicas**
Intervenção psicoeducacional. Porto Alegre: Artmed, 2007.

PACHECO, Alice Teresinha. Material Dourado; Blocos Multibásicos. In: **Educação Matemática em Revista**, 2002.

34) Tecnologias aplicadas à Educação Especial I: Informação e comunicação

Objetivos gerais: Estudar as tecnologias para a comunicação da informação; meios de registros da informação; meios de divulgação da informação, e ferramentas de tecnologia de comunicação da informação (rede computacional, Internet, etc.).

Ementa: Introdução ao estudo das tecnologias para a comunicação da informação; meios de registros da informação; meios de divulgação da informação, e ferramentas de tecnologia de comunicação da informação (rede computacional, Internet, etc.).

Referências bibliográficas:

Básica:

DARCY, R. (Orgs). **Tecnologias para a Educação Inclusiva**. São Paulo: Cortez, 2009.

FREIRE, F. M. P; VALENTE, J. A. (Orgs.). **Aprendendo para a vida: os computadores na sala de aula**. São Paulo: Cortez, 2005.

SILVA, J.M.; MACHADO, E.V; REZENDE, F.A. **Ler, ouvir e compreender com as tecnologias da informação e comunicação (TIC) na perspectiva de inclusão**. Brasília: LGE Editora, 2008.

Complementar:

Bowe, F. G. **Universal Design in Education: Teaching Nontraditional Students**. Westport(Conn): Bergin & Garvey, 2000.

FREIRE, F.M.P. **O computador em sala de aula: articulando saberes**. Campinas, S.P: UNICAMP/NIED, 2000.

LEVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

SMITH, D. **Introdução à educação especial - Ensinar nos tempos de inclusão**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

VALENTE, J.A. **O computador na sociedade do conhecimento**. Campinas: UNICAMP/NIED, 1999.

VALENTE, J. A. **Liberando a mente: computadores na educação especial**. Campinas: Gráfica

Central da Unicamp, 1991.

SILVA; R. D. O uso da informática como um instrumento de apoio no processo educacional pessoas com deficiência visual e deficiência física/motora. p. 117-153.

In: CARVALHO, R. A. (Orgs). **Pessoa com deficiência na sociedade contemporânea: problematizando o debate**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2006.

SMITH, M.A; RYNDACK, D.L. Estratégias práticas para a comunicação de todos os alunos. In: STAINBACK, S.; STAINBAK, W. **Inclusão um guia para educadores**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

Tecnologias Assistivas nas escolas: recursos básicos de acessibilidade sócio-digital para pessoas com deficiência. Disponível no site: www.assistiva.org.br.

35) Apoio educacional especializado: Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos

Objetivos gerais: Conhecer e analisar as políticas e as práticas e pedagógicas relativas ao Ensino Médio e à Educação de Jovens e Adultos. Analisar e propor procedimentos de trabalho colaborativo no Ensino Médio e na Educação de Jovens e Adultos.

Ementa: Análise da educação de jovens e adultos, como instrumento de inclusão das pessoas com necessidades educacionais especiais. Formas de apoio docente e a especificidade do trabalho com alunos jovens e adultos com necessidades educacionais especiais.

Referências bibliográficas:

Básica:

COLL, C.; MARCHESI, A. PALACIOS, J. **Desenvolvimento Psicológico e Educação:** transtornos do desenvolvimento e necessidades educativas especiais. 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2004, v. 3. (e demais edições)

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão da escola** - Teoria e Prática. 5 ed. Goiânia: Editora Alternativa, 2004 (e demais edições).

MOURA, T. M. de M. **A prática pedagógica dos alfabetizadores de jovens e adultos:** contribuições de Freire, Ferreiro e Vygotsky. Maceio: EDUFAL, 1999.

Complementar:

CASÉRIO, V. M. R. **Educação de jovens e Adultos:** pontos e contrapontos. Luzia Bianchi (Coord.). Bauru: EDUSC, 2003

FERNANDES, D. G. **Alfabetização de Jovens e Adultos:** Pontos críticos e desafios. Porto Alegre: Mediação, 2002.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade.** 31^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2008.

PILETTI, N. **Estrutura e funcionamento do ensino médio.** 5 ed. São Paulo: Ática, 2003

NASSUR, Regina Iara Moreira. **Alfabetização de jovens e adultos.** Wilma Silveira Rosa de Moura (Ed.). A. Cocolite (Ilus.). 2 ed. Sao Paulo: Atica, 1994.

SCHEIBEL, M. F. (Org.); **Reflexões sobre a educação de jovens e adultos - EJA**. Porto Alegre: Pallotti, 2006

STAINBACK, S.; STAINBACK, W. **Inclusão**: um guia para educadores; trad. Magda França Lopes. Porto Alegre, Artes Médicas Sul, 1999.

SMITH, D. **Introdução à educação especial**: ensinar em tempos de inclusão. Porto Alegre: Artmed, 2008

VÓVIO, C. L. Formação de Educadores de Jovens e Adultos: A apropriação de saberes e práticas conectadas à docência. In: Soares, L.(org). **Convergência e tensões no campo da formação e do trabalho docente**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

Leis e Políticas nacionais que contemplam o Ensino Médio, e a Educação de Jovens e Adultos

36) Trabalho de conclusão de curso II

Objetivos gerais: Desenvolver um projeto de pesquisa em Educação Especial.

Ementa: Elaboração e desenvolvimento de projeto de pesquisa escolhido pelo graduando, até a conclusão da etapa de coleta de dados.

Referências bibliográficas:

Básica:

DE MOURA, M.L.S.; FERREIRA, M.C. **Projetos de pesquisa**: elaboração, redação e apresentação. Rio de Janeiro: Eduerj, 2005.

SAMPIERI, R.H.; COLLADO, C.F.; LUCIO, P.B. **Metodologia de pesquisa**. 3.ed. São Paulo: MMcGraw Hill, 2006.

DEMO, P. **Pesquisa e informação qualitativa**: aportes metodológicos. Campinas: Ed. Papirus, 2001.

Complementar:

ANDRÉ, M.E.D.A. **Etnografia da prática escolar**. Campinas: Papirus, 1995.

BARBIER, R. **A pesquisa-ação**. Brasília: Plano, 2002.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1995.

BAPTISTA, M. N.; CAMPOS, D. C. **Metodologias de Pesquisa em ciências**: análises quantitativa e qualitativa. Rio de Janeiro: LTC, 2007.

BODGAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em Educação:** uma introdução à teoria e aos métodos. Porto (Portugal): Porto Editora, 1994.

BRANDÃO, C.R. **Pesquisa participante.** São Paulo: Brasiliense, 1990.

COZBY, P.C. **Métodos de pesquisa em ciências do comportamento.** São Paulo: Editora Atlas, 2003.

DEMO, P. **Pesquisa participante – saber pensar e intervir juntos.** Brasília: Plano Ed. Série Pesquisa em Educação, vol. 8, 2004.

DE MOURA, M.L.S.; FERREIRA, M.C.; PAINE, P.A. **Manual de Elaboração de Projeto de Pesquisa.** RJ: Editora UERJ, 1998.

DUPAS, M.A. **Pesquisando e normalizando:** noções básicas e recomendações úteis para a elaboração de trabalhos científicos. São Carlos, EdUFSCar, 2004.

JESUS, D.M.; BAPTISTA, C. R.; BARRETO, M.A.S.C.; VICTOR, S.L. **Inclusão:** práticas pedagógicas e trajetórias de pesquisa. 2ª edição. Porto Alegre/RS: Mediação, 2009.

JESUS, D.M.; BAPTISTA, C.R.; VICTOR, S.L. **Pesquisa e educação especial: mapeando produções.** Vitória/ES: EDUFES, 2006.

LOMBARDI, J.C.; NASCIMENTO, M.I.M. **Fontes, história e historiografia da educação.** Campinas/SP: Autores Associados, 2004.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D. **A pesquisa em Educação:** abordagens qualitativas: São Paulo: EPU, 1986.

LUNA, S.V. **Planejamento de pesquisa:** uma introdução, São Paulo: EDUC Editora, 1999.

MARCONI, M.A.; LAKATOS, E.M. **Técnicas de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 1990.

MARQUES, L. P.; CARNEIRO, C.T.; ANDRADE, J.S.; MARTINS, N.T.; GONÇALVES, R.M. Analisando as pesquisas em Educação Especial no Brasil. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília-SP, v.13, n.2, p. 251-272, 2008.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Capes. Banco de Teses e Dissertações. Disponível em www.capes.gov.br. Acesso em maio de 2010.

PENA, R.S. **Fontes orais e historiografia:** avanços e perspectivas. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

SANTOS FILHO, J.S.; GAMBOA, S.S. **Pesquisa educacional:** quantidade-qualidade. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2000.

SIGELMANN, E. Tipos de pesquisa: aspectos metodológicos específicos. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 3, p. 141-155, 1984.

SZYMASNKI, H. **A entrevista na pesquisa em educação: a prática reflexiva**. Brasília: Plano Ed. Série Pesquisa em Educação, vol. 4, 2002.

THIOLLENT, M. **Metodologia da Pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez Ed. Associados, 1992.

TRIVIÑOS, A.N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VIANNA, H.M. **Pesquisa em educação: a observação**. Brasília: Plano Ed. Série Pesquisa em Educação, vol. 5, 2003.

37) Prática de Ensino e Estágio Supervisionado em Educação Básica, Educação de Jovens e Adultos e Ensino Superior Inclusivo I

Objetivos gerais: Conhecer e analisar as práticas pedagógicas inclusivas na Educação Básica, Educação de Jovens e Adultos e Ensino Superior inclusivo. Desenvolver propostas de intervenção pedagógica de apoio no contexto educacional.

Ementa: Identificação, discussão e busca de soluções de problemas detectados no dia a dia das classes. Organização de uma proposta de trabalho para o serviço especializado escolhido. Execução da proposta elaborada, devidamente acompanhada/o do professor/responsável e do supervisor de estágio.

Referências bibliográficas:

Básica:

MAZZOTTA, M. J. da S. **Trabalho docente e formação de professores de educação especial**. São Paulo: Pedagógica e Universitária, 1993.

PIMENTA, S. G. LIMA, M. S. **Estágio e Docência**. São Paulo: Cortez, 2010.

VEIGA, I. P. A. (Org.); D'ÁVILA, C. M. (Org.). **Profissão docente: novos sentidos, novas perspectivas**. 2 ed. (Demais edições)Campinas: Papirus, 2010.

Complementar:

FERNANDES, D. G. **Alfabetização de Jovens e Adultos: Pontos críticos e desafios**. Porto Alegre: Mediação, 2002.

KAMPWIRTH, T.J. **Collaborative consultation in the schools: Effective practices for students with learning and behavior problems.** New Jersey: Pearson Education, 2003.

MOURA, T. M. de M. **A prática pedagógica dos alfabetizadores de jovens e adultos: contribuições de Freire, Ferreiro e Vygotsky.** Maceio: EDUFAL, 1999.

SMITH, D. **Introdução à educação especial - Ensinar nos tempos de inclusão.** Porto Alegre: Artmed, 2008.

IDOL, L.; NEVIN, A.; PAULUCCI-WHITCOMB, P. *Collaborative consultation.* Texas: Pro-ed, 2000.

Perfil 8

38) Tecnologias aplicadas à Educação Especial II: tecnologias assistivas

Objetivos gerais: Estudar, analisar e propor utilização de tecnologias assistivas.

Ementa: Revisão da área de Tecnologias Assistivas (TA) e seu uso com crianças e jovens com deficiências em idade escolar; Modelos teóricos Teorias que fundamentam o uso apropriado dos sistemas de TAs; Estudo da eficácia dos recursos de TAs para estudantes com deficiências; Diretrizes para seleção, implementação, uso e monitoração dos recursos de TAs.

Referências bibliográficas:

Básica:

COOK, A. M.; HUSSEY, S. M. *Assistive Technologies. Principles and Practice.* St. Louis, Missouri: Mosby, Inc. 2002.

LAUAND, G.B.A. ; MENDES, E. G. Fontes de informação sobre tecnologia assistiva para indivíduos com necessidades educacionais especiais. In: Mendes, E.G.; Almeida, M.A.; Hayashi, M.C.P.I. (Orgs.). (Org.). **Temas em Educação Especial: conhecimentos para fundamentar a prática.** Araraquara- SP: Junqueira & Marin Editores, 2008.

SMITH, D.D. **Introdução à educação especial - Ensinar em tempos de inclusão.** Porto Alegre: Artmed, 2008.

Tecnologias Assistivas nas escolas: recursos básicos de acessibilidade sócio-digital para pessoas com deficiência. Disponível no site: www.assistiva.org.br.

Complementar:

BRASIL. Lei Federal 10.098. **Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.** Brasília: 2000.

BRASIL. **Portal de ajudas técnicas para educação: equipamento e material pedagógico especial para educação, capacitação e recreação da pessoa com deficiência física.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2007.

CAPOVILLA, Fernando C. **Pesquisa e desenvolvimento de novos recursos tecnológicos para educação especial:** boas novas para pesquisadores, clínicos, professores, pais e alunos. Boletim Educação/ UNESP, n. 1, 1997.

FUHRER, M.J.; JUTAI, J.W ; SCHERER, M.J.;DERUYTER, F. A framework for the conceptual modeling of assistive technology device outcomes. In **Disability and Rehabilitation;** Vol.25, no.22, 1243 –1251. 2003.

JUDGE, S. L; PARETTE, H. P. Assistive Technology for young children with disabilities. A guide to family- centered services. Cambridge, Massachusetts: Brookline Books. 1998.

JUTAI, J. W. Occupational Therapy and assistive technology: the research challenge. **The Israel Journal of Occupational Therapy.** Israel. 2002.

KING, T. W. **Assistive Technology:** essential human factors. Allyn & Bacon. 1999

LAUAND, G.B.A. **Fontes de informação sobre tecnologia assistiva para favorecer a inclusão escolar de alunos com necessidades especiais.** 2005. 217 f. Tese (Doutorado em Educação Especial (Educ. do Indivíduo Especial)) - Universidade Federal de São Carlos. São Carlos.

LAUAND, G.B.A.; MENDES, E. G.. Tecnologia Assistiva: uma proposta de caracterização e classificação. In: Almeida, M.A.; Mendes, E.G.; Hayashi, M.C.P.I.(Orgs.). (Org.). **Temas em Educação Especial:** múltiplos olhares. Araraquara: Junqueira & Marin Editores, 2008. v. , p. 392-402.

LAUAND, G.B.A. ; MENDES, E. G. **Recursos de tecnologia assistiva para indivíduos com disfunções motoras:** atividades da vida diária, dispositivos computacionais e lazer.

In: Reunião Científica do VII Curso de Especialização em Intervenção em Neuropediatria, 2009, São Carlos.

LENKER, J.A.; PAQUET, V. L. A New Conceptual Model for Assistive Technology Outcomes Research and Practice. In **Assistive Technology**. RESNA- Rehabilitation Engineering and Assistive Technology Society of North America. Vol.16:1–10. 2004.

MALE, M. **Technology for Inclusion. Meeting the special needs of all students**. Boston: Allyn and Bacon. 2003

Portal Nacional de Tecnologia Assistiva. www.assistiva.org.br. Acesso em 29/09/2011.

39) Gestão e Organização do trabalho pedagógico em serviços especializados

Objetivos gerais: conhecer e analisar diferentes aspectos da organização do trabalho pedagógico e da gestão.

Ementa: Princípios básicos da Organização do Trabalho Pedagógico: legais, administrativos e pedagógicos. Estruturação das ações administrativas e pedagógicas em serviços especializados, conselhos, documentos e registros acadêmicos.

Referências bibliográficas:

Básica:

CANDAU, V. (org.). **Reinventar a escola**. Petrópolis: Vozes, 2000.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão da escola** - Teoria e Prática. 5 ed. Goiânia: Editora Alternativa, 2004 (e demais edições).

FULLAN, M. A escola como organização aprendente. Porto Alegre: Artmed, 2000.

Complementar:

ALARCÃO, I. **Escola reflexiva e nova racionalidade**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

ALARCÃO, I. **Escola reflexiva e supervisão: uma escola em desenvolvimento e aprendizagem**. Porto: Porto, 2001.

ALMEIDA, M.I. de. Ações organizacionais e pedagógicas dos sistemas de ensino: políticas de inclusão? In: ROSA, D.E.G. e SOUZA, V.C. de. (Org.) **Políticas organizativas e curriculares, educação inclusiva e formação de professores**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 57-66.

ARANHA, A. V. S. **Gestão Educacional novos olhares – novas abordagens**. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.

CARVALHO, R.E. **Removendo barreiras para a aprendizagem**: educação inclusiva. Porto Alegre: Mediação, 2000.

MOSQUERA, J. J. H. (Org.). **Educação Especial: em direção à educação Inclusiva**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

WARDE, Miriam J. Considerações sobre a autonomia da escola. In: **O diretor**: articulador do projeto da escola. São Paulo: FDE, 1992 (Série Idéias).

40) Ensino de habilidades de comunicação alternativa aumentativa

Objetivos gerais: Estudar, analisar e propor utilização de sistemas de comunicação alternativa aumentativa.

Ementa: Revisão da área de comunicação alternativa aumentativa (CAA) e seu uso com crianças com deficiências severas, não verbais, em idade escolar; Teorias que fundamentam o uso apropriado dos sistemas de CAA; Estudo da eficácia dos sistemas de CAA para estudantes, não verbais, com severas deficiências; Diretrizes para seleção, implementação, uso e monitoração dos sistemas de CAA.

Referências bibliográficas:

Básica:

DELIBERATO, D.; GONÇALVES, M.J.; MACEDO, E.C. **Comunicação Alternativa: teoria, prática, tecnologias e pesquisa**. São Paulo: Memnon Edições Científicas, 2009.

MANZINI, E.J.; FUJISAWA, D.S. **Jogos e Recursos para Comunicação e Ensino na Educação Especial**. Marília: ABPEE, 2010. 170 p.

NUNES, L.R.O.P. **Favorecendo o desenvolvimento da comunicação em crianças e jovens com necessidades educacionais especiais**. Rio de Janeiro: Dunya, 2003. 316 p.

Complementar:

CAPOVILLA, F. C. Comunicação alternativa como recurso para inclusão escolar de crianças com diversos distúrbios motores e de fala: Modelos teóricos e tecnológicos, filosofia educacional e prática clínica. **Ciência cognitiva**: Teoria, pesquisa e aplicação, 2(4), 1998, 689-720.

DELIBERATO, D. Análise de processos comunicativos utilizados por uma criança com paralisia cerebral espástica. In Manzini, J.E.(org.). **Educação especial**: temas atuais . Marília: UNESP. 2000.

MANZINI, E. J. Conceitos básicos em comunicação alternativa e suplementar. In Carrara, K.(org.). **Educação, universidade e pesquisa**. Marília: UNESP. 2001.

NUNES, L.R.O.P.; PELOSI, M.B.; GOMES, M.R. **Um retrato da comunicação alternativa no Brasil**: Relato de pesquisas e experiências. Rio de Janeiro: 4 Pontos Estúdio Gráfico e Papéis, 2007

SMITH, M. A.; RYNDACK, D. L. Estratégias práticas para a comunicação com todos os alunos. In: STAINBACK, S. e STAINBACK, W. **Inclusão**: um guia para educadores. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999 (tradução: Magda França Lopes)

PORTAL DE AJUDAS TÉCNICAS PARA EDUCAÇÃO: equipamento e material pedagógico especial para educação, capacitação e recreação da pessoa com deficiência física : recursos para comunicação alternativa. Eduardo José Manzini, Débora Deliberato. – Brasília : MEC, SEESP, 2006.

WALTER, C. C. de F. **Os efeitos da adaptação do PECS ao curriculum funcional natural em pessoas com autismo infantil**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, 2000.

WALTER, C. C. de F. **Avaliação de um programa de comunicação alternativa e ampliada para mães de adolescentes autistas**. Tese de Doutorado, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, 2006.

WALTER, C. C. de F. & ALMEIDA, M. A. Os efeitos da adaptação do PECS associada ao Curriculum Funcional Natural em pessoas com Autismo Infantil. Artigo publicado em CD-ROM no **VI Encontro de Pesquisa em Educação Especial da Região Sudeste**. Rio de Janeiro, RJ, 2004.

WALTER, C. C. de F & NUNES, D. R. Estimulação da linguagem em crianças com autismo. In: Dionisia Aparecida Cusin Lamônica (Org.). **Estimulação de linguagem**: Aspectos teóricos e práticos. São Jose dos Campos: Pulso, 2008, p. 141-172.

41) Trabalho de conclusão de curso III

Objetivos gerais: Elaborar relatório final de pesquisa e divulgar os resultados.

Ementa: Análise e relato de dados do estudo científico; apresentação oral e escrita do estudo concluído que contemple reflexões teórico-práticas.

Referências bibliográficas:

Básica:

DE MOURA, M.L.S.; FERREIRA, M.C. **Projetos de pesquisa:** elaboração, redação e apresentação. Rio de Janeiro: Eduerj, 2005.

SAMPIERI, R.H.; COLLADO, C.F.; LUCIO, P.B. **Metodologia de pesquisa.** 3.ed. São Paulo: MMcGraw Hill, 2006.

DEMO, P. **Pesquisa e informação qualitativa:** aportes metodológicos. Campinas: Ed. Papirus, 2001.

Complementar:

ANDRÉ, M.E.D.A. **Etnografia da prática escolar.** Campinas: Papirus, 1995.

BARBIER, R. **A pesquisa-ação.** Brasília: Plano, 2002.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 1995.

BAPTISTA, M. N.; CAMPOS, D. C. **Metodologias de Pesquisa em ciências:** análises quantitativa e qualitativa. Rio de Janeiro: LTC, 2007.

BODGAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em Educação:** uma introdução à teoria e aos métodos. Porto (Portugal): Porto Editora, 1994.

BRANDÃO, C.R. **Pesquisa participante.** São Paulo: Brasiliense, 1990.

COZBY, P.C. **Métodos de pesquisa em ciências do comportamento.** São Paulo: Editora Atlas, 2003.

DEMO, P. **Pesquisa participante – saber pensar e intervir juntos.** Brasília: Plano Ed. Série Pesquisa em Educação, vol. 8, 2004.

DE MOURA, M.L.S.; FERREIRA, M.C.; PAINE, P.A. **Manual de Elaboração de Projeto de Pesquisa.** RJ: Editora UERJ, 1998.

DUPAS, M.A. **Pesquisando e normalizando:** noções básicas e recomendações úteis para a elaboração de trabalhos científicos. São Carlos, EdUFSCar, 2004.

JESUS, D.M.; BAPTISTA, C. R.; BARRETO, M.A.S.C.; VICTOR, S.L. **Inclusão:** práticas pedagógicas e trajetórias de pesquisa. 2ª edição. Porto Alegre/RS: Mediação, 2009.

JESUS, D.M.; BAPTISTA, C.R.; VICTOR, S.L. **Pesquisa e educação especial: mapeando produções.** Vitória/ES: EDUFES, 2006.

LOMBARDI, J.C.; NASCIMENTO, M.I.M. **Fontes, história e historiografia da educação.** Campinas/SP: Autores Associados, 2004.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D. **A pesquisa em Educação**: abordagens qualitativas: São Paulo: EPU, 1986.

LUNA, S.V. **Planejamento de pesquisa**: uma introdução, São Paulo: EDUC Editora, 1999.

MARCONI, M.A.; LAKATOS, E.M. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1990.

MARQUES, L. P.; CARNEIRO, C.T.; ANDRADE, J.S.; MARTINS, N.T.; GONÇALVES, R.M. Analisando as pesquisas em Educação Especial no Brasil. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília-SP, v.13, n.2, p. 251-272, 2008.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Capes. Banco de Teses e Dissertações. Disponível em www.capes.gov.br. Acesso em maio de 2010.

PENA, R.S. **Fontes orais e historiografia**: avanços e perspectivas. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

SANTOS FILHO, J.S.; GAMBOA, S.S. **Pesquisa educacional**: quantidade-qualidade. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2000.

SIGELMANN, E. Tipos de pesquisa: aspectos metodológicos específicos. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 3, p. 141-155, 1984.

SZYMASNKI, H. **A entrevista na pesquisa em educação**: a prática reflexiva. Brasília: Plano Ed. Série Pesquisa em Educação, vol. 4, 2002.

THIOLLENT, M. **Metodologia da Pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez Ed. Associados, 1992.

TRIVIÑOS, A.N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VIANNA, H.M. **Pesquisa em educação**: a observação. Brasília: Plano Ed. Série Pesquisa em Educação, vol. 5, 2003.

42) Prática de Ensino e Estágio Supervisionado em Educação Básica, Educação de Jovens e Adultos e Ensino Superior Inclusivo II

Objetivos gerais: Conhecer e analisar as práticas pedagógicas inclusivas na Educação Básica, Educação de Jovens e Adultos e Ensino Superior inclusivo. Desenvolver propostas de intervenção pedagógica de apoio no contexto escolar.

Ementa: Consultoria colaborativa ao professor de ensino regular, de classe inclusiva e/ou instituição especial.

Referências bibliográficas:

Básica:

MENDES, E.G. Colaboração entre ensino regular e especial: o caminho do desenvolvimento pessoal para a inclusão escolar. In: MANZINI, E. J. **Inclusão e acessibilidade (Org)**. Marília-SP. ABPEE, 2006.p. 29-41.

PIMENTA, Selma Garrido. Pesquisa-ação crítico-colaborativa: construindo seu significado a partir de experiências com a formação docente. **Educação e Pesquisa**, v.31, n.3, p. 521-539, set/dez. 2005.

VEIGA, I. P. A. (Org.); D'ÁVILA, C. M. (Org.). **Profissão docente:** novos sentidos, novas perspectivas. 2 ed. (Demais edições)Campinas: Papirus, 2010.

Complementar:

PEREIRA, V.A. **Consultoria colaborativa na escola: contribuições da psicologia para um aluno surdo**. 2009. Tese (Doutorado em Educação Especial)- Programa de Pós graduação em Educação Especial, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

KAMPWIRTH, T.J. **Collaborative consultation in the schools: Effective practices for students with learning and behavior problems**. New Jersey: Pearson Education, 2003.

XI. EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS OPTATIVAS DO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL

1) Abordagem social das deficiências

Objetivos gerais: Analisar os novos enfoques e conceitos das deficiências à luz dos referenciais sócio-históricos.

Ementa: Análise das condições sócio-históricas no estudo das deficiências; novos olhares sobre os conceitos de deficiência.

Referências bibliográficas:

Básica:

ELIAS, Norbert e SCOTSON, John L.: **Os estabelecidos e os Outsiders**. Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade, Rio de Janeiro, Zahar 2000.

FOUCAULT, Michel. **Os anormais:** curso no College de France (1974-1975). Eduardo Brandao (Trad.). São Paulo: Martins Fontes, 2001.

GOFFMAN, Erving. **Estigma:** notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 3 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

Complementar:

BARROS, Alessandra. Alunos com deficiência nas escolas regulares: limites de um discurso. **Revista Saúde e Sociedade**. Vol. 14, número 3, setembro/dezembro. São Paulo, 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902005000300008.

BECKER, Howard Saul, 1928-. **Outsiders:** estudos de sociologia do desvio. [Outsiders: studies in the sociology of deviance]. Maria Luiza X. de A. Borges (Trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

BEYER, Hugo Otto. **Inclusão e avaliação na escola:** de alunos com necessidades educacionais especiais. Porto Alegre: Mediação, 2010. [Obra disponibilizada na disciplina].

CASARIN, Melânia de Melo. **A lenda da erva-mate**. 1ª edição. Santa Maria: Projeto Mão Livre, 2006.

DA SILVA, Tomaz Tadeu. **A produção social da identidade e da diferença**. Disponível em: [http://ead.ucs.br/orientador/turmaA/Acervo/web_F/web_H/file.2007-09-](http://ead.ucs.br/orientador/turmaA/Acervo/web_F/web_H/file.2007-09-0.5492799236.pdf)

0.5492799236.pdf

GRUPO BRASIL DE APOIO AO SURDOCEGO E AO MÚLTIPLO DEFICIENTE SENSORIAL. Famílias... Falando de nossas experiências e sentimentos. Vol. 1. São Paulo: ABRAPASCEM, 2005. Disponível em: abrapascem.org.br/links/cartilha.swf.

HANDICAP INTERNACIONAL. **Making PRPS inclusive**. p: 55-66. Disponível em http://www.making-prsp-inclusive.org/uploads/media/Making_PRSP_inclusive_Port_101108.pdf

THOMA, Adriana da Silva. Entre normais e anormais: invenções que tecem inclusões e exclusões das alteridades deficientes. In: PELLANDA, N. M. C.; SCHLÜNZEN, E.; SCHLÜNZEN, K. (Orgs.). **INCLUSÃO DIGITAL: tecendo redes afetivas/cognitivas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. (ISBN: 85-7490-301-9).

MACIEL, Carolina Toschi. A construção social da deficiência. **Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia**. Florianópolis: UFSC, 2007. Disponível em: http://www.sociologia.ufsc.br/npms/carolina_t_maciel.pdf.

O Direito de Aprender: Potencializar avanços e reduzir desigualdades/[coordenação geral Maria de Salete Silva e Pedro Ivo Alcântara]. ? Brasília, DF: UNICEF, 2009.

CLÍMACO, Júlia Campos. **Discursos jurídicos e pedagógicas sobre a diferença na educação especial**. Dissertação (Mestrado) Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales. Buenos Aires: FLACSO, 2010. Disponível em: http://www.flacsoandes.org/dspace/bitstream/10469/2674/1/Tesis_Julia_Campos_Climaco.pdf.

SILVEIRA, Carolina Hessel. **Rapunzel surda**. Carolina Hessel Silveira, Lodenir Karnopp e Fabiano Rosa. Canoas: Editora ULBRA, 2003.

SQUINCA, Flávia. Deficiência em questão. **Cadernos em Direito**. Instituto de Educação Superior de Brasília. Brasília: IESB, 2009. Disponível em: <http://www.iesb.br/novosite/home/graduacao/Direito/arquivos/cadernos/DeficienciaQuestao.pdf>.

2) Avaliação em Educação Especial

Objetivos gerais: Identificar os propósitos da avaliação educacional e os conceitos fundamentais da avaliação educacional na educação especial. Caracterizar os objetivos, os conteúdos, as técnicas e instrumentos da avaliação da família no processo de avaliação.

Conhecer a formulação de planos de ação (MAPs). Elencar os diferentes tipos de avaliação educacional nas diferentes necessidades educacionais especiais.

Ementa: Aspectos teóricos e práticos da Avaliação Educacional na Educação Especial.

Referências bibliográficas:

Básica:

COLL, C.; PALACIOS, J.; MARCHESI, A. **Desenvolvimento psicológico e educação**. Vol. 2. Porto Alegre: Artmed, 2004.

SMITH, D. **Introdução à educação especial** - Ensinar nos tempos de inclusão. Porto Alegre: Artmed, 2008.

VAYER, P.; COELHO, M.H. **A observação da criança**. São Paulo: Editora Manole, 1999.

Completar:

BATEMAN, BD; LINDEN MA. Better IEPs: **How to develop legally correct and educationally useful programs**. Verona (WI): Attainment Company, 2006.

BRASIL. **Saberes e práticas da inclusão**: Avaliação para identificação das necessidades educacionais especiais. Ministério da Educação: Brasília, 2006.

BEYER, H.O. **Inclusão e a avaliação na escola de alunos com necessidades educacionais especiais**. Porto Alegre: Editora Mediação, 2010.

GONZÁLEZ, E. **Necessidades educacionais específicas** - Intervenção psicoeducacional. Porto Alegre: Artmed, 2007.

HAYDT, R.C. **Avaliação no processo ensino-aprendizagem**. São Paulo: Editora Ática, 2004.

HERRERO, M.J.P. **Educação de alunos com necessidades especiais**. Bauru: Edusc, 2001.

HOFFMAN, J. **Avaliar para promover** - As setas do caminho. Porto Alegre: Editora Mediação, 2005.

HOFFMAN, J. **Avaliação mediadora**: Uma prática em construção da pré-escola à universidade. Porto Alegre: Editora Mediação, 2005.

MCCLOUGHLIN, J.A.; LEWIS, R.B. **Assessing students with special needs**. New Jersey: Pearson - Merrill Prentice Hall, 2008.

MITTLER, P. **Educação inclusiva**: Contextos sociais. Porto Alegre: Artmed, 2000.

PANIAGUA, G.; PALACIOS, J. **Educação infantil**: Resposta educativa à diversidade. Porto Alegre: Artmed, 2007.

PERRENOUD, P. **Avaliação** - Da excelência à regulação das aprendizagens - Entre as duas lógicas. Porto Alegre: Artmed, 1999.

RAPHAEL, H.S.; CARRARA, K. **Avaliação sob exame**. São Paulo: Editora Autores Associados, 2002.

SALVIA, J.; YSSELDYKE, J.E.; BOLT, S. **Assessment in special and inclusive education**. Belmont: Wadsworth Cengage Learning, 2010.

SÁNCHEZ-CANO; BONALDS, J. **Avaliação psicopedagógica**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

STAINBACK, S.; STAINBACK, W. **Inclusão: Um guia para educadores**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

SciELO - Scientific Electronic Library Online. Disponível em www.scielo.br

3) **Família e Inclusão**

Objetivos gerais: Conhecer e analisar os aspectos relativos às famílias de pessoas com necessidades especiais e deficiência e as influências existentes nas relações familiares e escolares; Conhecer modelos de parcerias entre famílias e escolas, especialmente no que se refere à inclusão de crianças e jovens com necessidades especiais e deficiências; Conhecer estratégias pedagógicas e metodológicas de abordagem, bem como, conteúdo programático e a repercussão desse conteúdo na família e nas relações por esta estabelecidas.

Ementa: Aspectos relativos às famílias das pessoas com necessidades educativas especiais. A influência da presença de um membro deficiente nas relações familiares. A relação e a comunicação entre os familiares de portadores de deficiências e as agências educativas, especialmente a escola; parceria entre família e escola.

Referências bibliográficas:

Básica:

BRASIL. **Educação inclusiva: a família**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. Vol. 4 Coordenação geral SEESP/MEC; organização Maria Salete Fábio Aranha, 2004.

BARROS, S. K. S. N. de. O olhar da família para as práticas inclusivas: Percepções e vivências de pais sobre seus filhos com queixas escolares. In: DENARI, F. E. (org.)

Igualdade, diversidade e educação (mais) inclusiva. São Carlos: Pedro & João Editores, 2008.

TURNBULL, A.P.;TURNBULL, H.R. **Families, professionals, and exceptionality: A special partnership.** New York: Merrill, 1986

Complementar:

PEQUENO, Andréia Cristina Alves. Educação e família: uma união fundamental.Revista Espaço/INES, n. 16, dez. 2001.

SOUZA, Regina Maria e GÓES, Maria Cecília Rafael de. O ensino para surdos em escola inclusiva: considerações sobre o excludente contexto da inclusão. In: SKLIAR,C. **Atualidade da educação bilíngüe para surdos.** V. 1. Porto Alegre: Editora Mediação,1999.

NASCIMENTO, Dauri Lima do. **Manual do Programa de Intervenção para Inclusão Escolar: Plano Individual de Apoio Educativo? PIAE.** Rio Grande do Norte: Coleção Universitária, 2006.

CARVALHO, I. M. M. de; ALMEIDA, P. H. **Família e proteção social.** São Paulo em Perspectiva, 17(2), 109-122. 2003.

Fonseca, C. **Concepções de família e práticas de intervenção:** Uma contribuição antropológica. Saúde e sociedade, 2005, 14(2), 50-59.

DISSERTAÇÕES OU TESES REFERENTES AO TEMA DISPONÍVEIS NA BCO/UFSCAR.

REFERENCIAS DISPONÍVEIS NO PERIÓDICO CAPES.

4) Corporeidade

Objetivos gerais: Desenvolver consciência corporal. Promover atividades pedagógicas na área da corporeidade.

Ementa: Estudo da corporeidade e suas possibilidades de movimento como expressão da totalidade do homem na sua relação com o outro, com o meio, com o conteúdo. Cultura corporal. Consciência corporal.

Referências bibliográficas:

Básica:

De Marco, A. (org.) Pensando a educação motora. Campinas: Papyrus, 1995.
Laban, R. Domínio do movimento. Trad. de Anna M. B. De Vecchi e Maria S. M. Netto. São Paulo: Summus, 1978.

Le Boulch, J. Rumo a uma ciência do moviemnto humano. Trad. de Jeni Wolff. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

Fonseca, V.; Mendes N. Escola, escola, quem és tu? Perspectivas psicomotoras do desenvolvimento humano. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

Complementar:

Merleau-Ponty, M. Fenomenologia da percepção. Trad. de Carlos Alberto R. de Moura. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

Merleau-Ponty, M. A estrutura do comportamento. Trad. de Márcia V. M. de Aguiar. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

Sánchez, P. A.; Martinez, M. R.; Peñalver, I. V. A psicomotricidade na educação infantil: uma prática preventiva e educativa. Trad. de Inajara H. Rodrigues. Porto Alegre: Artymed, 2003.

5) Sistema Braille

Objetivos gerais: Dominar o uso do sistema Braille.

Ementa: Conhecer, analisar e refletir sobre as abordagens e as tendências da educação do deficiente visual em direção a uma prática transformadora que possibilite a construção do conhecimento e a participação deste alunado na escola, na família e na sociedade. Conhecimento do Braille.

Referências bibliográficas:

Básica:

Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Normas técnicas para a produção de textos em Braille.** Brasília: Ministério da Educação, [s.d.]. s.paginação.

Complementar:

BRASIL. MINISTÉRIO DA AÇÃO SOCIAL. **Como você deve comportar-se diante de uma pessoa que....** Brasília, CORDE, 1994.

BRUNO, Marilda Moraes Gracia e colaboradores. **O deficiente visual na classe comum.** São Paulo, Secretaria Estadual da Educação, 1987.

6) **Múltiplas Deficiências e Surdocegueira**

Objetivos gerais: Analisar as intervenções pedagógicas junto a pessoas com múltiplas deficiências e os encaminhamentos para a prática pedagógica. Analisar as intervenções pedagógicas junto a pessoas surdocegas congênicas e não congênicas. Estudar os processos educativos, o papel do mediador, guia e intérprete.

Ementa: Formas de intervenções com pessoas com múltiplas deficiências e encaminhamento para a prática pedagógica. Intervenção com pessoas surdocegas congênicas e não congênicas; o processo educativo; o papel do mediador, guia e intérprete.

Referências bibliográficas:

Básica:

CADER-NASCIMENTO, F. A. A. A.; COSTA, M. da P. R. da. **Descobrimo a surdocegueira:** educação e comunicação. São Carlos: EdUFSCar, 2005.

COSTA, M. da P. R. da. (Org.). **Múltipla deficiência:** pesquisa & intervenção. 2 ed. São Carlos: Pedro & João Editores, 2009.

Complementar:

CAMBRUZZI, R. de C. S. **Análise de uma experiência de atitudes entre mãe e adolescente surdocega:** construção de significados compartilhados. São Carlos: UFSCar, 2008. 179 p. Mestrado (Educação Especial). CECH - Centro de Educação e Ciências Humanas. EEs.

IKONOMIDIS, Vula Maria. **Estudo exploratório e descritivo sobre inclusão familiar de crianças com surdocegueira pré-linguística.** São Carlos: São Paulo, 2010. 123 p. Mestrado (Educação Especial). CECH-Centro de Educação e Ciências Humanas. EEs.

7) **Expressão pelo movimento, pelas artes plásticas e musical**

Objetivos gerais: Apreciar e produzir movimento e cultura corporal, artes plásticas e musical.

Ementa: Movimento e cultura corporal; introdução ao estudo dos jogos, brincadeiras, recreação; o lazer como espaço privilegiado para a vivência lúdica e exercício de liberdade.

Referências bibliográficas:

Básica:

ARTEN, A.; ZANCK, S.; LOURO, V. **Arte e inclusão educacional**. São Paulo: Ed. Didática, Brasil, 2007.

ATACK, S. M. **Atividades artísticas para deficientes**. São Paulo: Papirus, 1995.

BARBOSA, A. M. **Arte e inclusão**. In: ANDRÉ, A. (Org.) Caderno de textos 3: Educação, Artes, Inclusão. vol.1, nº 1. Rio de Janeiro: Funarte, 2002, p. 39-58. Disponível em:

<<http://www.funarte.gov.br/vsa/download/down03/Caderno%20de%20TEXTOS%203.pdf>>.

Acesso em: 19 de nov. de 2008.

_____. **História da arte-educação**. São Paulo: Max Limonad, 1986.

_____. **Teoria e prática da educação artística**. São Paulo: Cultrix, 1975.

Complementar

BUORO, A.B. **O olhar em construção**: uma experiência de ensino e aprendizagem da arte na escola. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. **Olhos que pintam**: a leitura da imagem e o ensino da arte. São Paulo: Edu/Fapesp/Cortez, 2002.

CARVALHO, A. M. P. **O uso do vídeo na tomada de dados**: pesquisando o desenvolvimento do ensino em sala de aula - pro-posições. Campinas, v. 7, n. 1, p. 5-13, 1996.

CERVELLINI, N.H. **A musicalidade do surdo**: representação e estigma. São Paulo: Plexus editora, 2003.

COLL, C.; TEBEROSKY, A. **Aprendendo arte**: conteúdos essenciais para o ensino fundamental. São Paulo: Ática, 2000.

COLLI, J. **O que é arte**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

8) Afetividade e sexualidade & Educação Especial

Objetivos gerais: Refletir sobre a questão da identidade e autonomia do corpo nos tempos atuais, tendo como meta ampliar espaços de movimento numa perspectiva do desenvolvimento humano. Reconhecer a sexualidade como um fenômeno complexo na história, sua construção social em termos de conceitos e preconceitos, os direitos das pessoas com necessidades especiais e deficiências, suas famílias e a relação com a legislação. Promover uma reflexão sobre saúde sexual (DSTs, planejamento familiar,

gravidez). Compreender as formas diferentes de pensar e viver a sexualidade, tais como: a sexualidade ocidental versus a oriental; a sexualidade nas diversas religiões e a questão da prostituição.

Ementa: Sexualidade: desenvolvimento da afetividade de pessoas com necessidades especiais como estratégia de inclusão educacional.

Referências bibliográficas:

Básica:

ASSUMPCÃO, F., SPROVIERI, M. H. **Sexualidade e deficiência** mental. São Paulo: Editora Moraes, 1987.

DENARI, F. E. **O adolescente especial e a sexualidade: nem anjo, nem fera.** Tese (Doutorado em Educação Especial). Programa de Pós-graduação da Universidade Federal de São Carlos, 1997.

_____. **Sexualidade e deficiência mental:** reflexões sobre conceitos. Revista Brasileira de Educação Especial. Marília: Unesp/Marília Publicações, v.8, n.1, p. 9-14, 2002.

GLAT, R., FREITAS, R. C. de. **Sexualidade e deficiência mental:** pesquisando, refletindo e debatendo sobre o tema. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1996. (Coleção Questões atuais em Educação Especial, vol. II)

Complementar:

FREITAS, M. R.. **Concepção de profissionais sobre a importância de uma proposta de educação sexual para deficientes mentais.** (Mestrado em Educação Especial) Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos, 1996.

WILLIAMS, L. C. de A. **Sobre deficiência e violência:** reflexões para uma análise de revisão de área. Revista Brasileira de Educação Especial. Unesp: Marília, v.9, n.2 , 2003, p.141-154.

XII. PRÁTICA DE ENSINO E ESTÁGIO SUPERVISIONADO

O estágio é um dos componentes curriculares obrigatórios para a obtenção do certificado do curso de Licenciatura em Educação Especial que deverá ser realizado no decorrer do curso, nas diferentes etapas e modalidades na Educação Básica; Educação de Jovens e Adultos e Ensino Superior inclusivo.

De acordo com a Portaria GR n. 282/09, de 14 de setembro de 2009, da UFSCar, os estágios na UFSCar serão curriculares, podendo ser obrigatórios ou não obrigatórios. O Curso de Licenciatura em Educação Especial prevê em sua matriz curricular a realização de estágio obrigatório. No curso, o estágio não-obrigatório ou estágio voluntário será computado como atividade complementar, com carga máxima prevista de 60 horas ao longo do curso.

Os estágios no Curso seguirão os requisitos que constam na Portaria GR 282/09, com assinatura do termo de compromisso de estágio obrigatório e não-obrigatório, de acordo com o modelo proposto pela UFSCar.

A realização do estágio obrigatório do curso de Licenciatura em Educação Especial tem como base o seguinte Regimento:

Regimento de Estágio Obrigatório do Curso de Licenciatura em Educação Especial

O estágio curricular supervisionado oferece ao futuro licenciado um conhecimento do real em situação de trabalho, isto é diretamente em unidades escolares dos sistemas de ensino. Caracteriza-se como momento para vivenciar a prática profissional focalizando a regência, serviços de apoio educacional especializado, acompanhamento de aspectos da vida escolar, tais como elaboração do projeto pedagógico, da matrícula, da organização das turmas, a gestão escolar, e do tempo e espaço escolares. Consiste em um processo planejado, visando à integração entre conhecimento práticos e teóricos que complementam a formação acadêmica do estudante. Tais atividades poderão ser realizadas em instituições públicas e /ou privadas de ensino.

A proposta de estágio curricular do curso de Licenciatura em Educação Especial segue as prerrogativas da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96),

Lei N. 11.788, de 25 de setembro de 2008 e a Portaria GR nº 282/09, de 14 de setembro de 2009 que dispõe sobre a realização de estágios de estudantes dos cursos de graduação da Universidade Federal de São Carlos e pauta-se no Projeto Pedagógico do Curso. Considerado como atividades de aprendizado social, profissional e cultural proporcionadas aos alunos, através da participação em situações reais de vida e trabalho, integra as dimensões teóricas e práticas da estrutura curricular e articulam de forma interdisciplinar os conteúdos dos eixos escolar, pedagógica e profissional.

O estágio curricular do curso de Licenciatura em Educação Especial tem como objetivo oportunizar ao estagiário:

- Conhecer e analisar as práticas pedagógicas inclusivas na Educação Básica; Educação de Jovens e Adultos e Ensino Superior inclusivo;
- Desenvolver propostas de intervenção pedagógica de apoio no contexto escolar;
- Desenvolver propostas de intervenção pedagógica de apoio no contexto educacional.

Serão aceitos estágios na área: das deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação em instituições de ensino especializado e escolas do ensino regular conveniadas com a Universidade Federal de São Carlos.

Pretende-se assegurar aos licenciados experiência de exercício profissional, em ambientes escolares que ampliem e fortaleçam atitudes éticas, conhecimentos na Educação Básica (Educação Infantil e Ensino Fundamental e Ensino Médio, Ensino Superior - Educação de Jovens e Adultos).

Sendo assim, o campo de atuação do (a) estagiário (a), poderá ser na docência dos serviços de apoio educacional especializado:

- Etapas de Ensino da Educação Básica: Educação Infantil, Ensino Fundamental inicial e final, Ensino Médio que tenham alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação matriculados.

- Nível de Ensino: Ensino Superior que tenham alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação matriculados.

- Modalidade de Ensino: Educação de Jovens e Adultos (Ensino Fundamental inicial e final; Ensino Médio) que tenham alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação matriculados.

O Estágio Supervisionado no curso de Licenciatura em Educação Especial deverá ser realizado no sistema regular e especial de ensino, nos seguintes níveis escolares e modalidade de ensino e será dividido como se segue:

Níveis escolares (Ensino regular)	Etapas	Períodos
Educação Básica	Educação Infantil Ensino Fundamental (inicial e final) Ensino Médio	5º, 6º, 7º ou 8º
Ensino Superior		5º, 6º, 7º ou 8º

Modalidade de Ensino (Ensino regular)	Etapas	Períodos
Educação de Jovens e Adultos	Ensino Fundamental (inicial e final) Ensino Médio	5º, 6º, 7º ou 8º

Ensino Especial	Etapas	Períodos
Instituição de Ensino Especializado	Qualquer nível de ensino	5º, 6º, 7º ou 8º

Os estágios curriculares em Educação Infantil, Séries Iniciais e finais do Ensino Fundamental, Ensino Médio, Sala de Recurso Multifuncional e Instituição Especializada deverão ser realizados no período diurno, pois, as escolas destes níveis de ensino funcionam nesse período. O estágio em Educação de Jovens e Adultos e Ensino Superior poderão ser realizados no período noturno.

As horas dedicadas ao Estágio Supervisionado se distribuirão em 405 horas nos seguintes períodos do curso:

O estágio na Instituição Especializada será obrigatório pelo aluno/estagiário, no mínimo, um semestre.

Semestre	Créditos teóricos	Créditos de Estágio em Campo	Total de Créditos
5º	2 (30 horas)	8 (120 horas)	10
6º	2 (30 horas)	6 (90 horas)	08
7º	2 (30 horas)	7 (105 horas)	09
8º	2 (30 horas)	6 (90 horas)	08
Total	8 (120 horas)	405 horas	35

Os créditos teóricos contemplarão as seguintes atividades: orientação/supervisão de estágio; planejamento de atividades e elaboração de relatórios.

O Estágio Supervisionado Obrigatório na Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio), no Ensino Superior e na Educação de Jovens e Adultos privilegiarão a prática profissional na docência dos serviços de apoio especializado, possibilitando: a construção de diagnóstico da instituição escolar e de seu contexto; gradativa inserção e participação em projetos e ações desenvolvidas pela escola e ou instituição especializada, tanto no âmbito dos processos de ensino quanto nas dimensões relativas à gestão educacional; aprofundamento teórico na compreensão e análise da(s) realidade(s) vivenciada(s).

No currículo do Curso de Licenciatura em Educação Especial a área de Estágio está representada pelas disciplinas distribuídas em quatro períodos, a saber:

Período	Disciplina	Ementa
5º	Prática de Ensino e Estágio Supervisionado em Educação Básica Inclusiva I.	A relação entre práticas educativas e políticas educacionais relativas ao atendimento especializado; análise histórico-crítica da organização e dos sistemas de funcionamento do ensino especial no Brasil.
6º	Prática de Ensino e Estágio Supervisionado em Educação Básica Inclusiva II	Identificação, discussão e busca de soluções de problemas detectados no dia a dia de espaços onde se desenvolve a ação educativa, juntamente com o professor do serviço especializado escolhido.
7º	Prática de Ensino e Estágio Supervisionado em Educação Básica, Educação de Jovens e Adultos e Ensino Superior Inclusivo I	Identificação, discussão e busca de soluções de problemas detectados no dia a dia das classes. Organização de uma proposta de trabalho para o serviço especializado escolhido. Execução da proposta elaborada, devidamente acompanhada/o do professor/responsável e do supervisor de estágio.
8º	Prática de Ensino e Estágio Supervisionado em Educação Básica, Educação de Jovens e Adultos e Ensino Superior Inclusivo II	Consultoria colaborativa ao professor de ensino regular, de classe inclusiva e/ou instituição especial.

Das Atividades de Estágio Curricular Supervisionado

Pesquisar é uma palavra derivada do latim e, de acordo com o dicionário Aurélio (2010) refere-se a uma investigação e estudo, minucioso, com fim de descobrir conhecimentos. A realização de pesquisa é indispensável à formação do Licenciando em

Educação Especial, uma vez que esta se constitui como um princípio científico e educativo importante para se obter um conhecimento aprofundado sobre um determinado tema.

Tendo a pesquisa como fundamento, o momento do Estágio Supervisionado também se constitui em espaço de aprofundamento de estudos sobre o trabalho da Educação Especial e da leitura crítica da realidade da instituição (lócus), de seu entorno e de suas práticas educativas através da realização de atividades orientadas de pesquisas, através das seguintes atividades:

1. Observação participante: constitui um dos procedimentos para que o aluno adquira determinados conhecimentos interagindo com as situações vivenciadas, nas diferentes modalidades de ensino na sala de aula regular, sala de recursos multifuncional, atendimento educacional especializado – AEE e nas orientações pedagógicas de professores, pais e coordenação (atividade referente ao 5º e 6º períodos). No momento da observação, os alunos entram em contato com a escola/instituição de ensino e conhecem a classe, o aluno incluído na qual realizarão o estágio. As anotações realizadas pelos alunos serão sistematizadas na forma de relatório.

2. Ensino colaborativo: trabalho em parceria com o professor do ensino regular, de classe inclusiva e/ou instituição especial na orientação de: elaboração de planejamento, implementação e avaliação (atividade referente ao 7º e 8º períodos).

3. Registro de observações, participações e demais atividades desenvolvidas: como instrumento eficaz na construção de conhecimentos, o registro sistemático de observações, participações e experiências vivenciadas no campo de estágio, constitui o recurso básico para a sistematização da experiência prática (atividade que perpassa o todos os períodos do estágio).

Caberá à coordenação do Estágio Curricular Supervisionado

1. Viabilizar as parcerias com as instituições para o desenvolvimento das atividades de campo;

2. Receber e conferir os documentos exigidos pela Instituição de ensino - UFSCar e pela escola e/ou instituição concedente nas datas estabelecidas;

3. Participar das reuniões de orientação do estágio na escola e/ou instituição concedente.

4. Elaborar e revisar periodicamente o presente documento, a partir de discussões e deliberações do Conselho de Coordenação do Curso;

5. Auxiliar os supervisores, quando necessário, na realização do estágio;

6. Orientar os alunos quanto à documentação e normas referentes ao estágio curricular;

7. Organizar arquivo de documentação referente ao estágio, bem como manter atualizado o banco de dados dos estagiários.

O professor coordenador do estágio supervisionado deverá necessariamente ser licenciado em Pedagogia/Educação Especial e Mestrado/Doutorado em Educação/Educação Especial.

Caberá aos professores Supervisores da disciplina de Estágio Curricular

1. Orientar e acompanhar, sistematicamente, em média 15 alunos;

2. Desenvolver estudos de aprofundamento, a partir da realidade e das experiências vivenciadas;

3. Definir as atividades a serem desenvolvidas nos campos de estágio;

4. Realizar encontros periódicos com os alunos, no horário reservado à supervisão de estágios;

5. Orientar as atividades a serem realizadas no Estágio, no que se refere aos procedimentos de observação participante, registro, planejamento e desenvolvimento de atividades e/ou projetos de trabalho através do ensino colaborativo a serem realizados na instituição de ensino;

6. Orientar formas de análise das informações coletadas, estabelecendo um diálogo entre as fontes teóricas do conhecimento e a realidade observada, favorecendo a articulação e a reflexão entre as dimensões teóricas e práticas;

7. Promover momentos de discussão coletiva e análise de práticas vivenciadas na realização do estágio.

8. Orientar a elaboração do relatório final de Estágio;

9. Controlar a frequência dos alunos nas atividades de campo;
10. Realizar visitas periódicas à instituição onde o estágio for realizado.

O professor orientador da disciplina prática de ensino e estágio supervisionado deverá necessariamente ser licenciado ou Mestrado/Doutorado em Educação/Educação Especial.

Obrigações do Estagiário

1. Apresentar os documentos exigidos pela Instituição de ensino - UFSCar e pela escola e/ou instituição concedente;
2. Seguir as determinações do Termo de Compromisso de Estágio;
3. Cumprir integralmente o horário estabelecido pela Instituição, observando assiduidade e pontualidade;
4. Manter sigilo sobre o conteúdo de documentos e de informações confidenciais referentes ao local/Instituição do Estágio;
5. Acatar orientações e decisões do supervisor interno da Instituição quanto às normas internas da mesma.
6. Realizar observação participante e registro das atividades devolvidas pelo professor;
7. Efetuar registro diário da frequência no estágio;
8. Elaborar e entregar relatório e outros documentos nas datas estabelecidas;
9. Respeitar as orientações e sugestões do supervisor de estágio;
10. Assumir o estágio com responsabilidade, zelando pelo bom nome da Instituição do Estágio e do curso de Licenciatura em Educação Especial.

Relatório de Estágio Curricular Supervisionado

O Estágio Supervisionado tem como atividade individual final a elaboração de um Relatório. O aluno deve entregar um relatório semestral das atividades desenvolvidas para análise e avaliação dos professores supervisores. Constituem itens de exigências mínimas para entrega do relatório:

- Contextualização da escola: bairro, história da escola, relação com a comunidade etc;
- Caracterização da escola enquanto comunidade educativa, com dados sobre: Projeto Político Pedagógico equipe de gestão, professores, alunos, recursos materiais e pedagógicos, regimento escolar etc;
- Descrição e análise das práticas pedagógicas observadas no contexto escolar,
- Descrição e análise das intervenções propostas;
- Reflexão sobre as práticas pedagógicas observadas e intervenção à luz da fundamentação teórica;
- Avaliação da própria atuação como estagiário, das experiências vivenciadas e da contribuição do estágio para sua formação profissional.

O relatório final de estágio deverá ser elaborado em formato acadêmico, contemplando, minimamente, a relação entre as atividades desenvolvidas e o conhecimento na área de acordo com as normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas).

Da apresentação do Relatório de Estágio Curricular Supervisionado

O Estágio Supervisionado, como atividade individual, tem como atividade final a elaboração de um Relatório em cada semestre. Após o encerramento do estágio, o aluno deve apresentar o relato das atividades desenvolvidas (forma de pôster) em Evento organizado pela Coordenação do Curso, com a presença de representantes das instituições concedentes.

XIII. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

As disciplinas: *Trabalho de Conclusão de Curso I*, *Trabalho de Conclusão de Curso II* e *Trabalho de Conclusão de Curso III* compõem o segundo eixo estruturante do curso, que compreende a formação para a pesquisa, visando o desenvolvimento pessoal e profissional do aluno para buscar, produzir, divulgar e saber utilizar o conhecimento científico afeto à Educação Especial e ao processo de ensino-aprendizagem.

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) permite ao aluno a sistematização dos conhecimentos adquiridos ao longo dos semestres da graduação na forma de uma pesquisa e um aprofundamento no domínio de conhecimento e da linguagem científica. Trata-se de uma experiência de extrema relevância na formação do aluno, pois proporciona uma oportunidade de trabalhar com problemas teóricos e empíricos referentes à Educação Especial.

O aluno deverá elaborar o TCC durante o sexto, sétimo e oitavo período do curso de Licenciatura em Educação Especial, sendo de caráter obrigatório para a obtenção do diploma.

Abaixo segue o regimento do TCC⁴, considerando: (a) acompanhamento dos projetos de Trabalho de Conclusão de Curso; (b) diretrizes gerais e cronograma de planejamento de TCC; (c) transferência de orientador; (d) composição da banca de avaliação do TCC e (e) competências e atribuições do discente e do orientador.

A- Acompanhamento dos projetos de Trabalho de Conclusão de Curso

Os professores orientadores receberão apoio da Comissão das disciplinas referentes ao Trabalho de Conclusão de Curso (Comissão de TCC), nas diversas etapas da orientação de alunos. Essa Comissão é formada por um Professor efetivo e uma Pedagoga do Curso de Licenciatura em Educação Especial. As funções da Comissão são: (a) elaborar edital anual de seleção do TCC; (b) divulgar para os alunos os projetos de pesquisa dos professores; (c) orientar os alunos sobre as regras que regem o TCC; (d) orientar os professores sobre normas e prazos para a entrega dos trabalhos concluídos; (e) acompanhar os depósitos dos

⁴ O presente regimento foi elaborado e adaptado do regimento dos Cursos de Pedagogia e de Psicologia, da Universidade Federal de São Carlos.

relatórios referentes às disciplinas Trabalho de Conclusão de Curso 1, 2 e 3; (f) avaliar solicitação de transferência de orientador, quando for necessário e (g) organizar as apresentações de TCC dos alunos, em uma semana destinada para esse fim.

B- Diretrizes gerais

- 1- A orientação poderá ser feita por qualquer docente da UFSCar ou junto a qualquer departamento e grupos de pesquisa desta universidade, bastando à comunicação de aceitação assinada do orientador por meio de formulário para este fim (o formulário será indicado em casos de professores externos ao departamento de Psicologia);
- 2- O TCC poderá ter caráter de pesquisa bibliográfica, documental ou de campo;
- 3- Deverá seguir as normas ABNT e apresentar a seguinte formatação: fonte 12, letra *times new roman*, espaçamento entre linhas 1,5, papel A-4. Margem esquerda/direita - 3 cm e superior/inferior - 2,5 cm. A impressão deve ser feita apenas de um lado da folha. O documento final também deverá ser entregue em formato PDF (CD - para arquivo do curso);
- 4- O aluno terá um prazo de um ano e meio para desenvolvimento do trabalho. Os trabalhos não concluídos neste prazo recaem nas normas gerais de avaliação da UFSCar;
- 5- Cabe ao orientador decidir os requisitos de aprovação do aluno em cada disciplina relacionada ao TCC I e TCC II;
- 6- Na disciplina TCC III a nota final deverá ser digitada pelos orientadores até a data prevista pela DICA. A nota deverá corresponder à média das três notas (de 0 a 10) atribuídas ao trabalho final pelos avaliadores que participaram da banca, incluindo o orientador;
- 7- A disciplina TCC I é pré-requisito para cursar a disciplina TCC II. Assim como a disciplina TCC II é pré-requisito para cursar a disciplina TCC III;
- 8- Em casos referentes a aproveitamento de estágio para constituição do TCC, deve ser observado que: a decisão sobre o aproveitamento deverá ter concordância do professor(es) da(s) disciplina(s) que supervisionaram o estágio do aluno; é imprescindível que a instituição e professor da turma em que o estágio foi realizado sejam informados e autorizem a realização do TCC;

9- Todo estudo que tenha por objeto uma instituição externa, deverá apresentar autorização da instituição para realização do estudo, e esta ao final do TCC deverá receber cópia do trabalho finalizado;

10- É necessária a aprovação do Comitê de Ética (UFSCar) para as pesquisas que envolvem seres humanos.

Abaixo seguem as ementas e os objetivos das disciplinas: Trabalho de Conclusão de Curso I, Trabalho de Conclusão de Curso II e Trabalho de Conclusão de Curso III.

CRONOGRAMA DO PLANEJAMENTO DE TCC

ANTES DO OFERECIMENTO DAS DISCIPLINAS TCC		
Mês/Ano	Atividade	Especificações
Março/período 1	Envio para os professores da ficha de interesse de orientação.	Ficha com descrição da pesquisa/área, pequeno resumo, número de vagas ofertadas e critérios para seleção dos alunos (como por exemplo, nota da disciplina relacionada ao tema, trabalhos anteriores relacionados à temática, participação de grupo de estudos, valor do IRA - Índice de Rendimento Acadêmico e demais critérios).
Abril/período 1	Envio para os alunos do manual do TCC e da ficha de interesse.	Ficha de interesse contendo: nome e três sugestões de orientador e projeto, acompanhado da justificativa.
Maiο/período 1	Seleção pelos professores dos possíveis orientandos.	Com base nos critérios previamente elencados.
Junho/período 1	Reajustes realizados pela Comissão de TCC e acordado pelos professores.	
Final de Junho/período 1	Divulgação dos Resultados.	
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I		
Mês/Ano	Atividade	Especificações
Agosto/período 2	Elaboração do plano de ensino da disciplina.	Responsabilidade do professor ministrante (ver sugestões).
Dezembro/período 2	Prazo final para entrega de 1 versão digitalizada do projeto para a Comissão de TCC.	O projeto de pesquisa deve ser apresentado de maneira clara e resumida, ocupando no máximo 15 páginas datilografadas em

		espaço 1,5 (normas ABNT). Deve compreender: - Resumo (máximo 20 linhas); - Introdução e justificativa, com síntese da bibliografia fundamental; - Objetivos; - Plano de trabalho e cronograma de sua execução; - Material e métodos; - Forma de análise dos resultados.
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II		
Mês/Ano	Atividade	Especificações
Junho/período 3	Final da coleta de dados e análise inicial dos dados- entrega de relatório parcial da pesquisa para a Comissão de TCC.	
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO III		
Mês/Ano	Atividade	Especificações
01-19 de outubro/período 4	Período para Comunicação à Comissão de TCC de Educação Especial, data, local da realização das Bancas	Seguir o modelo.
Vinte dias antes da data indicada/período 4	Prazo final para entrega das monografias para a Banca.	Entrega do trabalho impresso.
20 a 30 de novembro/período 4	Período de Realização das Bancas.	Ver especificações sobre a composição da banca.
15 de dezembro/período 4.	Prazo Final para Entrega da versão final digitalizada à Comissão de TCC.	Entrega em CD acompanhada da Carta de Autorização para divulgação no site do curso assinada pelo aluno de orientador.

C- Transferência de orientador

São duas possibilidades de transferências: (a) O aluno matriculado na disciplina Trabalho de Conclusão de Curso I solicitar transferência no período de trancamento em disciplinas e (b) o aluno concluiu Trabalho de Conclusão de Curso I com o orientador e solicita transferência de orientador para Trabalho de Conclusão de Curso II. Seguem as especificações e exigência para cada possibilidade. Não está prevista a transferência de orientador no Trabalho de Conclusão de Curso III.

Possibilidade 1: O aluno matriculado na disciplina Trabalho de Conclusão de Curso I solicitar transferência no período de trancamento em disciplinas

Para solicitar a transferência, o aluno deverá entregar uma justificativa por escrito e ter os aceites do professor orientador atual e do professor que se dispõe a orientá-lo. Esta solicitação deverá ser entregue a Comissão de TCC, em *duas (2) cópias*, de forma que o aluno fique com o recebimento da entrega. Após a entrega da solicitação, a Comissão de TCC elaborará um parecer considerando o critério estabelecido e o Conselho de Curso apreciará o parecer elaborado pela Comissão de TCC, encerrando o processo de solicitação de transferência.

Possibilidade 2: O aluno concluiu Trabalho de Conclusão de Curso I com o orientador e solicita transferência de orientador para Trabalho de Conclusão de Curso II

Esta transferência só ocorrerá se o novo orientador tiver vaga disponível do último processo de seleção de Trabalho de Conclusão de Curso I e/ou aceitar orientar, mesmo que o número de vagas disponíveis tenha ultrapassado.

Para solicitar a transferência, o aluno deverá entregar uma justificativa por escrito e ter os aceites do professor orientador atual e do professor que se dispõe a orientá-lo. Esta solicitação deverá ser entregue a Comissão de TCC, em *duas (2) cópias*, de forma que o aluno fique com o recebimento da entrega.

Após a entrega da solicitação, o novo orientador deverá fazer uma apreciação, por escrito, da possibilidade do aluno cumprir, até o término do semestre referente ao Trabalho de Conclusão de curso II, as exigências referentes ao Trabalho de Conclusão de Curso I e Trabalho de Conclusão de Curso II. A Comissão de TCC elaborará um parecer, levando em conta o critério estabelecido. Caso o novo orientador não considere possível o aluno preparar seu projeto de pesquisa até o final de *Trabalho de Conclusão de Curso II*, o aluno deverá se matricular em *Trabalho de Conclusão de Curso II* só depois de terminar as tarefas referentes à *Trabalho de Conclusão de Curso I*, com o novo orientador. O Conselho de Curso apreciará o parecer elaborado pela Comissão de TCC, encerrando o processo de solicitação de transferência.

D- Composição da banca de avaliação do TCC

Em seguida são especificados os procedimentos para composição da banca de TCC.

- 1- Até o último dia útil do mês de outubro, os trabalhos devem ser encaminhados para a banca que será composta por dois professores ou pesquisadores, além do orientador. Além disso, o aluno deverá entregar uma ficha contendo título do trabalho, data de apresentação e composição da banca;
- 2- Poderão participar da banca alunos de doutorado, professores de outras instituições (que tenham o título mínimo de mestre) e professores de diferentes cursos da UFSCar;
- 3- Todas as apresentações dos trabalhos ocorrerão em um período de dois dias consecutivos, a serem determinados pela Comissão de TCC;
- 4- Os alunos terão 20 minutos de apresentação e 30 minutos de arguição. As apresentações serão abertas ao público;
- 5- Cada membro da banca (incluindo o orientador) dará uma nota para o trabalho, sendo que a nota final corresponderá à média das mesmas.

E- Competências e responsabilidades

Competências e Responsabilidades do Discente

- a) Desenvolver as tarefas solicitadas pelo orientador, como fichamentos, redação do texto, revisão bibliográfica, entre outras orientações;
- b) Comparecer as supervisões, previamente acordadas quanto à periodicidade, data e horário;
- c) Contratar, juntamente com o orientador, o cronograma das atividades e o cumprimento de prazos;
- d) Entregar os relatórios semestrais, de acordo com as exigências de cada semestre e cumprindo as datas de entrega, ao orientador e ao professor responsável pela Coordenação do Trabalho de Conclusão de Curso;

- e) Apresentar o trabalho final digitado e impresso em 04 vias (uma para cada membro da banca e para a Coordenação do TCC), juntamente com a solicitação da defesa;
- f) Apresentar oralmente o trabalho final, na presença da banca, por 60 minutos, na semana destinada para este fim;
- g) Entregar a versão final do TCC, com as devidas correções apontadas pela banca, no prazo previamente estipulado.

Competências e Responsabilidades do Orientador

O professor orientador deverá assumir a orientação do aluno, podendo tal compromisso ser revisto em casos devidamente justificados ao Conselho de Curso. Em caso de necessidade ou conveniência da presença de um co-orientador, a solicitação deverá ser apreciada e referendada pelo Conselho do Curso, mediante documento escrito do orientador.

Compete ao Orientador:

- a) Realizar orientações, em local, dia e horário previamente agendado orientar o(s) discente(s) em dia e hora pré-fixados;
- b) Controlar a frequência dos alunos às orientações;
- c) Controlar a entrega das tarefas desenvolvidas pelos alunos;
- d) Digitar nota e frequência dos alunos no sistema Nexos;
- e) Assinar a solicitação de defesa dos alunos;
- f) Presidir a Banca Examinadora de seus orientandos.

XIV. ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Atividades complementares são todas e quaisquer atividades de caráter acadêmico, científico e cultural realizadas pelo estudante ao longo do seu curso de graduação, inclui o exercício de atividades de enriquecimento científico, profissional e cultural, o desenvolvimento de valores e hábitos de colaboração e de trabalho em equipe, propiciando a inserção no debate contemporâneo mais amplo (Segundo Art 1º. da Portaria GR No. 461/06, de 07 de agosto de 2006).

As atividades acadêmico-científico-cultural deverão totalizar 210 horas que podem incluir, além de disciplinas, a participação em atividades em contextos sociais variados e situações não formais de ensino e aprendizagem, bem como iniciação científica e monitorias.

A Coordenação de Curso ficará encarregada de montar um prontuário para cada aluno e atribuir a carga horária referente às atividades comprovadas. A cada final de período ou ano, a Secretaria de Coordenação de Curso enviará à DiCA uma planilha com a pontuação em horas de cada aluno, de modo que o sistema ProGradWeb registre essa informação no Histórico Escolar.

Os alunos do curso de Licenciatura em Educação Especial podem participar de atividades de Pesquisa e de Extensão junto com seus professores. Nas atividades de Pesquisa, juntam-se a Grupos de Estudos e desenvolvem atividades de Iniciação Científica, com ou sem financiamento.

Nas atividades de Extensão, os alunos tanto participam de disciplinas de ACIEPE como de trabalhos realizados por Docentes junto a professores e outros agentes educacionais. Participam ainda de eventos promovidos pelos Departamentos (seminários, congressos, minicursos). Há, ainda, a participação em atividades de monitoria – bolsista ou voluntária, nas quais os alunos selecionados acompanham os trabalhos Docentes em uma disciplina já cursada, em processo de Aprendizagem Docente.

Além disso, Bolsas Atividade e Treinamento, de Extensão e de Monitoria, de responsabilidade da Universidade, juntam-se a bolsas de Pesquisa de órgãos externos para possibilitar participação efetiva dos alunos de Graduação em atividades de apoio e complementares à sua formação.

Serão computadas como Atividades Complementares:

As Atividades Acadêmico-Científico-Culturais deverão somar a carga horária total de 210 horas para efeito de integralização de créditos podem ser:

1- Participação certificada em atividades de Extensão homologadas pela Câmara de Extensão (até 120 horas ao longo do curso);

2- Participação em disciplinas de ACIEPE (até 08 créditos ao longo do curso);

3- Participação certificada em encontros, reuniões científicas, congressos, simpósios, minicursos ou outros eventos na área de educação especial, educação, psicologia e áreas afins (até 120 horas ao longo do curso);

4- Participação na organização de eventos na área de educação especial, educação e psicologia (até 40 horas ao longo do curso);

5- Apresentação de trabalhos (orais, painéis, pôsteres) em congressos e outros encontros científicos na área de educação especial, educação, psicologia e áreas afins (até 40 horas ao longo do curso);

6- Publicação de artigos relacionados à área de educação especial, educação, psicologia ou áreas afins (até 120 horas ao longo do curso);

7- Publicação de resumos em anais de congressos e encontros científicos na área de educação especial, educação, psicologia ou áreas afins (até 60 horas ao longo do curso);

8- Participação em projeto institucional de Iniciação Científica - PIBIC, FAPESP ou PUIC/UFSCar (até 120 horas ao longo do curso);

9- Participação em projeto institucional de Iniciação à Docência - PIBID (até 120 horas ao longo do curso);

10- Participação em atividades de Monitoria na UFSCar – bolsista ou voluntário – (até 120 horas ao longo do curso);

11- Atividades de Monitoria ou Docência no curso pré-vestibular da UFSCar (até 60 horas ao longo do curso);

12- Atividades referentes à Bolsa-Treinamento (até 120 horas ao longo do curso);

13- Atividades referentes à Bolsa de Extensão (até 120 horas ao longo do curso);

14- Atividades referentes à Bolsa Atividade desde que exercidas na área de educação especial, educação ou psicologia (até 80 horas anuais);

15- Estágio não obrigatório (até 60 horas ao longo do curso);

- 16- Disciplinas eletivas (até 60 horas ao longo do curso);
- 17- Representação nos Conselhos Departamental e de Curso (até 30 horas ao longo do curso);
- 18- Atuação voluntária em Instituições Educacionais e Organizações não Governamentais voltadas para a área de Educação Especial (120 horas ao longo do curso).
- 19- Participação em grupo de estudos/pesquisa (até 120 horas ao longo do curso);
- 20- Participação em movimento estudantil DA, CA, DCE (até 20 horas ao longo do curso);

DETALHAMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES DO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL

ATIVIDADE	LIMITE DE CARGA HORÁRIA	TIPO DE COMPROVANTE
Disciplinas Eletivas	até 08 créditos ao longo do curso - equivale a 60 horas por disciplina cursada de 4 créditos	Aprovação na disciplina
Participação certificada em atividades de Extensão homologadas pela Câmara de Extensão	até 120 horas anuais	Certificado da PROEX
Participação em disciplinas de ACIEPE	até 08 créditos ao longo do curso - equivale a 60 horas por disciplina cursada de 4 créditos	Aprovação na disciplina
Participação em encontros, reuniões científicas, congressos, simpósios ou outros eventos na área de educação especial, educação, psicologia e áreas afins	até 120 horas ao longo do curso	Certificado de participação
Participação na organização de eventos na área de educação especial, educação e psicologia	até 40 horas ao longo do curso	Certificado de participação
Apresentação de trabalhos (orais, painéis, pôsteres) em congressos e outros encontros científicos na área de educação especial, educação, psicologia e áreas afins	até 40 horas ao longo do curso (5 horas por trabalho apresentado)	Certificado de apresentação
Publicação de artigos relacionados à área de educação especial, educação, psicologia ou áreas afins	até 120 horas ao longo do curso (20 horas por artigo publicado)	Texto publicado
Publicação de resumos em anais de congressos e encontros científicos na área de educação especial, educação, psicologia ou áreas afins	até 60 horas ao longo do curso (10 horas por resumo publicado)	Resumo publicado
Participação em projeto de Iniciação Científica - PIBIC, FAPESP ou PUIC/UFSCar voluntário	até 120 horas ao longo do curso	Certificado
Participação em projeto institucional de Iniciação à Docência - PIBID	até 120 horas ao longo do curso	Certificado
Participação em atividades de Monitoria na UFSCar – bolsista ou voluntário	até 120 horas ao longo do curso	Certificado do CECH ou da PROGRAD ou declaração do professor

Atividades de Monitoria ou Docência no curso pré-vestibular da UFSCar	até 60 horas ao longo do curso	Certificado ou declaração da PROEX/Núcleo UFSCar-Escola
Atividades referentes à Bolsa-Treinamento	até 120 horas ao longo do curso	Relatório ou documento da PROGRAD
Atividades referentes à Bolsa-Extensão	até 120 horas ao longo do curso	Certificado ou declaração da PROEX
Atividades referentes à Bolsa Atividade desde que exercidas na área de educação especial, educação ou psicologia	até 80 horas ao longo do curso	Relatório ou documento do professor responsável
Representação nos Conselhos Departamental e de Curso	até 30 horas ao longo do curso (2 horas por reunião)	Cópia da ata das reuniões
Atuação voluntária em Instituições Educacionais e Organizações não Governamentais voltadas para a área de Educação Especial	até 120 horas ao longo do curso	Declaração dos responsáveis pelas instituições
Realização de estágio voluntário	até 60 horas ao longo do curso	Relatório e certificado
Participação em grupo de estudos/pesquisa	até 120 horas ao longo do curso	Relatório e certificado do professor
Participação em Movimento estudantil	até 20 horas ao longo do curso	Declaração dos responsáveis pelos movimentos

XV. PLANO DE IMPLANTAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL

XV.a. Corpo Docente

Quadro atual:

Nome	Titulação	Vínculo e dedicação	Áreas e disciplinas que ministra	Departamento
Cristina Broglia F. de Lacerda	Doutora	Efetivo/DE	<ul style="list-style-type: none">- Linguagem e pensamento- Procedimentos de ensino em Educação Especial II: deficiência auditiva- Prática de Ensino e Estágio supervisionado em Educação Básica Inclusiva I- Ensino da leitura e escrita para pessoas com deficiência- Trabalho de Conclusão de Curso I- Trabalho de Conclusão de Curso II- Trabalho de Conclusão de Curso III	DPsi
Enicéia Gonçalves Mendes	Doutora	Efetivo/DE	<ul style="list-style-type: none">- Ética e Educação Especial- Abordagem social das deficiências- Ensino colaborativo- Trabalho de Conclusão de Curso I- Trabalho de Conclusão de Curso II- Trabalho de Conclusão de Curso III	DPsi
Fabiana Cia	Doutora	Efetivo/DE	<ul style="list-style-type: none">- Referenciais teóricos do desenvolvimento humano- Estudo do desenvolvimento atípico- Apoio educacional especializado: Educação Infantil- Prática de Ensino e Estágio Supervisionado em Educação Básica Inclusiva II- Trabalho de Conclusão de Curso I- Trabalho de Conclusão de Curso II- Trabalho de Conclusão de Curso III	DPsi
Fátima Elisabeth Denari	Doutora	Efetivo/DE	<ul style="list-style-type: none">- Educação e Educação Especial: contextos históricos	DPsi

			<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolvimento humano e da aprendizagem de crianças e jovens com necessidades educacionais especiais - Afetividade e sexualidade & Educação Especial - Prática de Ensino e Estágio supervisionado em Educação Básica Inclusiva I - Prática de Ensino e Estágio supervisionado em Educação Básica Inclusiva II - Trabalho de Conclusão de Curso I - Trabalho de Conclusão de Curso II - Trabalho de Conclusão de Curso III 	
Juliane Ap. de Paula P. Campos	Doutora	Efetivo/DE	<ul style="list-style-type: none"> - Processos Investigativos em Educação Especial – IV – escola, família e trabalho - Didática para a Educação Especial - Apoio Educacional Especializado: Médio e Educação de Jovens e Adultos - Prática de Ensino e Estágio Supervisionado em Educação Básica Inclusiva II - Trabalho de Conclusão de Curso I - Trabalho de Conclusão de Curso II - Trabalho de Conclusão de Curso III 	DPsi
Kátia Regina M. Caiado	Doutora	Efetivo/DE	<ul style="list-style-type: none"> - Políticas educacionais e funcionamento da Educação Especial - Teorias pedagógicas aplicadas à Educação Especial - Apoio educacional especializado: Ensino Fundamental - Prática de Ensino e Estágio supervisionado em Educação Básica Inclusiva I - Prática de Ensino e Estágio supervisionado em Educação Básica Inclusiva II - Trabalho de Conclusão de Curso I - Trabalho de Conclusão de Curso II - Trabalho de Conclusão de Curso III 	DPsi
Márcia Duarte	Doutora	Efetivo/DE	<ul style="list-style-type: none"> - Processos Investigativos em Educação Especial I: Planejamento de trabalho científico - Processos Investigativos em Educação Especial II: Observação de situações planejadas em laboratórios - Currículo e Educação Especial - Tecnologias instrucionais aplicadas à Educação Especial I: modelos instrucionais - Prática de Ensino e Estágio supervisionado em Educação Básica Inclusiva I - Prática de Ensino e Estágio Supervisionado em Educação Básica Inclusiva II - Trabalho de Conclusão de Curso I - Trabalho de Conclusão de Curso II - Trabalho de Conclusão de Curso III 	DPsi
Maria Amélia Almeida	Doutora	Efetivo/DE	<ul style="list-style-type: none"> - Processos Investigativos em Educação Especial I: Planejamento de trabalho científico 	DPsi

			<ul style="list-style-type: none"> - Processos Investigativos em Educação Especial II: Observação de situações planejadas em laboratórios - Procedimentos de Ensino em Educação Especial : deficiência intelectual - Prática de Ensino e Estágio supervisionado em Educação Básica Inclusiva I - Prática de Ensino e Estágio supervisionado em Educação Básica Inclusiva II - Trabalho de Conclusão de Curso I - Trabalho de Conclusão de Curso II - Trabalho de Conclusão de Curso III 	

A contratar:

			Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)
			Procedimentos de ensino em Educação Especial : transtornos globais do desenvolvimento
			Procedimentos de ensino em Educação Especial altas habilidades e superdotação
			Procedimentos de ensino em Educação Especial deficiência física
			Procedimentos de ensino em Educação Especial: deficiência visual
			Tecnologias aplicadas à Educação Especial I: Informação e comunicação
			Tecnologias aplicadas à Educação Especial II: tecnologias assistivas
			Ensino de habilidades de comunicação alternativa aumentativa
			Planejamento educacional individualizado I: Avaliação

XV.b. Corpo técnico administrativo

Quadro atual:

Nome	Titulação	Vínculo	Atividade
Elizabeth Keiko Ribeiro	Graduada	Efetivo	Secretária
Carla Ariela Rios Vilaporanga	Doutoranda em Ed.	Efetivo	Pedagoga
Aline de Cássia Damasceno Lagoeiro	Mestre em Ed.	Efetivo	Pedagoga
Adriana Maria Corsi	Doutora em Ed.	Efetivo	Pedagoga

Maiara Mugnaini Kube	Estagiária	2011 a 2013
----------------------	------------	-------------

XV.c. Infraestrutura

	Características		
	Área M ²	Fase	Observação
Gabinete para professor 1	16,29 m ²	Em construção	Está sendo construído e até o final de 2011 deverá estar pronto
Gabinete para professor 2	16,55 m ²	Em construção	
Gabinete para professor 3	10,0 m ²	Em construção	
Gabinete para professor 4	10,13 m ²	Em construção	
Secretaria da Coordenação		Sim	
Laboratório 1		Sim	
Laboratório 2	36,21 m ²	Em construção	
Laboratório 3	34,24 m ²	Em construção	
Laboratório 4	37,38 m ²	Em construção	
Auditório		Em construção	

XV.d. Livros na Biblioteca

ALBERTO, P. A.; TROUTMAN, A. C. **Applied behavior analysis for teachers**. 8. ed. 2 UN (Demais edições) New Jersey: Pearson/Merril Prentice Hall, 2009.

AMIRALIAN, Maria Lúcia T. M. **Psicologia do excepcional**. São Paulo: EPU, 1986. (Temas básicos de psicologia). 5 UN

ANDRÉ, M. (org.). **Pedagogia das Diferenças na sala de aula**. 9 ed. Campinas, SP: Papyrus, 2008. 4 UN

BARBERÀ, M. J. R.H; ONRUBIA, J. O ensino e a aprendizagem da matemática: uma perspectiva psicológica. In: COLL, C., PALACIOS, J., MARCHESI, A.(orgs). **Desenvolvimento Psicológico e Educação**.v. 2. 1995. 9 UN

BAUTISTA, Rafael (Org). **Necessidades educativas especiais**. Lisboa: DINALIVROS, 1997.

BEE, H. **A criança em desenvolvimento**. Tradução: Maria Adriana Verissimo Veronese. 9. ed. (Demais edições) Porto Alegre: Artmed, 2008. Tradução de: The developing child. 14 UN

BEYER, H. O. **Inclusão e avaliação na escola de alunos com necessidades educacionais especiais**. Porto Alegre: Editora Mediação, 2005.

BLASCOVI-ASSIS, Silvana Maria. **Lazer e deficiência mental: o papel da família e da escola em uma proposta de educação pelo e para o lazer**. Campinas: Papyrus, 1997. 1 UN

BRANDÃO, C.R. **O que é educação**. São Paulo: Editora Brasiliense, 27ª. Ed., Col. Primeiros Passos, 1992. 21 UN

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Orientação e mobilidade: conhecimentos básicos para a inclusão do deficiente visual**. Brasília: MEC, 2003.

BRASIL. **Subsídios para diretrizes curriculares nacionais para a educação básica**. Brasília: Ministério da Educação, 2009.

BRAZELTON, T.B.; SPARROW, J.D. **3 a 6 anos: momentos decisivos do desenvolvimento infantil**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2003. 1 UN

BRONFENBRENNER, U. **A ecologia do desenvolvimento humano:** Experimentos naturais e planejados. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. 6 UN

Cadernos CEDES. Campinas, V. 26, n.69, mai/ago.2006.

CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D. **Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da Língua Brasileira de Sinais.** São Paulo: EDUSP; FABESP; Fundação Vitae; FENEIS; BRASIL TELECOM, 2001a. v. 1: Sinais de A a. 2 UN

CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D. **Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da Língua Brasileira de Sinais.** São Paulo: EDUSP; FABESP; Fundação Vitae; FENEIS; BRASIL TELECOM, 2001b. v. 2: Sinais de M a Z. 2 UN

CARVALHO, R. E. **Educação Inclusiva:** com os pingos nos “is”. Porto Alegre: Editora Mediação, 2004. 5 UN

CHAUÍ, M. Convite à filosofia. São Paulo: Ática, 1995. 7 UN

FORACCHI, M.M.; MARTINS, J.S. Sociologia e sociedade. Rio de Janeiro: LTC, 1977. 7 UN

SAVIANI, D. Política e educação no Brasil. 6ª edição. Campinas, SP: Autores Associados, 2008. 5 UN

Sites: Scielo; Banco de Teses da Capes; ANPED.

FLEITH, D.S.; ALENCAR, E.M.L.S. **Desenvolvimento de talentos e altas habilidades:** Orientação a pais e professores. Porto Alegre: Artmed, 2007. 1 UN

COLL, C.; MARCHESI, A.; PALÁCIOS, J. **Desenvolvimento psicológico e educação:** Transtornos do desenvolvimento e necessidades educativas especiais. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2004. 5 UN

COLL, C.; PALACIOS, J.; MARCHESI, A. & cols. **Desenvolvimento psicológico e educação.** Transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais. 2 ed, v. 3, Porto Alegre: Artmed, 2004.

COLL, C.; PALACIOS, J.; MARCHESI, A. (Orgs). **Desenvolvimento Psicológico e Educação:** necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar. Vol. 3. Porto Alegre: ARTMED, 1995

- COLL, C.; PALACIOS, J.; MARCHESI, A. **Desenvolvimento psicológico e educação.** Vol. 2. Porto Alegre: Artmed, 2004. 9 UN
- COLL, C; PALÁCIOS, J.; MARCHESI, A. **Desenvolvimento psicológico e educação:** psicologia evolutiva. Porto Alegre: Artmed, 2004. v. 1. 6 UN
- COLL, C; PALÁCIOS, J.; MARCHESI, A. **Desenvolvimento psicológico e educação:** psicologia evolutiva. Porto Alegre: Artmed, 2004. v. 3. 8 UN
- COLL, César; MARCHESI, Álvaro; PALACIOS, Jesús (Org.). **Desenvolvimento psicológico e educação.** Fátima Murad (trad.). 2 ed. Porto alegre: Artmed, 2004. 10 UN
- COZBY, P. C. **Métodos de pesquisa em ciências do comportamento.** São Paulo: Atlas, 2006. 11 UN
- CRUZ, M. N. da. Multiplicidade e estabilização de sentidos na dinâmica interativa: a convencionalização das primeiras palavras da criança. In: GÓES, M. C. R. de; SMOLKA, A. L. B. **A significação nos espaços educacionais:** interação social e subjetiva. Campinas: Papyrus, 1997. p. 47-61. 1 UN
- DARCY, R. (Orgs). **Tecnologias para a Educação Inclusiva.** São Paulo: Cortez, 2009.
- SMITH, D. **Introdução à educação especial** - Ensinar nos tempos de inclusão. Porto Alegre: Artmed, 2008. 5 UN
- DE MOURA, M.L.S.; FERREIRA, M.C. **Projetos de pesquisa:** elaboração, redação e apresentação. Rio de Janeiro: Eduerj, 2005.
- DEMO, P. **Pesquisa e informação qualitativa:** aportes metodológicos. Campinas: Ed. Papyrus, 2001.
- DESSEN, M.A.; COSTA JR., A.L. **A ciência do desenvolvimento humano:** tendências atuais e perspectivas futuras. Porto Alegre: Artmed, 2005. 7 UN
- FARIAS, I. M. S. (et al). **Didática e Docência:** aprendendo a profissão. Brasília: Líber Livro, 2009.
- FÁVERO, E. A. G. **Direitos das pessoas com deficiência:** garantia de igualdade na diversidade. Rio de Janeiro: WVA, 2004. 5 UN

- FERREIRA, M. V. A. T. **Educação matemática na educação de jovens e adultos.** Especificidades. desafios e contribuições. 2ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007
- FERREIRO, E.; TEBEROSKY, A. **A Psicogênese da língua escrita.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1995. 2 UN
- FERREIRO, Emilia, TEBEROSKY, Ana. **Psicogênese da língua escrita.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1985. 3 UN
- FRANCO, M. A. S. e PIMENTA, S. G. **Didática:** embates contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 2010.
- GARDNER, H. **Inteligências múltiplas:** a teoria na prática. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995. 1 UN
- GOES, M. C. R de. (Org.). **Surdez:** Processos educativos e subjetividade. São Paulo: Lovise, 2000, p. 23-28. 2 UN
- GÓES, M. C. R.; LAPLANE, A. L. F. (Org.). **Políticas e práticas de educação inclusiva.** 2. ed. (Demais edições)Campinas: Autores Associados, 2007. 7 UN
- GONZÁLEZ, E. **Necessidades educacionais específicas.** Porto Alegre: Artmed, 2007.
- GONZÁLEZ, Eugênio (Org.). **Necessidades educacionais específicas:** intervenção psicoeducacional. Daisy Vaz de Moraes (Trad.). Porto Alegre: Artmed, 2007. 3 UN
- HAYES, Linda J.; HAYES, Gregory J.; MOORE, Stephen C.; GHEZZI, Patrick M. **Ethical Issues in Developmental Disabilities.** Reno: Context Press. 1994.
- HOWE, Kenneth R.; MIRAMONTES, Ofelia B.. **The ethics of special education.** New York: Teachers College Press, c1992. 135 p. -- (Professional Ethics in Education Series). 3 UN
- JANNUZZI, G.S.M. **A educação do deficiente no Brasil:** dos primórdios ao início do século XXI. Campinas: Autores Associados, 2004. 6 UN
- KAMII, C. **A criança e o número.** 8ª ed. Campinas: Papyrus, 1988. 1 UN
- KLEIMAN, Ângela (org.). **Os significados do letramento.** Campinas: Mercado de Letras, 1995. 2 UN

LACERDA, C.B.F.; GOES, M. C. R. (Org.). **Surdez: processos educativos e subjetividade**. São Paulo: Lovise, 2000. 2 UN

LACERDA, CBF e LODI, A C B (orgs.). **Uma escola duas línguas: letramento em língua portuguesa e língua de sinais nas etapas iniciais de escolarização**. Porto Alegre: Editora Mediação, 2009. 3 UN

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. São Paulo: Atlas, 2001. 8 UN

LUDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. **Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas**. São Paulo: Pedagógica e Universitária Ltda, 1986. 6 UN

MACHADO, Adriana Marcondes. **Crianças de classe especial: efeitos do encontro da saúde com a educação**. Anna Elisa de Villemor Amaral Guntert (Ed.). 2 ed. Sao Paulo: Casa do Psicólogo, 1994. 1 UN

MARTÍN, M. B.; BUENO, S. T. **Deficiência visual: aspectos psicoevolutivos e educativos**. São Paulo: Santos, 2003.

MAZZOTTA, M. J. da S. **Trabalho docente e formação de professores de educação especial**. São Paulo: Pedagógica e Universitária, 1993. 2 UN

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas**. (Demais edições). São Paulo: Cortez, 1996. 6 UN

MAZZOTTA, M.J.S. **Educação especial no Brasil: historia e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 1996. 6 UN

MENDES, E. G.; ALMEIDA, Maria Amélia (Orgs.). **Das margens ao centro: perspectivas para as políticas e práticas educacionais no contexto da educação especial inclusiva**. 1. ed. Araraquara: Junqueira&Marins, 2010.

MENDES, E. G.; ALMEIDA, Maria Amélia; HAYASHI, Maria Cristina P I. (Orgs.) . **Temas em Educação Especial: conhecimentos para fundamentar a prática**. 1. ed. Araraquara: Junqueira&Marins, 2008. v. 1. 471 p.

MILHOLLAN, F.; FORISHA, B.E. **Skinner X Rogers: Maneiras contrastantes de encarar a educação**. São Paulo: Summus Editorial, 2001. 2 UN

- MIZUKAMI, M.G.N. **Ensino:** as abordagens do processo. São Paulo: EPU, 1986. 13UN
- MOYLES, J. R.. **A excelência do brincar:** a importância da brincadeira na transição entre educação infantil e anos iniciais. Tradução: Maria Adriana Veríssimo Veronese. Porto Alegre: Artmed, 2008. 6 UN
- MOYSÉS, L. **Aplicações de Vygotsky à educação matemática.** 10ª Ed. Campinas: Papirus, 2010. 1 UN
- NUNES, L.R.O.P., GLAT, R., FERREIRA, J.R., MENDES, E.G. **Questões atuais em educação especial:** pesquisa em educação especial na pós-graduação. Rio de Janeiro: Sete Letras, 1998. 2 UN
- OLIVEIRA, Z.M.R. **Educação infantil:** fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2010. 1 UN
- PALANGANA, I.C. **Desenvolvimento e aprendizagem em Piaget e Vygotsky.** São Paulo: Summus Editorial, 2001. 6 UN
- PARDO, Maria Benedita Lima. **A arte de realizar pesquisa:** um exercício de imaginação e criatividade. Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2006. 89 p. 1 UN
- PAULA, Lucilia A.L. Ética , cidadania e Educação Especial. Revista Brasileira de Educação Especial. 4|: 91-109. Disponível em http://www.marilia.unesp.br/abpee/homepageabpee04_06/artigos_em_pdf/revista4numero1pdf/r4_art08.pdf
- PIMENTA, S. G. LIMA, M. S. **Estágio e Docência.** São Paulo: Cortez, 2010. 4 UN
- PIMENTA, S. G. LIMA, M. S. **Estágio e Docência.** São Paulo: Cortez, 2010. 4 UN
- SABATELLA, M.L.P. **Talento e Superdotação:** Problema Ou Solução? Curitiba: Ibope, 2005. 1 UN
- SAMPIERI, R.H.; COLLADO, C.F.; LUCIO, P.B. **Metodologia de pesquisa.** 3.ed. São Paulo: MMcGraw Hill, 2006. 2 UN
- SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, Pilar Baptista.**Metodologia de pesquisa.** [Metodologia de la investigación]. Fátima Conceição Murad et al. 3 ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2006. 583 p. 5 UN

- SAVIANI, D. **Escola e democracia**. Campinas, SP: Autores Associados, 2009. 2 UN
- SAVIANI, D. **História das idéias pedagógicas no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2010. 8 UN
- SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científica**. São Paulo: Cortez, 1993. 1 UN
- SMITH, D. S. **Introdução à Educação Especial: ensinar em tempos de inclusão**. Tradução: Sandra Moreira de Carvalho. 5. ed. (Demais edições)Porto Alegre: Artmed, 2008. 5 UN
- SMITH, D.D. **Introdução À Educação Especial - Ensinar em Tempos de Inclusão**. Porto Alegre: Artmed, 2008. 5 UN
- SMITH, D.D. **Introdução à educação especial - Ensinar em tempos de inclusão**. Porto Alegre: Artmed, 2008. 3 UN
- SMOLKA, A.L.B. **A criança na fase inicial da escrita: a alfabetização como processo discursivo**. São Paulo, Cortez, 1993. 3 UN
- STAINBACK, S. STAINBACK, W. Estruturando a sala de aula para evitar comportamentos inadaptados. In: STAINBACK, S. STAINBACK, W. **Inclusão**. Um Guia para Educadores. Porto Alegre: Artmed, 1999 4 UN
- STAINBACK, S.; STAINBACK, W. **INCLUSÃO: um guia para educadores**. Tradução: LOPES, M. F. Porto Alegre: Artmed, 1999. 4 UN
- VEIGA, I. P. A. (Org.); D'ÁVILA, C. M. (Org.). **Profissão docente: novos sentidos, novas perspectivas**. 2 ed. (Demais edições)Campinas: Papyrus, 2010.
- VEIGA, I. P. A. (Org.); D'ÁVILA, C. M. (Org.). **Profissão docente: novos sentidos, novas perspectivas**. 2 ed. (Demais edições)Campinas: Papyrus, 2010. 5 UN
- VICENTINI, P. P.; LUGLI, R. G.. **História da profissão docente no Brasil: representações em disputa**. São Paulo: Cortez, 2009. 5 UN
- VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. Tradução: Jose Cipolla Neto. São Paulo: Martins Fontes, 1984. 8 UN

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e linguagem**. Tradução: Jeferson Luiz Camargo. 4. ed.
(Demais edições) São Paulo: Martins Fontes, 2008. 5 UN

XVI. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AINSCOW, M. *Desarrollo de escuelas inclusivas*. Ideas, propuestas y experiências para mejorar las instituciones escolares. Madrid: Nancea, 2001.

AMARAL, L. A. *Conhecendo a deficiência em companhia de Hércules*. São Paulo: Robe Editorial, 1995.

ARANHA, M. S. F. Inclusão social e municipalização. In: MANZINI, E. J. (Org.). *Educação Especial: temas atuais*. Marília: Unesp/Marília-Publicações, 2000.

ARANHA, M. S. F. *Projeto Escola Viva: garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola – necessidades educacionais especiais dos alunos*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005.

BIANCHETTI, L. *Trabalho, multiculturalismo, diversidade e (in)exclusão: uma longa história de duas heranças e um possível legado*. In: MENDES, E. G.; ALMEIDA, M. A.; WILLIAMS, L. *Temas em Educação Especial: avanços recentes*. São Carlos: EDUFSCar, 2004.

BRASIL, CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. *Conferências Fórum Brasil de Educação*. Brasília: CNE/UNESCO, 2004.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. *Resolução CNE/CEB n.º.2*, de 11/09/2001. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. *Resolução CNE/CP n.º.1*, de 18/02/2002. Diretrizes curriculares nacionais para a formação de professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília: 2002.

BRASIL. *Decreto-lei n.º 3.276, de 6 de dezembro de 1999*. Dispõe sobre a formação, em nível superior, de professores para atuar na educação básica e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília: Gráfica do Senado, de 7 de dez. de 1999.

BRASIL. Decreto nº 3956. *Convenção Interamericana para eliminação de todas as formas de discriminação contra pessoas portadoras de deficiência*. Brasília, 2001d.

BRASIL, INEP. *Censo Escolar*. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/basic/censo-escolar/sinopse/1996> e 2006. Acesso em: 2008.

BRASIL. INEP. Censo Escolar, 2010. Disponível em: http://www.inep.gov.br/censo/escolar/DOU_final_2010.htm Acesso mar 2010.

BRASIL. *Lei Federal nº 8069/1990: Estatuto da Criança e do Adolescente*. Brasília, 1990.

BRASIL. *Lei n. 8.112 de 11/12/1990. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas federais*. Disponível em: <http://www.dprf.gov.br/leis/8112.asp#> capítulo I do Provimento. Acesso em: 2008.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Lei n. 9.394, de 23 de dezembro de 1996. *Lei que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília, 1996.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Plano Nacional de Educação*. Brasília, 2000.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília, 2008.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL. *Parâmetros Curriculares Nacionais: adaptações curriculares*. Brasília: MEC/ SEF/SEESP, 1998.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE. *Plano Decenal de Educação para Todos*. Brasília, 1993.

BRASIL, MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, SECRETARIA NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS. *Declaração de Salamanca e linhas de ação sobre necessidades educativas especiais*. 2. ed. Brasília, 1997.

BRASIL, MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, SECRETARIA DOS DIREITOS DA CIDADANIA, COORDENADORIA NACIONAL PARA INTEGRAÇÃO DA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA (CORDE). *Normas e recomendações internacionais sobre deficiências*. Brasília, 1997.

BRASIL, MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL. Lei n. 8.213 de 24/07/1991. *Dispõe sobre os planos e benefícios da Previdência e dá outras providências*. Disponível em: <http://www.redebrasil.inf.br/legisla8213/titulo3.htm>. Acesso em: 2008.

BRASIL. UNICEF. *Declaração Mundial sobre Educação para Todos e Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem*. Jomtien, Tailândia: 5 a 9 de março de 1990. Brasília, 1991.

BUENO, J. G. S. A Educação inclusiva e as novas exigências para a formação de professores: algumas considerações. In: BICUDO M. A.; SILVA JÚNIOR, C. A. da (Orgs.). *Formação do educador e avaliação educacional: formação inicial e contínua*. São Paulo: Editora UNESP, p. 149-164, 1999.

BUENO, J. G. S. A inclusão de alunos deficientes na classe comum do ensino regular. *Temas sobre Desenvolvimento*, 9 (54): 21-27, 2001.

BUENO, J. G. S. *Educação Especial Brasileira Integração – segregação do aluno diferente*. São Paulo: EDUC/PUSP, 1993.

BUENO, J. G. S. A educação do deficiente auditivo no Brasil: situação atual e perspectivas. *Em Aberto*, Brasília, 60: 25-36, 1994.

BUENO, J. G. S. *A educação especial nas universidades brasileiras*. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Especial, 2002.

CARVALHO, R. E. *Educação Inclusiva com os pingos nos “is”*. Porto Alegre: Mediação, 2004.

CARVALHO, R. E. *A nova LDB e a educação especial*. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

COLL, C.; MARCHESI, A.; PALACIOS, J. (Orgs). *Desenvolvimento psicológico e educação*. Transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais. 2. ed. Porto Alegre: ARTMED, 2004.

COUNCIL FOR EXCEPTIONAL CHILDREN. *What every special educator must know: the standards for preparation and licensure of special educators*. Fifth Edition, 2000.

DE MASI, D. *O ócio criativo*. 7. ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.

DENARI, F. E. Um (novo) olhar sobre a formação do professor de educação especial: da segregação à inclusão. Em: RODRIGUES, David A. (Org). *Educação e inclusão: doze olhares sobre a educação inclusiva*. São Paulo: Summus Editorial, 2006.

FERGUSON, P. M.; FERGUSON, D. L. The future of inclusive educational practice: constructive tension and the reform potential for reflective reform. *Childhood Education*. v. 5, p. 302-308, 1988.

FERREIRA, J. R. *A construção escolar da deficiência mental*. Tese (Doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1989.

FERREIRA, J. R. Notas sobre a evolução dos serviços de educação especial no Brasil. *Revista Brasileira de Educação Especial*. 1:101-107, 1992.

FERREIRA, J. R. Políticas educacionais e Educação Especial. *Educação on line*, 2002. Disponível em: http://www.educacaoonline.pro.br/art_politicas_educacionais.asp?f_id_artigo=413. Acesso em: 22/12/2007.

FERREIRA, J. R. A nova LDB e as necessidades educativas especiais. *Cadernos Cedes*, Campinas, ano XIX, n. 46, set. 1998.

FERREIRA, J. R.; GLAT, R. *Panorama da Educação Inclusiva no Brasil: estudo diagnóstico e desafios*. Projeto integrado UERJ/UNIMEP, Banco Mundial, 2003. Disponível em: www.cnotinfor.pt/inclusiva/pdf/Educacao_inclusiva_Br_pt.pdf.> Acesso em: 29/04/2004.

FERREIRA, J. R. *A exclusão da diferença*. Piracicaba: Editora UNIMEP, 1993.

FERREIRA, M. C. C. Construindo um projeto político-pedagógico para a formação de educadores no contexto da Educação Especial. In: BICUDO, M. A.; SILVA JÚNIOR, C. A. da (Orgs.). *Formação do educador e avaliação educacional: formação inicial e contínua*. São Paulo: Editora UNESP, pp. 139-148, 1999.

FOUCAULT, M. *Enfermed mental y personalidad*. Barcelona: Ediciones Paidós, 1991.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GASPARI, E. *A Ditadura escancarada*. São Paulo: Cia. da Letras, 2002.

HELLER, A. *O Cotidiano e a História*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

JANNUZZI, G. *A luta pela educação do deficiente mental no Brasil*. São Paulo: Autores Associados, 1992.

JANNUZZI, G. *A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI*. Campinas: Autores Associados, 2004.

KASSAR, M. de C. M. *Liberalismo, neoliberalismo e educação especial: algumas implicações*. *Cadernos CEDES*, Campinas, v. 19, n. 46, set. 1998.

LANCILLOTTI, S. *Deficiência e trabalho*. Campinas: Autores Associados, 2003. (Col. Polêmicas do nosso tempo)

MARCHESI, A. *El necesario pero difícil avance hacia las escuelas inclusivas*. Madrid: Alianza Editorial/Universidad Complutense de Madrid, 2001.

MARCHESI, A. *O que será de nós, os maus alunos?* Porto Alegre: ARTMED, 2006.

MATTOS, N. D. *Cidadania, deficiência e política educacional no estado de Sergipe: 1979-2001*. Tese (Doutorado). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004.

MATURANA, H. *Emociones y lenguaje en educación y política*. Santiago de Chile: Dólmen Ediciones, 1997.

MAZZOTA, M. J. S. *Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas*. São Paulo: Cortez, 1996.

MAZZOTTA, M. J. da S. *Deficiência, educação escolar e necessidades especiais: reflexões sobre inclusão socioeducacional*. São Paulo: Editora Mackenzie, 2002.

MAZZOTTA, M. J. S. *Fundamentos de Educação Especial*. São Paulo: Pioneira, Novos Umbrais, 1987.

MENDES, E. G. A radicalização do debate sobre a inclusão escolar no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, Campinas, v. 11, n. -, p. 387-405, 2006.

MENDES, E. G. Desafios atuais na formação do professor de educação especial. *Revista Integração*. Brasília, ano 14, n. 24, p. 12-17, 2002.

MENDES, E. G. Diretrizes e Parâmetros Curriculares Nacionais e a Educação Especial: Inclusão ou Exclusão da Diversidade? In: BICUDO, M. A. V.; SILVA JUNIOR, C. A. da (Orgs.) *Formação do educador e avaliação educacional: formação inicial e contínua*. São Paulo: UNESP, v. 4, p. 73-90, 1999.

MENDES, E. G.; NUNES, L. R. O.; FERREIRA, J. R. Integração/Inclusão: o que revelam as teses e dissertações em educação e psicologia. In: SOBRINHO, F. de P. N. (Org.) *Inclusão Educacional: pesquisas e interfaces*. Rio de Janeiro: Livre Expressão, 2003.

MESQUITA, N. *Educação Especial no Brasil dos anos 1990: um esboço de política pública no contexto da reforma do Estado*, 2002. Disponível em <http://189.1.169.50/reunioes/27/gt15/p151.pdf>. Acesso em 20/12/2007. Acesso em: 2008.

MINTO, C. *Educação Especial: da LDB aos Planos Nacionais de Educação do MEC e a proposta da sociedade civil*. Em: DENARI, F. E., FERREIRA, M. C. C.; MANZINI, E. J. (Eds.). *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, v. 6, n. 1, 2000.

NÓVOA, A. Formação de professores e profissão docente. Em: NÓVOA, A. (Coord). *Os professores e sua formação*. Lisboa: Dom Quixote, 1997.

NUNES, L. R. D. P.; GLAT, R.; FERREIRA, J. R.; MENDES, E. G. *Pesquisa em Educação Especial na Pós-Graduação*. Rio de Janeiro, v. III, 1998. (Série Questões Atuais em Educação)

NUNES, L. R. P.; FERREIRA, J. R.; GLAT, R.; MENDES, E. G.. A Pós-Graduação em Educação Especial no Brasil: análise crítica da produção discente. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Piracicaba, v. 3, n. 5, p. 113-126, 1999.

NUNES, L. R. D. P.; FERREIRA, J. R. Deficiência Mental: o que as pesquisas têm revelado. *Tendências e Desafios da Educação Especial*. Brasília: Ministério da Educação e Desporto/Secretaria da Educação Especial, 1994.

OMOTE, S. Inclusão: da intenção à realidade. In: OMOTE, S. (Org.). *Inclusão, intenção e realidade*. Marília: Fundepe Publicações, 2004.

PIMENTA, Selma G.; ANASTASIOU, Léa das G. C. *Docência do ensino superior*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

PIMENTA, S. G. Professor reflexivo: construindo uma crítica. In: _____ (org.) *Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito*. 4ª. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

PORTO, E. T. R. Educação de qualidade para vidas especiais. In: MOREIRA, W. W. (Org). *Qualidade de vida: complexidade e educação*. Campinas: Papirus, 2001.

QUEIROZ, R. S. *Não vi e não gostei: o fenômeno do preconceito*. São Paulo: Moderna, 1996.

REBELO, F. dos S. Contribuições da ergonomia no desenvolvimento de um sistema para apoio à colocação ou recolocação profissional. In: OMOTE, S. (org). *Inclusão, intenção e realidade*. Marília: Fundepe Publicações, 2004.

RIOUX, M. H.; VALENTINE, F. Does theory matter?: exploring the nexus between disability, human rights, and public policy. In: POTHIER, D., DEVLIN, R. *Critical Disability Theory: essays in Philosophy, Politics, Policy, and Law*. Vancouver: UCB Press (The University of British Columbia), p.47-69, 2006.

RODRIGUES, David A. Dez idéias (mal) feitas sobre educação inclusiva. In: RODRIGUES, David A. (Org). *Educação e inclusão: doze olhares sobre a educação inclusiva*. São Paulo: Summus Editorial, 2006.

RODRIGUES, J. L. Reflexões sobre a trajetória da pessoa em condição de deficiência mental e sua transição para a vida adulta. Em: MENDES, E. G.; ALMEIDA, M. A; WILLIAMS, L. C. A (Org). *Temas em Educação Especial: avanços recentes*. São Carlos: EDUFSCar, 2004.

SEBASTIANY, G. D. A identidade social de trabalhador do indivíduo portador de deficiência mental. Dissertação (Mestrado em Educação). Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 1997.

SILVA, M. R.; DENARI, F. E. Um estudo sobre a efetividade da inclusão na EJA: análise das estratégias pedagógicas docentes. In: OMOTE, S. (Coord). *Resumos da 7ª Jornada de Educação Especial - Inclusão: Intenção e Realidade*. Marília: UNESP, 2004.

SKRTIC, T. M. La crisis en el conocimiento de la educación especial: una perspectiva sobre la perspectiva. In: FRANKLIN, B. *Interpretación de la discapacidad*. Madrid: Pomares-Corredor, p. 35-41, 1997.

SUSINOS, T. *Un recorrido por la inclusión educativa española: investigaciones y experiencias más recientes*. *Revista de Educación*, Madrid, n. 327, 2002.

TEIXEIRA, A. S. *Educação não é privilégio*. 4. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1977.

TEIXEIRA, A. S. *Educação é um direito*. São Paulo: Editora Nacional, 1968.

TINÓS, L. M. S.; SILVA, M. R.; DENARI, F. E. Inclusão escolar: o olhar do aluno da EJA – Educação de Jovens e Adultos. In: OMOTE, S. (Coord). *Resumos da 7ª Jornada de Educação Especial – Inclusão, Intenção e Realidade*. Marília: UNESP, 2004.

WCEFA. *Declaração mundial sobre educação para todos*. Plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. Tailândia, 1990. Disponível em http://www.educacaoonline.pro.br/doc/declaracao_mundial_sobre_educacao_para_todos.as.p?f_id_artigo=2). Capturado em 27/12/2005.

